

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Daniel Dias Ângelo

**DO SONHO À LUTA DE SOBREVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA:**  
“a caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA.

Araraquara

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Daniel Dias Ângelo

**DO SONHO À LUTA DE SOBREVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA:**

“a caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós Graduação em Sociologia da  
Faculdade de Ciências e Letras, sob orientação  
da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Orlanda Pinassi.

Araraquara

2014

Ângelo, Daniel Dias

Do sonho à luta de sobrevivência na Amazônia: “A caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA / Daniel Dias Ângelo – 2014  
119 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

ORIENTADOR: PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> MARIA ORLANDA PINASSI

1. Amazônia. 2. Desenvolvimento rural. 3. Camponeses.  
4. Comunidades agrícolas. I. Título.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Daniel Dias Ângelo

**DO SONHO À LUTA DE SOBREVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA:**

“a caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós Graduação em Sociologia da  
Faculdade de Ciências e Letras, sob orientação  
da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Orlanda Pinassi.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Maria Orlanda Pinassi (Orientadora: UNESP/FCL): \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Adriano Pereira Santos (UNIFAL): \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Silvia Beatriz Adoue: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA SUPLENTES**

Prof. Dr. Augusto Caccia Bava: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Vera Navarro: \_\_\_\_\_

Araraquara

2014

*À minha querida irmã,  
Fernanda Dias Ângelo (in memoriam),  
sonhadora, lutadora, guerreira e mãe,  
capaz de amar acima de tudo,  
a ti dedico com saudade.*

## AGRADECIMENTOS

Estudar a história de vida de pessoas que enfrentaram todas as dificuldades e determinações históricas, políticas e econômicas para perseguirem seu sonho de permanecerem e criarem seus filhos no campo, é uma empreitada de ampla grandeza. Exige mais que conhecimentos teóricos e metodológicos, requer apurada sensibilidade, faz mesquinha a crítica científica estéril; se de fato, não formos acolhidos por esses guerreiros com o mais carinhoso abraço e a certeza da porta aberta quando partirmos. Trata-se de sentir cada suor da batalha e da luta realizada pela vida, com a responsabilidade de ajudar a construir e pensar o futuro.

Desde a descida em Rio Branco essa pesquisa teve como anfitrião o carinho, como companheiro de quarto a solidariedade, como interlocutor direto a prontidão de diálogos ricos em narrativas. Em nenhum momento, o percurso do aeroporto ao distrito de Nova Califórnia foi feito sem a companhia de nobres produtores e amigos do RECA, nem tão pouco sem risadas, piadas e sinceras declarações de saudades. Se o sono se encerrava bem cedo, antes do raiar do sol, fazendo o sapato sacudir pra espantar aranha antes de calçar; mais cedo ainda o coração se enchia de alegria com um “*Dia*” (bom dia) e com a mesa repleta de açaí, cupuaçu, queijo, pão caseiro e um café bem quentinho. Entre um assoprar e outro pra esfriar o café, a melhor das surpresas se revelava, em voz doce ou rouca de sotaque acreano convidando para: conhecer uma agroindústria, rememorar estórias do passado, conceder entrevistas ou comer uma deliciosa lasanha de jacaré com filé de pirarucu.

Tanto amor, confiança e cumplicidade deram tons e cores jamais pensadas às linhas abaixo, e suscitaram o surgimento de um outro homem dentro do pesquisador em campo, mais humano, mais real, concreto e sensível. Assim, deixo registrado aqui minha eterna reverência aos amigos e mestres do RECA: Sr. Raimundo, Dona Aldênia, Dona Zelinda, Sr. Silvino, Sr. Arnaldo, Daniel, Semildo, Pindoba, Gislaine, Eunice, Fábio, Simone, Nego, Tânia, Preto, Mirelly, Hamilton, Sr. Henrique.

Outro fator fundamental e determinante à construção de toda essa dissertação, foi o aprendizado teórico e a vivência na universidade, gota a gota a molhar as sementes plantadas em solo seco, germinando muitas reflexões, indagações e a gana maior ainda de

formar uma floresta latifoliada de conhecimento, verde, heterogênea de muita fauna e flora. As primeiras mãos postas ao cultivo da terra foram as de minha mestra e atual orientadora, Maria Orlanda Pinassi, cujo o esmero fez aflorar mais que concepções teóricas e ideológicas semeando o olhar sensível diante do mundo e das emoções dentro do coração de cada trabalhador. Sem permitir que as plantas secassem, ainda no jardim da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, outros grandes professores vieram regar – Paulo Santilli, Jorge Lobo Miglioli, Renata Paoliello, Milton Lahuerta, Silvia Beatriz Adoue, entre outros – tornando cada galho mais resistente, cada folha mais larga. Verdejante e cheia de frutos, a mata se expandiu levada por um grande pássaro de ferro e turbinas a um lugar devastado pelas madeireiras da União Europeia, assolado pela pecuária do Capital Financeiro, inundado pela monocultura da Troika que reduziu à mingua os olivais e calou o fado das senhoras vestidas de preto. Nesse Velho Mundo, em nossa antiga metrópole, em pleno solo mediterrânico da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tal mata se refez agregando aprendizados de professores e mestres aguerridos como: Elísio Estanque, Silvia Maria Dias Ferreira, Silvia Margarida Violante Portugal Correia; cujos suspiros de guerra frente a crise vivida em consonância com o espírito sonhador de Saramago extirparam os eucaliptos e focos de soja transgênica. Brotaram no lugar, carvalho, parreiras, trepadeiras e galhos com espinhos, os quais encouraçaram a força de transformação mais latente à mãe natureza. Sem essa força a mata não se regeneraria em floresta, quando uma de suas árvores mais centenárias veio abaixo, pelas mãos de um obstinado moto-serrador. Como a natureza é sábia e regente de um equilíbrio não cartesiano, surgiram três filhos da tão bela tombada: Henrique, Amor e Esperança; reais responsáveis por levar a recém nascida floresta ao Brasil, pelas asas do mesmo pássaro e na companhia alemã de Júlia Vogel. De volta à Pasárgada, onde o sol brilha equatorial, outros jardins foram percorridos e novos mestres artesãos do campo foram conhecidos: na UNESP de Presidente Prudente, Antônio Thomaz Jr; na UNESP de Marília, Mirian Simonetti, Giovanni Alves, Fábio Kazuo Ocada; na USP as especiais Valéria de Marco e Vera Navarro; na UFRRJ e UFRJ, Joelson Gonçalves de Carvalho, Sara Granemann, Maria Beatriz Heredia, Claudia Job Schimitt. Tão estrondoso era o poder intelectual e sabedoria de cada um desses, que não se ativeram a tocar nas plantas ou árvores, mas lançaram todos os animais e espécies salvas ao longo de suas vidas na flora construída.

Fauna e flora vívidos, exuberantes, em simbiose, compunham a terra conquistada e construída socialmente, cuja longevidade dependia de camponeses, de um enorme contingente de migrantes, de companheiros, contemporâneos ou não a mesma luta. Imprescindível era sua partilha e, por conseguinte, a coletivização do futuro de cada categoria de análise compreendida, de cada teoria analisada, de todo o sonho alcançado. E vieram aos montes dos mais diversos lugares, logo nos chamamos de irmãos e sem pedir permissão nem ordenar fizemos dessa terra o lar de todos os sonhos, gerações, esperanças, saudades, aprendizados e de todo amor, sem cercas e privatização. É com a extrema honra de tê-los que me curvo ao companheirismo de: Rafael de Oliveira Tiezzi, Davi Gustavo Carvalho, Ana Paula e Ian Hodd, Daniel Carvalho, Rubens Tayei, Jorge Barbarotto, Danillo Roberto Pereira, Diego Sasaki, Batata, Sinuhe Daniel Preto, Waltinho, Adriano Pereira Santos, Beatriz Medeiros de Melo, Gécica Trevizan Pera, Marcos Acácio Neli, Daniel Cassama, Christian Guglielmetti, Girlei Silva Jr., Cibelle Fabretti, Sr. Antônio Rodrigues, Leozinho e Má, Maria, Nicole e Soraia Russo, Regiane Aracele, André Pasti, Andrea Batista, Bruno Fovitzky, Alex Valente Petri, Niño, Brimo, aos amigos de Florianópolis: Nuno Nunes, Renata, Cris, Lia, Brunão e a todos os camaradas das trincheiras da educação brasileira. Mas como a dialética reside na própria natureza, dispensando maniqueísmos e botando a roda da história a girar, devo agradecer a todos os capatazes, sabotadores, desavisados, e aos exímios defensores da ordem capitalista por tentarem roubar-nos algumas madeiras de lei, ou mesmo por alijarem alguns dos camponeses do produto de seu trabalho e sonhos. Deixaram gravado na floresta a certeza da grandeza de nossa luta, e por isso e mais, aqui não citaremos seus nomes.

As gerações da terra foram se sucedendo, dando mais frutos em todas as salas de aulas passadas, de Campinas, São Paulo, Nova Odessa, Jundiaí, Atibaia, Florianópolis. A todo momento da atividade docente, as árvores mais antigas amarelavam suas folhas e abriam o outono. A terra era revolvida, afofada, novas áreas semeadas, categorias e reflexões regadas com as águas de março, as críticas e as reais condições do homem desveladas. Quanto maiores eram as chuvas, mais pulsavam as esperanças das sementes perdurarem às agruras do inverno, aos imperativos do egoísmo e do individualismo, às geadas dos sentimentos e ao desencantamento do mundo do trabalho. Florescia a primavera e novas plantas levantavam do chão, novos jovens companheiros se aliavam aos mais velhos, fazendo da reprodução social da terra uma realidade. Foi através dessa translação da vida, e da sequência das

estações, que aprendi com esses jovens mais do que ensinei, construindo das dúvidas, certezas. Devo assim, a todos meus professores (alunos) a continuidade da jornada, alimentando-me de amor e esperança.

Termino meus reais agradecimentos atando as pontas, unindo o fim ao começo, recobrando a terra de sua energia mais vital, os raios do sol. Do ponto de vista geracional aos desafios plantados em mim, abraço meus pais, Denise de Andrade e Antônio Carlos Dias Ângelo, como ato de amor eterno, pelos caminhos e descaminhos através dos quais me conduziram.

*Sou fio das mata, cantô da mão grossa  
Trabaio na roça, de inverno e de estio  
A minha chupana é tapada de barro  
Só fumo cigarro de paia de mio*

*Sou poeta das brenha, não faço o papé  
De argum menestrê, ou errante cantô  
Que veve vagando, com sua viola  
Cantando, pachola, à percura de amô*

*Não tenho sabença, pois nunca estudei  
Apenas eu seio o meu nome assiná  
Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre  
E o fio do pobre não pode estudá*

*Meu verso rastero, singelo e sem graça  
Não entra na praça, no rico salão  
Meu verso só entra no campo da roça e dos eito  
E às vezes, recordando feliz mocidade  
Canto uma sodade que mora em meu peito*

*Patativa do Assaré*

## RESUMO

O campo é, além de celeiro e propulsor da economia brasileira, o grande palco onde se realizam as transformações sociais e políticas. Desde a década de 70, o capitalismo vem se expandindo pela fronteira amazônica por meio das madeireiras, dos pecuaristas, dos rentistas e a da mineração na Serra dos Carajás, sudeste do Pará. Em tal década também se viu a chegada de inúmeras famílias expropriadas que migravam, em direção à mesma fronteira, movidas pelos projetos de Colonização e Reforma Agrária dos Governos Militares. Migrantes e amazônidas; sulistas, paulistas, nordestinos, seringueiros, garimpeiros, ribeirinhos, pecuaristas, mineradores e indígenas; se encontraram com todas as diferenças no mesmo local. Praticamente meio século depois de iniciados tais processos, a fronteira mostra a força do desenvolvimento capitalista pela qual foi submetida, através de empresas de grande valor na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) como: Vale, Odebrecht, Camargo Correia, Friboi, Natura e Petrobras.

É dentro desse cenário, que o presente estudo se insere a fim de analisar como essas famílias de colonos têm sobrevivido na região. Para tanto, foi pesquisada e descrita a história da migração ao sucesso econômico, dos camponeses do Projeto RECA, situados, na Ponta do Abunã, entre o Acre e Rondônia. Trata-se de desnudar, fielmente à história desses camponeses, os pensamentos, as atitudes, os anseios, as relações com o Estado e com as empresas, de forma a posicioná-los como atores das batalhas em todos os caminhos e descaminhos construídos e, dessa maneira, ter-se uma visão das transformações, das dissonâncias, das relações.

A história oral, foi um dos principais métodos utilizados para: a aproximação pesquisador/pesquisado, recuperar as memórias de migração, entender os anseios de vida na Amazônia e os sonhos das famílias. Também, foram pesquisados os projetos concedidos pelo governo às famílias, as diretrizes e os planos estatais. Por fim, recorreu-se à bibliografia sobre sociologia rural, para entender o debate sobre o tema, corroborando com algumas teses e teorias.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Agrário; Amazônia; Campesinato; Projeto RECA.

## ABSTRACT

The field is in addition to barn and propellant of the Brazilian economy, the big stage where they perform social and political transformations. Since the 70s, capitalism is expanding by Amazon frontier through logging, cattle ranchers, rentiers and mining in Carajás, Pará southeastern. In this decade also saw the arrival of many families who migrated expropriated toward the frontier, driven by projects of Colonization and Agrarian Reform of Military Governments. Migrants and Amazonians; southerners, Northeastern, tappers, miners, natives, ranchers, miners and indigenous, met all the differences in the same location. Nearly half a century after the beginning of such processes, the border shows the strength of capitalist development in which they are placed, through companies of great value in Stock Exchange (BOVESPA) as Vale, Odebrecht, Camargo Correa, Friboi, Natura and Petrobras.

It is within this scenario, the present study is situated in order to analyze how these families of settlers have survived in the region. Therefore, it was investigated and described the history of the struggle dreams, migration to economic success, the peasants of RECA Project, situated in Ponta do Abunã, between Acre and Rondônia. It is bare, faithfully to the story of these peasants, thoughts, attitudes, desires, relations with the state and with businesses in order to position them as actors of battles in all ways and non built and this way, having a vision of the transformations , the dissonances of relations .

Oral history, was one of the main methods used to: a search approach/researched, retrieve memories migration, understand the anxieties of life in the Amazon and dreams of families. Projects awarded by the government to households, the guidelines and state plans were also searched. Finally, we resorted to the literature on rural sociology, to understand the debate on the issue, confirming some theses and theories.

**Keywords:** Agricultural Development; Amazon; peasantry; RECA Project.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 .....	18
Figura 2 .....	23
Figura 3 .....	25
Figura 4 .....	26
Figura 5 .....	29
Figura 6 .....	40
Figura 7 .....	43
Figura 8 .....	44
Figura 9 .....	52
Figura 10 .....	61
Figura 11 .....	73
Figura 12 .....	75
Figura 13 .....	77
Figura 14 .....	80
Figura 15 .....	87
Figura 16 .....	98
Figura 17 .....	111
Figura 18 .....	114

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 .....	85
Tabela 2 .....	86
Tabela 3 .....	89
Tabela 4 .....	91
Tabela 5 .....	91
Tabela 6 .....	101

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
FRONTEIRA E EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA .....	20
A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR O “PROJETO RECA” .....	31
METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO .....	32
<b>1. FRONTEIRA AMAZÔNICA E OS MIGRANTES</b> .....	<b>40</b>
1.1. A FRONTEIRA: ENTRE A AMAZÔNIA E AS MIGRAÇÕES .....	40
1.2. O MIGRANTE NORDESTINO: DA SECA AOS SERINGAIS .....	58
1.3. O MIGRANTE SULISTA: DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À AMAZÔNIA .....	62
<b>2. DOS SONHOS, ESPERANÇA E LUTA À FORMAÇÃO DO PROJETO RECA</b> .....	<b>65</b>
2.1. DE CAMPONÊS À MIGRANTE: A CONDIÇÃO DO MIGRANTE .....	65
2.2. O INÍCIO DA LUTA: A FORÇA SOCIAL PARA O NASCIMENTO DO PROJETO RECA .....	70
<b>3. O PROJETO RECA: A FORÇA ECONÔMICA E O MERCADO</b> .....	<b>82</b>
3.1. O CRESCIMENTO DO RECA ENTRE O ESTADO E OS PROJETOS .....	82
3.2. A FORÇA ECONÔMICA NO RECA: NATURA E WOLF SEEDS .....	92
<b>4. NASCE A FORÇA FINANCEIRA DO RECA: FUNDO AMAZÔNIA E O ESTADO</b> .....	<b>97</b>
4.1. O FUNDO AMAZÔNIA E A FORÇA FINANCEIRA: O PROJETO CONCRETIZAR .....	97
4.2. DIANTE DOS PLANOS DO ESTADO .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>104</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>105</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

A terra é a morada da vida, tudo se acaba mas a terra não. Toda a herança que o pai deixa no fim da vida, a viúva fica aflita mas eles sabem que a terra não se acaba, passa para os netos, para os bisnetos (...)

A terra luta, luta mas tem que estar em cima dela, ali a gente tira para comer, tira pra vestir, então é da terra mesmo. Não pode haver fortuna sem haver terra. A maldição do mundo é problema da terra... porque, sabe, a terra não foi ninguém que fez, a terra foi Deus quem criou, e então deixou pra todos nós... mas tomaram conta da terra, fazem o que querem (...)

A terra é de muito valor; da terra o homem arruma o pão de cada dia, e todo mundo tem que viver dela. (HEREDIA, 1979, p.150 e 151)

As linhas abaixo dissertam sobre o desenvolvimento na Amazônia visto a partir de seus moradores e habitantes em consonância com a natureza, ou melhor dizendo, a favor da floresta, recompondo-a e engendrando formas ecológicas de produção econômica. Logo, os dois objetos e atores primordiais dessa investigação, sobre os quais serão debruçadas reflexões, indagações e preocupações são: as populações amazônidas e a seu meio natural.

Tal investigação tem como cenário, dentro da região referida, a fronteira entre: Acre, Rondônia, Amazonas e Bolívia; denominada Ponta do Abunã. Fronteiriço por excelência, o Abunã ergueu sua força econômica entre 1850 e 1945 produzindo borracha (*látex*) com a mão-de-obra dos seringueiros. Após a bancarrota dessa economia exportadora, teve-se o início da pecuária, preponderante até os dias atuais; juntamente com a chegada de inúmeras famílias de migrantes vindos do sul, sudeste e nordeste.

Especificamente, essa pesquisa terá como foco o estudo de caso do Projeto RECA, onde será analisado a história desde migração até a atualidade dos pequenos produtores da Ponta do Abunã, descrevendo todos os caminhos, descaminhos e enfrentamentos para fixação socioeconômica na Amazônia, bem como para o desenvolvimento do reflorestamento das espécies nativas em sistemas agroflorestais.

O Projeto RECA<sup>1</sup> (Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) foi fundado em 1989 pela Associação dos Pequenos Agrossilvicultores da região da Ponta do Abunã, divisa de Rondônia e Acre, especificamente no distrito de Vila Nova Califórnia (ver Figura 1, p. 17). A maioria de seus integrantes migraram do sul e do nordeste do Brasil, deserdados pela política econômica e expropriados pelo desenvolvimento do capitalismo nacional. Os primeiros: gaúchos, catarinenses e paranaenses; expulsos a partir da década de 40 pelas expropriações e, logo em seguida pela modernização da agricultura e o avanço da soja, chegaram ao Norte sonhando em lavrar a terra, gerar sustento para suas famílias e suprir as próximas gerações. Os segundos, nordestinos ex-seringueiros, feitos camponeses-extrativistas pela bancarrota do Ciclo da Borracha e expulsos da Floresta Amazônica pelos seringalistas, grileiros e fazendeiros, respiravam o mesmo sonho de viver na região e nela se fixar. Ambos chegaram à fronteira amazônica atraídos pela mesma força, os Projetos de Colonização e Reforma Agrária dos Governos Militares, os quais pretendiam mover grande contingente populacional de expropriados sulistas, nordestinos e do sudeste para o vazio demográfico amazônico, alocando assim mão-de-obra disponível à expansão capitalista da agropecuária, da mineração e do extrativismo. Sobre a atuação desses governos, Octavio Ianni esboçou que

A forma pela qual o Estado foi levado a dar início e desenvolver a colonização dirigida, oficial e particular, na região amazônica, repõe o problema da estrutura fundiária, tanto na Amazônia como no Nordeste, Sul e outras regiões. Simultaneamente, repõe o problema da movimentação dos trabalhadores rurais das várias regiões, no âmbito da sociedade brasileira. São diversas as indicações de que a política destinada a transformar posseiros em colonos e peões, ou a colonização espontânea em dirigida, situa-se no contexto da política estatal de expansão da agropecuária, mineração e extrativismo. (IANNI, 1979, p. 7)

---

<sup>1</sup> Sobre esse tema, BRESLER, Ricardo - *Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento – RECA*- in *Aliança na Redução da Pobreza: Possibilidades e Alcances*, São Paulo, FGV/ EAESP, 2001. E MOREIRA, Teresa – org, *Nosso jeito de caminhar – A história do Projeto Reça contada por seus associados, parceiros e amigos*, Brasília, 2003 que discorrem com detalhamento sobre o histórico da formação do RECA.

**Figura 1: Localização do Projeto RECA**



Fonte: Projeto RECA

Em Rondônia, local onde se situam as famílias do presente estudo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou próximo de 79, o Programa Polonoroeste, que destinou recursos para a pavimentação da Rodovia BR-364 – Cuiabá-Porto Velho, e para a implantação de vários projetos de colonização. Entre os anos de 73 e 85 o estado recebeu “mais de 110 mil famílias de migrantes candidatos a parceleiros nos projetos de colonização do INCRA. Entretanto, desse total apenas 30 mil conseguiram chegar ao lote de terra através do INCRA” (MINC, 1985, p.41 apud. OLIVEIRA, 1990, p.100). A inoperância e negligência do governo na distribuição das terras deixando diversas famílias camponesas sem o objeto prometido pelo projeto colonizador era evidente. Além dessa negligência do Estado na distribuição, sucedeu-se um grande abandono por parte do mesmo com relação às famílias migrantes no sentido de provê-las recursos e financiamentos para fazer seus lotes produzirem e dessa forma, concretizarem sua fixação na terra.

Sem disporem de recursos acumulados, muito distantes dos grandes centros urbanos (Porto Velho e Rio Branco) – como é o caso das referidas famílias, esquecidos tanto pelo governo do Acre como o de Rondônia e por fim, pelo próprio INCRA, esses camponeses optaram por produzir os gêneros que já conheciam anteriormente: arroz, feijão e café. Contudo, como o clima da Amazônia – muito calor, alta incidência de luz, umidade excessiva e solo precário – não era favorável, tais gêneros foram um fracasso e todo o roçado se

transformou em desmatamento da Floresta Amazônica. Assim, viveram quase 10 anos de precariedade e difíceis condições de sobrevivência. Foi somente com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra (CPT), em específico o bispo Dom Moacyr, e dialogando com as comunidades locais da floresta (caboclos, índios e populações ribeirinhas) que tiveram a ideia de modificar a produção, optando pelos sistemas agroflorestais em conjunto com o sistema associativista comum no sul.

Com os sistemas agroflorestais, replantando espécies nativas da floresta como a Castanha, a Pupunha e o Cupuaçu, os colonos associados puderam atuar frente ao problema de duas formas simultâneas, primeiramente consumindo os frutos alimentares e em segundo lugar vendendo parte da produção para o mercado. Nesse ínterim nasceu o RECA, uma saída econômica e social que partia do reflorestamento consorciado de espécies nativas da floresta amazônica de maneira adensada (unidas e diversificadas em pequenos espaços).

A estrutura agroflorestal e associativista do Projeto RECA chamou a atenção de vários órgãos, inclusive internacionais, como o a entidade holandesa Cebemo, atual Bilance. Essa foi a primeira financiadora do início da produção, destinando 958 dólares para cada família por hectare produzido, sendo que cada uma poderia ter no máximo três hectares. O dinheiro desse financiamento era pago posteriormente pelas famílias na forma de produção.

Com o passar do tempo, os agrossilvicultores perceberam que a venda da produção *in natura* não era suficiente para cobrir os custos, diante da demanda reduzida e por esse motivo decidiram construir agroindústrias para beneficiamento da matéria-prima. Atualmente, são três agroindústrias: de polpa, de óleos e de palmito de pupunha. A agroindústria de polpa é responsável pelo recebimento, beneficiamento e embalagem da polpa de cupuaçu e açaí. Conta com três trabalhadores fixos e nas épocas de safra emprega aproximadamente trinta diaristas. A agroindústria de óleos extrai e beneficia os óleos de castanha-do-pará, cupuaçu e andiroba; dispendo também de mais mão-de-obra nos momentos de safra. A agroindústria de palmito de pupunha conta com o beneficiamento da produção de todos os agrossilvicultores, em média três mil hastes do palmito por dia.

Tamanho empenho no manejo não predatório da floresta através dos sistemas agroflorestais e na manutenção do associativismo, fez com que uma nova perspectiva comercial se abrisse a essa economia dos camponeses agrossilvicultores do RECA: o Desenvolvimento Sustentável. Através dele, vários selos e certificações poderiam ser conquistados, o que garantiria mercados lucrativos para venda, além de parcerias com

empresas e demais compradores de seus produtos beneficiados. Com tal intuito, se esforçaram para satisfazer e se enquadrarem dentro dos parâmetros desse desenvolvimento, o que resultou ano passado na conquista da certificação orgânica internacional. Toda estrutura social (famílias camponesas), agroeconômica (Projeto RECA), produtiva (agroindústrias) em conjunto com a política de desenvolvimento sustentável a associação ampliou seu mercado comercial e finalmente atraiu grandes compradores privados, como a empresa nacional de cosméticos – a Natura, uma das mais importantes do país e patrocinadores como a Petrobrás.

#### FRONTEIRA E EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA.

Há muito a natureza impõe seus limites aos homens e ao processo de avanço territorial deles, por meio de suas forças e características: altitude, clima (árido, muito úmido e frio), relevo, dentro outras. Ao impelir tal avanço consegue preservar sua biodiversidade e manter intocadas sociedades auto suficientes. Contudo, o desenvolvimento capitalista ao longo da história criou uma série de revoluções tecnológicas capazes de prover novas formas de domínio, controle e avanço sobre o meio natural. Expressamente no Brasil, a primeira revolução tecnológica se deu, com intensidade, através da industrialização tardia construída pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1930 até 1945, que resultou na instalação de indústria de base (siderúrgicas, metalúrgicas, de produção energética), bem como dos transportes e comunicação. A segunda expressiva revolução tecnológica foi feita pelos governos militares, a partir de 1964, cujo foco foi a modernização do campo incrementando: máquinas, agrotóxicos e fertilizantes, sementes transgênicas e a indústria ao lado da produção (agro indústria). Em linhas gerais, tais revoluções proporcionaram maior produtividade e a necessidades de mais terras, matérias-primas e recursos para sustentar o novo patamar de produção industrial em consumo, o que resultou, na ocupação de novos espaços, nomeadamente, da grande floresta latifoliada brasileira, a Floresta Amazônica.

Imponente pelas dimensões que compreendem quase a metade do território nacional, se estendendo a outros países, e também pela magnitude da biodiversidade, e da

riqueza de populações tradicionais, a Amazônia ganhou atenção e tomou os debates acadêmicos. Geógrafos passaram a olhá-la enquanto espaço de chegada da economia capitalista, de certo modo, como se existisse ali somente o necessário ao progresso econômico nacional. Para tanto, se utilizaram da expressão “frente pioneira”, a fim de designar esse local por onde o progresso abria suas clareiras. Já os antropólogos, conhecedores antigos do ecossistema pelo interesse e pesquisas sobre as populações indígenas, enxergavam a entrada de outras populações e economia capitalista como a chegada da civilização capitalista, com seus valores, modo de produção e relação destrutiva da natureza.

Mesmo com afinco em suas teses e argumentos, a querela não resistiu aos fatos e evidências da avalanche capitalista em direção à Amazônia como: matança de índios e camponeses, destruição da floresta e trabalho escravo. “Entre 1968 e 1987 diferentes tribos indígenas na Amazônia sofreram pelo menos 92 ataques organizados, principalmente por grandes proprietários de terra (...)” ressaltou Martins (2009, p. 132). Somam-se a esses mortos pelos ataques, mais aproximadamente seiscentos camponeses, pelas mãos dos citados proprietários e mandatários, de acordo com as linhas do mesmo autor. Sem fugir à luta pelo direito de viver na terra, ambos se defenderam, resultando num estrutural conflito social, incontestado diante das estatísticas e profundo em decorrência das raízes pré-capitalistas e do desenvolvimento capitalista em curso. A destruição da floresta também foi alarmante a partir de 1970 com construção da Rodovia Transamazônica, e tomou proporções gigantescas em 1991. Em 2003

a área de floresta desmatada na Amazônia brasileira alcançou 648,5 x 10<sup>3</sup> km<sup>2</sup> (16,2% dos 4 x 10<sup>6</sup> km<sup>2</sup> da floresta original da Amazônia Legal, que é de 5 x 10<sup>6</sup> km<sup>2</sup>), incluindo, aproximadamente, 100 x 10<sup>3</sup> km<sup>2</sup> de desmatamento “antigo” (pré-1970) no Pará e no Maranhão (FEARNSIDE, 2005, p. 114)

Por fim, outra grande questão que surge nos dados da marcha capitalista sobre floresta, é o trabalho escravo. Utilizado em larga escala por grandes fazendeiros para a pecuária e principalmente para derrubar a floresta.

Entre 1990 e 2006 a CPT registrou denúncias sobre 133.656 trabalhadores escravizados e entre 1995 e 2006 o Ministério do Trabalho libertou 17.961 trabalhadores da escravidão. A análise dos dados de 1996 até 2006 mostra que a partir de 2001 houve um crescimento significativo do número de trabalhadores presentes nas denúncias (CPT) e dos trabalhadores libertados (MTE) (THÉRY; MELO-THÉRY; GIRARDI; HATO. 2010, p. 10)

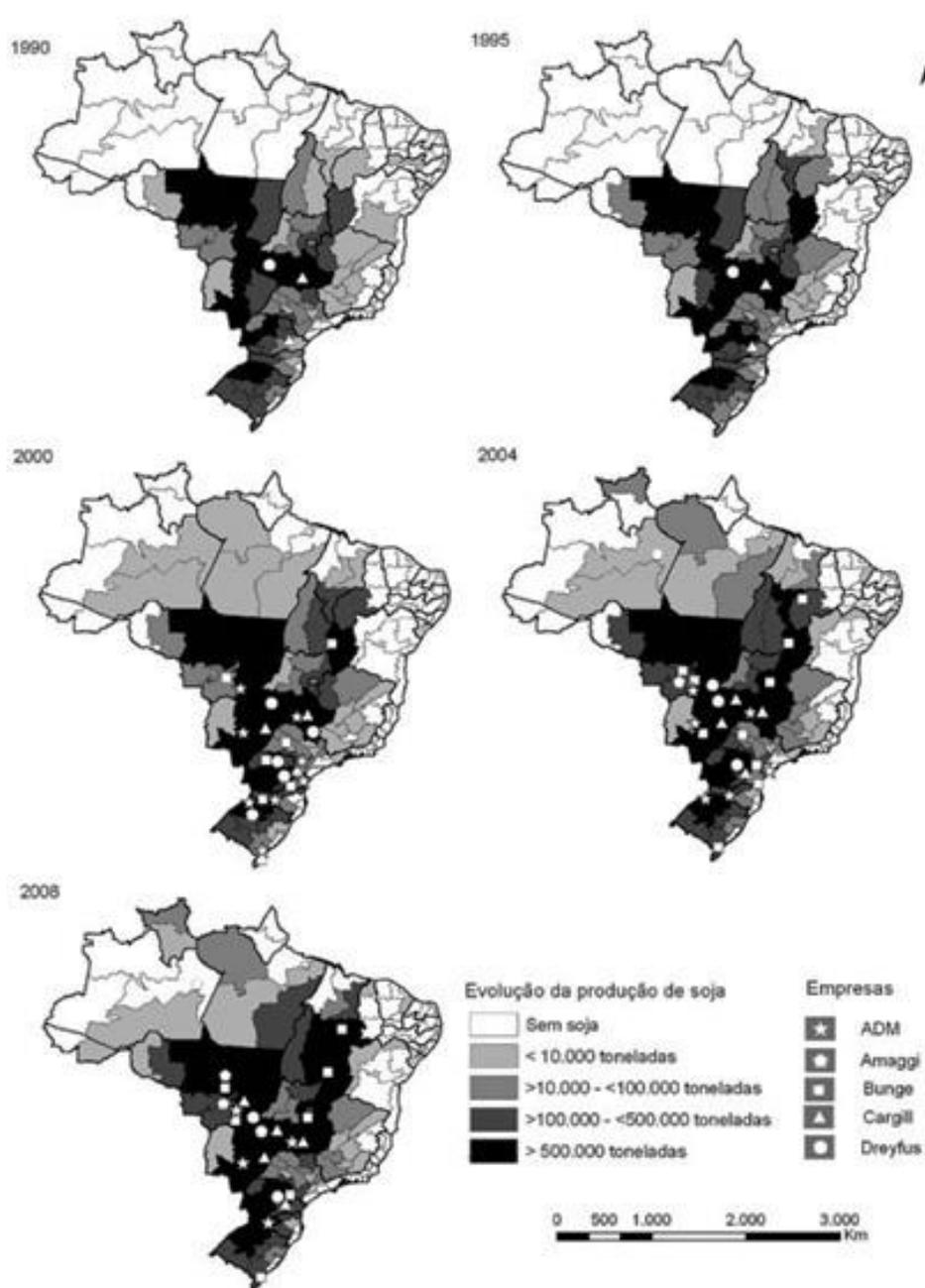
Assim, a visão da fronteira enquanto frente de expansão passou a ser hegemônica, em decorrência do consenso da forma destrutiva e arrebatadora com que a economia capitalista penetrava na região. Sociologicamente, ela se configurou em tema central de pesquisa, substancialmente por conter em si grandes conflitos fundiários, políticos e econômicos. Assim, a problemática relacionada a fronteira é extensa e estrutural, contendo em si questões de ordem: sociocultural (pelas migrações e convivência de sociedade dispare), fundiária (propriedade e herança da terra), econômica (choque de economias diferentes) e política.

Ainda aparecia como um nó teórico e um problema a se pensar, o fato de relações pré-capitalistas de produção estarem se reproduzindo, contrariando a tese da proletarianização das sociedades tradicionais e do nascimento de relações tipicamente capitalistas por onde a economia voltada ao mercado passasse.

Independentemente dos rumos dos debates teóricos e acadêmicos, tinha-se a certeza e já era constatável como escrito acima, a avalanche da economia do capital sobre a Floresta Equatorial Latifoliada e suas populações. Logo, parece inevitável e fundamental o estudo de como essa avalanche se origina, ou seja, quais as economias propulsoras desse movimento, além de investigarmos as razões de tamanho interesse por lucros nessa região. Como esforço introdutório de compreender essa dimensão da problemática, abarcaremos algumas economias predominantes da frente de expansão.

Um grande símbolo desse atual desenvolvimentismo da economia primária, Amazônia adentro, é a soja. Iniciada sua expansão na década de 1940, conforme já escrito, teve em meados de 1970 sua investida sobre a região centro-oeste, onde refez os laços de dependência e super exploração de nosso território (Figura 2, p. 23). Muito mais firmes, esses laços não se ataram mais pelo Capital Industrial e sim, pelo Capital Financeiro e seus pilares estruturantes como o Neoliberalismo e a Reestruturação Produtiva.

**Figura 2: Produção e Processamento de Soja no Brasil - 1990 a 2009.**



Fonte: PAM/IBGE, Abiove, Exame. Elaboração da Pesquisa a cargo de Valdemar Wesz Jr.

Era a vastidão da soja moderna, de sementes criadas em laboratórios de melhoramento genético (sementes transgênicas), de plantio em solo entupido de fertilizantes, por meio de máquinas e, mantido por litros e litros de agrotóxicos. Com isso, a produtividade aumentou de tal forma que a média

(...) da soja no Brasil quase dobrou em 15 anos: subiu de 1.580 kg/ha, em 1990/1991, para 2.751 kg/ha, em 2004/2005. O Mato Grosso atualmente lidera o ranking, com 3.090 kg/ha, seguido de perto por Roraima e Paraná, ambos com 3.060 kg/ha. Para atingir tal patamar é preciso ter cada vez mais capital. Uma máquina colheitadeira, que custava o equivalente a 4.762 sacas de soja em 2002, passou a valer 10.079 sacas em 2005 – a proporção mais do que dobrou em apenas três anos, segundo dados da Conab (Conab, 2006). De 2004 para 2005, o agricultor também sentiu no bolso o custo do fertilizante, cuja tonelada passou a representar 31,1 sacas de 60 kg de soja contra o equivalente a 17,65 sacas no ano anterior. (SCHLESINGER e NORONHA, 2006, p. 101)

Em outras palavras, tratava-se da forma mais tecnológica de produção rural nunca antes feita no Brasil, construída a partir da presença da indústria no campo, fundida ao latifúndio, formando a agroindústria. Uma combinação desigual entre cidade e campo, onde uma de suas partes era a produção rural e a outra as grandes corporações transnacionais – empresas de capital circulante entre os vários setores da economia mundial via Bolsas de Valores como BASF, Monsanto, Vale, Syngenta, entre outras. Sobre esses oligopólios, os autores acima citados lembram:

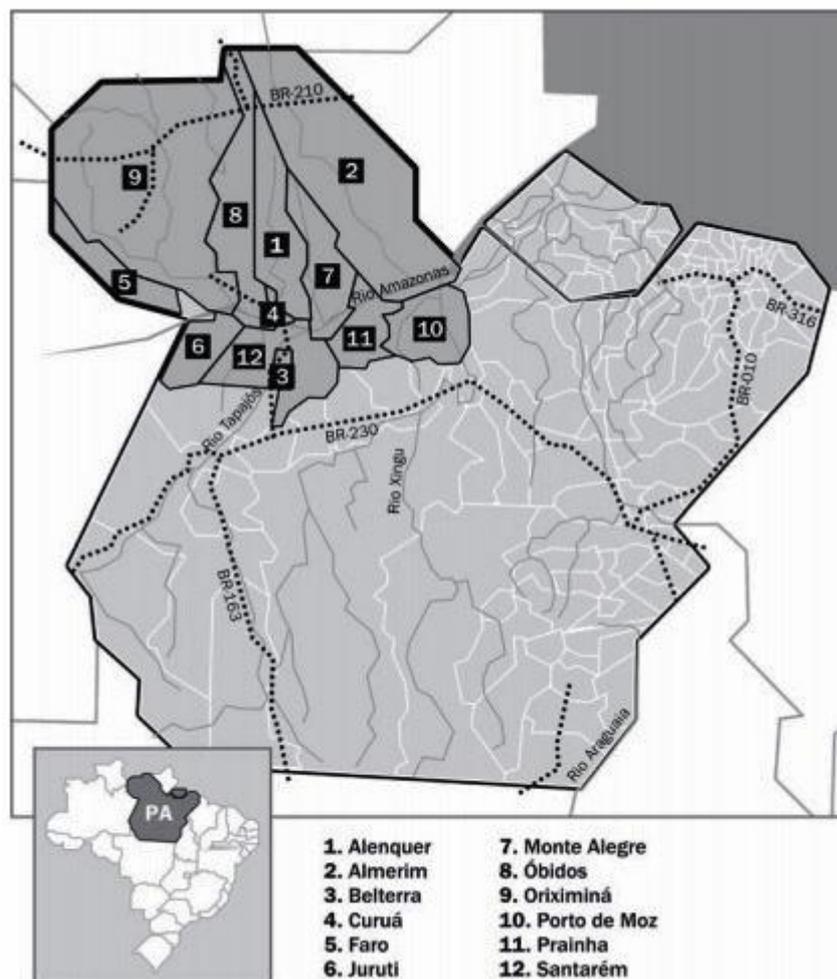
As quatro gigantes multinacionais do setor de processamento e comercialização de grãos movimentam dois terços da produção de soja do Brasil. São elas as norte-americanas ADM, Bunge e Cargill e a francesa Coinbra, do grupo Louis Dreyfus – todas situam-se entre as 14 maiores empresas exportadoras do país. As quatro negociaram cerca de 60% das exportações de grão, óleo e farelo de soja em 2005 e ainda esmagaram 60% dos grãos destinados ao mercado interno. (ibidem, idem, p. 104)

Tamanho papel das transnacionais (ADM, Bunge, Cargill, Monsanto e outras) nesse processo se deu pela abertura e financiamento do governo. A penetração de transnacionais, integrantes do Capital Financeiro, transformando o campo com financiamento governamental é, explicitamente, a própria política neoliberal. A década de 70 teve – por meio das inovações técnicas, da introdução de novos insumos e das sementes transgênicas, e incremento da mecanização – destaque histórico fundamental na renovação do poder capitalista mundial sobre nossa ruralidade, alicerçando de vez o Capital Financeiro.

Munida de nova força técnica, novas armas econômicas, e diferentes estruturas políticas de expansão postas pelo Estado, a soja passou a avassalar nosso território. Engoliu o cerrado deixando somente vestígios e partiu ávida em direção à Amazônia. Já em 1997 começou a ser plantada no estado do Pará, numa área de 575 ha, destacando-se os municípios de Paragominas e Ulianópolis, no nordeste paraense. Em 1998, Redenção e Conceição Araguaia, ao sul do estado, foram os outros.

Famosos como “sojeiros” ou “gaúchos”, os produtores de soja em sua maioria advindos do Centro-Sul do país chegaram a Santarém e Belterra também em 1997, quando a prefeitura da primeira encomendou um estudo, à Embrapa, de zoneamento econômico agrícola cujos resultados indicaram a viabilidade da produção dessa monocultura na localidade (Figura 3).

**Figura 3: Micro regiões do Noroeste do Pará.**



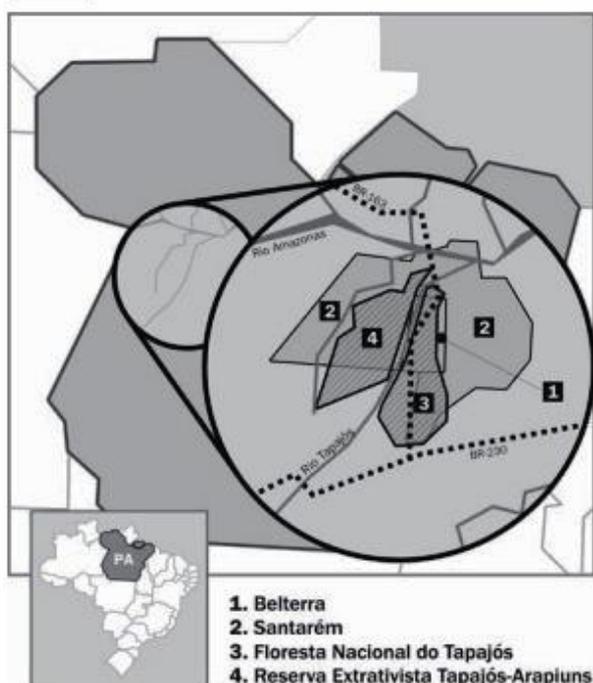
Fonte: Sergio Schlesinger e Silvia Noronha — Rio de Janeiro: FASE, 2006.

Tais resultados foram propagandeados pelos governos das duas cidades, em Mato Grosso e demais estados produtores. Os subsídios e investimentos dos mesmos foram tão massivos que, em 2002, Santarém se tornou o primeiro produtor de soja do Pará e, em 2003, essa expansão se deu em Belterra, transformada no terceiro maior produtor do estado. No próprio site do governo do estado é possível ver os planos e incentivos aos interessados em plantar soja: com investimentos da ordem de US\$ 70 milhões em investimentos com o apoio do Proceдер; 6,2 milhões de hectares para o plantio no estado; além da parceria com a Embrapa e demais polos de pesquisas experimentais.

Contudo, os impactos dessa avalanche monocultora voltada à exportação são irreparáveis por se alastrar sobre uma região representante de uma das últimas fronteiras florestais do Pará (Figura 4), região de Santarém e Belterra, com grandes

(...) Unidades de Conservação, como a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. São também importantes polos agrícolas e produtores de frutas, com 4,6% do total dos estabelecimentos agropecuários do Pará, tendo à frente a produção familiar diversificada e consolidada há décadas, também ameaçada pelo avanço da monocultura da soja neste território. (SCHLESINGER e NORONHA, 2006, p. 101)

**Figura 4: Micro região de Santarém e Belterra, as Fronteiras Florestais e Reservas.**



Fonte: Sergio Schlesinger e Silvia Noronha — Rio de Janeiro: FASE, 2006.

Expressão disso são as mortes e a violência decorrentes dos conflitos agrários entre pistoleiros e posseiros, os sumiços de pequenos produtores, a queima de casas de camponeses, a grilagem de terras que em Santarém aumentam a cada dia. Segundo a Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comprovadamente, das mortes decorrentes de conflitos agrários no Brasil, 37,5% ocorreram na região Norte e destas 67% no Pará, em 2004.

Outro dado revelador se refere a expropriação das famílias nordestinas, produtoras de gêneros diversificados, que diante de tamanho avanço e violência se veem obrigadas a vender ou deixar suas pequenas propriedades. Em fins 2003, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras de Santarém (STTR) contabilizou a saída de 500 famílias do campo e, por volta de 2006, estima-se que esse número tenha triplicado. As comunidades do Paca e do Prata já desapareceram, enquanto a comunidade Boa Esperança, importante na produção de farinha de mandioca, também está em processo de desaparecimento. Expropriam-se os camponeses bem como demais comunidades tradicionais, e muda-se a forma de produção trazendo consigo problemas de ordem ambiental: grandes áreas desmatadas, intensiva utilização de agrotóxicos e fertilizantes, desgaste do solo, assoreamento de rios, entre outros. Por fim, um grave problema ocasionado também é o agravamento da insegurança alimentar na região já que se reduz sobremaneira a plantação de gêneros da dieta alimentar como: feijão, mandioca, milho e arroz. Não obstante, a exclusão econômica e social por que passam tais famílias só se agrava aprofundando assim o abismo do subdesenvolvimento e dependência.

Outra *commodity* representante de nossa economia dependente, pela amplitude histórica com que abarca nosso campo e sua vertiginosa expansão, é o açúcar. As lavouras de cultivo de cana-de-açúcar ocupam a terceira maior área de cultivo do país e o segundo lugar em valor de produção. A produção nacional do gênero aumentou 74% e a área de cultivo 42,9% entre os anos de 1990 e 2006, sendo que houve significativo incremento no volume produzido nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia e Goiás. O estado de São Paulo, o maior produtor brasileiro, incrementou sua produção em 92% entre 1990 e 2006 e também sua área cultivada em 81,2% no mesmo período. Desta maneira, a produção canavieira paulista representava 58,8% do total nacional. Tamanho aumento de porcentagens expõe a intensa expansão da lavoura, principalmente pelo Oeste Paulista, mas também no Paraná e na

região Centro-Oeste. O primeiro esboçou crescimento canavieiro de 189% naquele mesmo período, se tornando o segundo produtor nacional, com 7,4% da produção brasileira. Os outros maiores são: Minas Gerais (7%), Alagoas (5,1%) e Goiás (4,1%). Todavia, tal expansão como com a soja, não se deu somente em termos territoriais, mas profundamente pela modernização dessa produção, agregando técnicas industriais dentro do latifúndio, ou seja, perpetrando a já referida modernização tecnológica. Também da mesma maneira, tal produção solidificou a presença do capital financeiro, de suas grandes corporações e da produção gigantesca de lucros.

(...) constitui elemento definidor nos investimentos na seara produtiva e no processo de circulação de capitais, ou seja, o circuito financeiro passa a ser a bola da vez, no momento de se definir os rumos do capital. Poderíamos citar o exemplo do grupo Cosan, que moeu, na safra 2007/08, 41 milhões de toneladas de cana, ou quase o total que moeu o Estado do Paraná (42 milhões de toneladas de cana), colocou no mercado financeiro um total de 100 milhões de ações e, em agosto de 2008, adquiriu o controle acionário da Esso, no Brasil, numa operação o de 1,4 bilhão. (THOMAZ JR, 2010, p. 17)

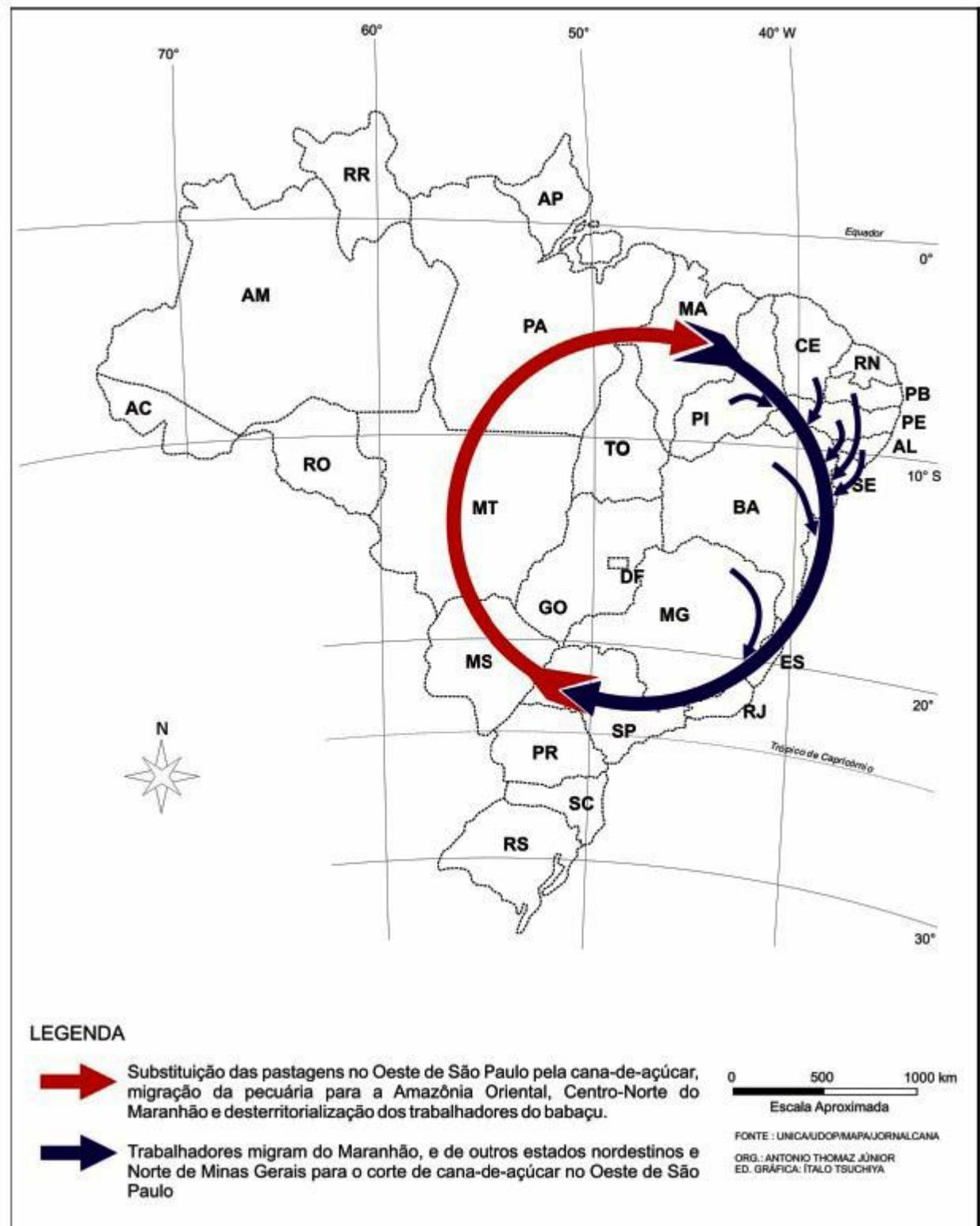
As consequências são tão catastróficas quanto as resultantes do desenvolvimento da soja: expropriação das famílias menos abastadas, concentração exorbitante de terra e renda, aumento da insegurança alimentar, conflitos e mortes no campo, sem contar as destruições ambientais. Acerca das péssimas e degradantes condições de trabalho e da precarização do trabalhador, a produção canavieira chega a índices estarrecedores.

(...) Alguns chegam a mencionar as jornadas de trabalho que chegam até 18 horas diárias, sobretudo nas atividades referentes à troca de turnos, como o engate dos tratores com a cana colhida pelas máquinas, cujas “gaiolas” são, em seguida acopladas aos caminhões, que conduzem a cana às usinas para a moagem. A imposição da média de 12 toneladas de cana colhidas por dia é uma forma de selecionar os trabalhadores, pois aqueles que não atingem o nível de 10 toneladas são dispensados. (SILVA, 2006, p. 127).

As monoculturas tratadas, em ampla expansão no Brasil, trazem consequências e devastações drásticas. Mas se analisadas em conjunto, na saga com que trataram o território, será possível observar um efeito ainda mais nefasto: deslocamento da pecuária e

de produções alimentares, além da expulsão de pequenos produtores expropriados para as fronteiras de expansão (Figura 5).

**Figura 5: Redivisão Territorial do Trabalho no Campo.**



Fonte: ÚNICA/UDOP/MAPA/JORNAL CANA. Org. Antônio Thomaz Júnior, Ed. Gráfica: Ítalo Tsuchiya.

Todo o gado de corte das antigas regiões produtoras como a região sul, o oeste paulista e a região centro-oeste brasileira, passa a ser criado no Norte, devastando áreas cada vez maiores de Floresta Amazônica. Se considerarmos

alguns exemplos, somente o município de São Félix do Araguaia, primeira metade desta década, teve 14,5 mil km<sup>2</sup> de sua área desmatada e dispunha de um rebanho de 1,73 milhão de cabeças de gado, enquanto o Estado no Mato Grosso representou, em abril de 2008, 70% de toda a área desmatada da Amazônia. Sem contar os milhares de quilômetros quadrados que são objeto de desmatamento ilegal para abastecer os grandes empreendimentos siderúrgicos que têm despontado, na Amazônia. (THOMAZ JR., 2010 p. 19)

Assim, fica evidente como as frações da economia primária capitalista realizam um movimento desigual e combinado em nosso território. Seja pela homogeneização dessas elites, pela complementaridade de seus interesses, ou pelo papel que cumprem na nova divisão internacional do trabalho, tais economias formam um mutualismo, mesmo que irracional e destrutivo, interligando-se de forma a retirarem o maior valor possível, a maior lucratividade na rotação dos fatores de produção: mão-de-obra, matéria-prima, terra, investimento de capitais e juros. Nessa altura do desenvolvimento capitalista mundial, do Capital Financeiro, seria no mínimo ingenuidade pensar as frações da economia como estanques e separadas, não dinamizando seus mencionados fatores de produção. É através dessa dinâmica que o capital vem engendrando em suas economias juntamente com os fatores de produção fazendo-os circular, que reside a essência de sua nova acumulação. Uma acumulação ampliada, repleta de frações de trabalhos e trabalhadores, de relações de trabalho da superexploração industrial à acumulação primitiva, que se metamorfoseiam ou se transformam o tempo todo. É nessa dinâmica, representando o movimento da mão-de-obra e demais fatores, que reside a importância de se estudar as famílias camponesas do Projeto RECA, enquanto a materialização e concretude das necessidades do capital sobre esses produtores e seus espaços.

## A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR O “PROJETO RECA”

As famílias camponesas do Projeto RECA levam consigo latente e vívida toda a complexidade toda a trajetória da migração à persistência de sobreviverem e se fixarem na Amazônia. Ao se observar a tragédia econômica e social que vivenciaram, cada qual em seu estado de origem, os sulistas amargando a expulsão pela soja e os seringueiros a bancarrota do *látex amazônico*, fica claro a opção de ambos por permanecer no campo. Essa é uma postura ativa dos dois grupos, que encontra ressonância na força e atuação dos governos militares com os projetos de colonização. Em outras palavras, é fundamental entender o processo de migração dessas famílias, por ser um processo social de resistência, sofrido e propositivo, desembocado em programas contra reformistas do governo.

Imbuídos pelo amor ao campo, ao cotidiano de lavar a terra, tais camponeses ingressaram nos citados programas, e com muita dificuldade conseguiram seus lotes. Mas sob a égide do capital, toda conquista se revela em farsa, e assim, já em suas glebas, os produtores foram esquecidos pelos promotores da colonização, ficando sem condições quaisquer para iniciar plantios ou criações. E a farsa por sua vez se mostra como tragédia, arrebatando-os pela fome e malária. Nesse momento, em que todos os determinantes estruturais poderiam fazê-los sucumbir, a força social se mostrou realmente um fator transformador da realidade dada, algo impensado teoricamente, esculpido no dia a dia de resistência e luta e, fundamentalmente, da unidade composta pelos sulistas e ex-seringueiros, com ajuda da CPT e CEBs. Uma força erguida como brado frente às agruras e tristezas, cujas vozes eram seculares e ancestrais, composta por duas subjetividades distintas: a do ex-seringueiro apurada e rica na relação com a floresta, e a do sulista hábil nos arranjos políticos e anseios de crescimento econômico. Essa é uma parte imprescindível desse estudo, pois contém toda força de transformação social, em outras palavras, a base da coesão social capaz de superar as dificuldades e alavancar o desenvolvimento da comunidade.

Da formação do RECA até os dias atuais, os caminhos dessas famílias vêm sendo trilhados pela relação com órgãos e entidades governamentais, onde projetos diferentes são criados para fomentar e incrementar a produção, suprir as necessidades e facilitar o comércio. Fora esses, tem-se a presença cada vez mais marcante de empresas privadas, representantes do grande capital industrial e/ou financeiro, como é o caso da Petrobras e da

Natura. Essa teia de relações demonstra logo de início a importância dos referidos produtores para os órgãos e empresas, tanto pela intensidade com que são procurados, pelas quantias negociadas da produção, quanto pelo dinheiro que os mesmos investem no RECA. Tem-se assim a rica seara de relações entre os atores: famílias produtoras, governo, empresas privadas, capital financeiro e a floresta amazônica, de onde pode-se apreender a atual essência desse desenvolvimento: quais as leis do capital financeiro; como as famílias resistem, propõem alternativas a tais leis e são cooptadas; como a floresta amazônica enquanto ator ativo nesse processo, determina aos outros atores suas leis naturais e de que forma sofre as consequências sociais e históricas.

Imprescindível se faz então mergulhar nesse tecido formado pela história das famílias do Projeto RECA e buscar analisar todas as relações, as leis impostas, as resistências, as críticas. Trata-se substancialmente de trazer à tona o movimento dos atores sociais, econômicos e natural (floresta amazônica) de modo a primar pelo entendimento da relação entre esses, suas mútuas determinações, revelando-os como ativos e passivos concomitantes nesse movimento, e assim, aproximando a análise ao máximo possível de sua realidade material concreta e afastando-a de fenomenologias ou estruturalismos.

## METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

A execução desse trabalho partiu da pesquisa da literatura referente ao campesinato brasileiro e sua luta pela terra. Foi utilizado também demais fontes primárias como: reportagens em sites, jornais, documentos de órgãos do governo, estatutos do Projeto RECA; os quais deram maior riqueza de detalhes à análise.

Para a parte qualitativa, fez-se preponderante nas observações, análises e descrições, o método materialista histórico-dialético, o qual possibilitou trazer os fatores dentro da condução histórica, de modo a engendrar entre eles o movimento: tese, antítese e síntese. Outro fundamental método qualitativo utilizado foi a história oral, capaz de trazer à tona a história, as memórias, os sonhos, os relatos dos camponeses e produtores do Projeto RECA. Este se fez importante em primeiro lugar, pois todo o saber e conhecimento dos camponeses se expressa através da oralidade, não tendo como costume a escrita desses. Em segundo lugar, a história oral era o único meio de conhecer a realidade desses homens e

mulheres do campo, que no processo de luta e migração, não tiveram condições de estudar. Esse método também se mostrava forte aliado da pesquisa ao permitir que o entrevistado passasse a ser sujeito da pesquisa, e não mais objeto. Por fim, o processo de narrar e relatar, próprio da história oral, faz com que o entrevistado, a cada relato, repense e reflita sua própria condição, podendo se esclarecer de alguns (des)caminhos de vida.

Em campo, o processo foi mais específico e peculiar, porque precisou-se num primeiro momento entender toda aquela dinâmica social, econômica e política, conhecer os atores da pesquisa, o percurso histórico para iniciar a pesquisa de forma mais sistemática e dirigida. Cumprida essa etapa, seguiu-se a busca em entender o processo de migração: quais eram os grupos, de onde e por que vinham, quais eram seus sentimentos e subjetividade, como foi a chegada na fronteira. Nesse momento, os senhores e senhoras com maior conhecimento acumulado eram os escolhidos para narrar.

A segunda etapa se dirigiu à compreensão da fixação na terra: quais dificuldades enfrentadas, qual a função dos órgãos estatais, quem auxiliou nesse momento. Também ainda aqui, os líderes com maior experiência eram os convidados a relatar.

A terceira etapa tratou-se de apreender o surgimento e crescimento econômico do RECA: como surgiu, quais foram os financiamentos, que órgãos do governo auxiliavam, quais as empresas se relacionavam. Nesse ínterim, os alvos a entrevistaram eram aqueles mais representativos do poder político e econômico da cooperativa, como os principais produtores, os funcionários das agroindústrias, o presidente do RECA.

Na última etapa, já fora da cooperativa, investigou-se as relações estabelecidas pelo RECA com outras comunidades e grupos de não sócios, de modo a perceber a qualidade dessas relações, as consequências geradas, os conflitos e interesses intrínsecos.

A problemática dessa proposta, as famílias camponesas do Projeto RECA sob o Desenvolvimento Sustentável, faz parte da discussão mais cara às Ciências Humanas voltadas para o campo brasileiro. Pensar assim na relação entre os agrossilvicultores e o Desenvolvimento Sustentável é refletir a respeito da busca atual dos camponeses em permanecerem no campo sem disporem de terra, mas subsumindo-se ao capital pela circulação. Os imprescindíveis estudos do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, atentam para o estudo do eminente desenvolvimento do capitalismo monopolista no campo brasileiro, que na visão do mesmo, expressa-se em suas duas manifestações claras: territorialização do capital e a monopolização do território.

A territorialização do capital monopolista pelo campo nacional é um dos processos pelos quais se percebe como o desenvolvimento do capital é contraditório e combinado. Após historicamente tanto separar cidade e campo, urbano e rural, estabelecendo formas particulares de se reproduzir em cada local e muitas vezes contrapondo-os, o capital agora se expressa, ou melhor, expande-se para o campo com base na industrialização da agricultura. Nas palavras do autor já indicado:

O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente. Isto quer dizer que o campo e a cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. (OLIVEIRA, 2005, p.474).

Como exemplos fatídicos desse processo de formação das agroindústrias no meio rural de nosso país, tem-se: as usinas de cana-de-açúcar, as indústrias de laranja e as beneficiadoras de soja. Em todos esses casos, o capitalista industrial é o mesmo dono das terras e da agroindústria, ou seja, capitalista industrial e capitalista rural são o mesmo capitalista. “Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário de terras, latifundiário, portanto”, salienta o mesmo autor. Ser proprietário das indústrias e do latifúndio implica em submeter a agricultura às leis da indústria e, logo, o funcionamento do campo segue as diretrizes industriais. E

embora tendo no campo um setor de baixa rentabilidade, lá se implanta, mesmo naqueles setores onde o tempo de produção é muito maior que o tempo de trabalho (a razão estrutural do surgimento do bóia-fria). (OLIVEIRA, 1995, p. 52)

Assim, estabelecem-se não só uma transformação nas forças produtivas como também nas relações de produção, onde o trabalhador será assalariado e contratado diretamente pela indústria especificamente nos momentos de colheita. Não é por acaso que grande parte das greves rurais tem sido feitas nas cidades como ocorre com os bóias-frias. Esse é então, o processo de territorialização do capital monopolista no campo. Contudo, não é o único que garante o desenvolvimento capitalista no meio rural.

Conforme explicitado acima, sendo o tempo de produção maior que o tempo de trabalho, reduz-se a mais-valia, e como

(...) a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, *implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação*. (OLIVEIRA, 1995, p.53)

Tem-se aí a outra forma pela qual ele se expande pelo campo através da monopolização do território. Diferentemente do primeiro caso, nesse o capitalista, se dono da terra, não atua diretamente na produção da mesma, repassa a terceiros. Isso ocorre comumente com os sistemas de arrendamento onde o fazendeiro para não dispor de seu próprio capital para preparar a terra e fazê-la produzir, arrenda-a a um camponês sem terra ou pequeno produtor local para no momento da produção cobrar em forma de dinheiro ou produção. Se não proprietário da terra, o capitalista subordina a produção do pequeno proprietário ou camponês, como por exemplo, quando produtores de fumo entregam toda sua produção a multinacionais de cigarro. Nesses dois casos, o capitalista industrial se lança a monopolizar o território sem se territorializar, e assim cria, recria e redefine relações não capitalistas de produção no campo, como a produção camponesa.

Fica nítido, através de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o modo contraditório pelo qual o capital monopolista avança pelo campo: de um lado unindo indústria e agricultura e de outro alastrando o trabalho assalariado e reproduzindo o camponês. Ainda diante da riqueza teórico-dialética do autor, faz necessário nos aprofundarmos mais nesse mecanismo de criação e recriação do camponês, nos utilizando de umas de suas passagens:

O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam as matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura e na suinocultura, por exemplo). Nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. (OLIVEIRA, 2008, p.478)

Esse é o caráter mais importante e central da monopolização capitalista da terra: sujeitar formas de trabalho não capitalistas, no caso, o camponês. Quando se sujeita o camponês, está se sujeitando de forma direta a renda da terra, ou seja, torna a renda da terra capitalizada. E capitalizar a renda da terra é muito mais lucrativo, pois parte dela refere-se a tudo que foi gasto na produção da matéria-prima, e outra parte, ao trabalho de toda a família do camponês. É com base nesse ponto que Martins verifica um aumento da capitalização do colono em relação ao antigo cativo escravo:

(...) o regime escravista apoia-se na transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção para o processo de circulação, instituindo a sujeição da produção ao comércio. Entretanto, como o lucro do fazendeiro é regulado pelo lucro médio, o seu cativo não apresenta uma forma pré-capitalista de renda (...). (MARTINS, 1979, p.15-16)

Dizer que, do ponto de vista do capitalismo monopolista, sujeitar a renda da terra é a forma mais lucrativa de se capitalizar o trabalho pré-capitalista, é equivalente a mencionar que o camponês tem uma parte consumidora enquanto o cativo não.

Tamanha relevância da apropriação capitalista da renda da terra na atualidade justifica-se porque sem ela o capital monopolista não conseguiria se expandir e o resultado seria o fracasso do sistema capitalista. Isto é,

A produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência o processo de *reprodução ampliada* do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1995, p.12)

Chegamos então na proporção macro-estrutural da teoria que embasa o presente estudo, na sua forma histórico-dialética: o capital monopolista demanda grandes acúmulos de capitais<sup>2</sup> para sua *reprodução ampliada*, a fim de alimentar sua máxima expressão, o

---

<sup>2</sup> A respeito do acúmulo incessante e crescente de capitais, Marx escreveu: “Posto que, portanto, reside na natureza das coisas que a acumulação de um capital é **um antecedente (Vorläufer) necessário** da divisão do

capital financeiro. Tão caro é o conceito de *reprodução ampliada do capital*, que foi expresso pelo grande filósofo Mészáros quando disse:

Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o “aumento do círculo de consumo”, para benefício do “indivíduo social pleno” de que falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição (MÉSZÁROS, 2003, p. 21).

Enquanto último estágio do desenvolvimento capitalista, o capital financeiro rege a economia, transformando tanto as forças produtivas quanto as relações de produção. As transformações das forças produtivas podem ser verificadas pela introdução de novas e avançadas tecnologias: telecomunicações, transportes, informática, robótica, transgênicos, entre outras. Já a modificação das relações de produção criou de um lado trabalhadores flexíveis e de outro recria formas de trabalho não capitalistas. De acordo com Antunes,

(...) nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações essas formas de *ser* e de *existir* da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Entre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precárias, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza (...). (ANTUNES, 2000, p.15)

Finalmente, é importante lembrarmos que para legitimar seu processo de mundialização, o capital financeiro se aparelha de programas político-ideológicos como: o Neoliberalismo e o Desenvolvimento Sustentável.

A perspectiva histórico-social demarca início e fim dessa investigação sobre as famílias do RECA. Em termos históricos, o início se dá logo em 1964, no momento em que os Governos Militares dirigem a colonização do norte em comunhão com os interesses

---

trabalho, o trabalho não pode sofrer maiores subdivisões a não ser na proporção em que os capitais tenham se acumulado cada vez mais.” (MARX, 2004, p.58, grifo nosso)

capitalistas no nordeste, sudeste e norte, processo esse brilhantemente denominado Contra Reforma Agrária pelo já citado autor Octavio Ianni (1979, p. 103); e o fim se concretiza nas ações do Governo Lula ao propor, em maio de 2008, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) atualmente coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) que se resume a forte atuação de projetos de desenvolvimento sustentável alavancados por grandes corporações como Petrobrás e Natura. Em termos sociais, é iniciada a partir dos próprios processos migratórios em direção à fronteira amazônica, começando pelos nordestinos em fins do século XIX e posteriormente, por parte dos sulistas em 1940. Finda-se essa perspectiva social, aos fins desse trabalho, pelo quadro atual do Projeto RECA caracterizado pela estratificação social interna e relação socioeconômica com outras comunidades, ambos efeitos, causas e expressão do mais novo projeto dos agrossilvicultores, o Projeto Concretizar. Aprovado pelo Fundo Amazônia, esse prevê como objetivo fundamental “*viabilizar a Produção Sustentável da Agricultura Familiar na Ponta do Abunã em Rondônia, Acre e Sul do Amazonas*”<sup>3</sup>. Há de se ressaltar ainda que o dinheiro concedido é da ordem de R\$ 4.490.222,00, para a finalidade já citada, o que dispensa por hora, comentários a respeito das consequências por ele engendradas. Diante disso, a segunda perspectiva, a social, regerá as descrições e análises situando a primeira perspectiva por meio das evidências, nuances, contradições, cooptações, enfrentamentos, emancipações e dependências, da história dos produtores da Ponta do Abunã. Esses serão os trilhos para descrever como os camponeses lutaram por caminhos e quais os constrangimentos, empecilhos, seduções e motivações que os fizeram seguir os rumos decididos.

Fez-se tal escolha, adentrando pois então no campo ideológico da dissertação, para dar luz aos avanços e conquistas dessas famílias no sentido da terra enquanto fator social. Mesmo sendo numerosas, essas conquistas têm seu verdadeiro valor pelo potencial emancipatório que guardam latentes em si. Não obstante, demonstram de que maneira uma conjuntura de expropriação, miséria e fome, pode ser sintetizada numa forma mais extrativista e igualitária em consonância com o ecossistema local. Sem perder de vista os descaminhos, tal escolha se incumbe de demonstrar os entraves, os estrangulamentos e as cooptações contidas na realidade vivida pelos mesmos, e em suas próprias subjetividades, que os distanciam de um desenvolvimento emancipatório. Por fim, pontuar a linha histórica

---

<sup>3</sup>[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Esquerdo/como\\_apresentar\\_projetos/Chamada\\_Publica](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/como_apresentar_projetos/Chamada_Publica), acessado em 12/05/2014

na luta dos camponeses propicia demonstrar quão fundamental é o enfrentamento social na busca pela fixação e permanência no campo, desde a forma produtiva até relação dos produtores com a natureza. Na busca do desenvolvimento independente e emancipatório dos mesmos, o enfrentamento social é tão indispensável quanto os enfrentamentos políticos e econômicos realizados contra o capital. Logo, o desenvolvimento social emancipatório do homem no campo, em harmonia com a natureza, é a preocupação central e energia motriz de todos esses parágrafos. Assume-se desta maneira, os anseios de cada migrante e de cada família em concretizar a função social da terra, como anseios de toda essa pesquisa e do pesquisador, recusando a neutralidade ao tratar da realidade dos trabalhadores (ANTUNES, 2006).

O texto segue em quatro seções, das quais a primeira, enquanto ponto de partida, recuperará a trajetória de migração dos nordestinos e sulistas ressaltando: a forma de trabalho realizada nos respectivos ciclos econômicos rurais, a lógica social e das relações sociais de produção reinantes, a bancarrota econômica e a expropriação sofrida. Nela ainda, será enfatizada a condição migrante como condição determinada pelo próprio avanço do capitalismo no campo, gerando para as famílias configurações subjetivas semelhantes. A segunda seção, contará da chegada nas terras da Ponta do Abunã à formação do RECA, onde todos os acontecimentos narrados serão de extremo valor para se observar o potencial social construído e alguns descaminhos iniciais. A terceira seção descreverá a trajetória do nascimento da Cooperativa à relação com a Natura, desvelando os anseios dos produtores na conquista do mercado, os incentivos do Estado, a especulação da Wolf Seeds, a presença da Natura, e as modificações e permanências sociais e econômicas. A última seção se debruçará sobre o advento do Projeto Concretizar e todas as transformações concomitantes a ele.

## 1. FRONTEIRA AMAZÔNICA E OS MIGRANTES

A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança (MARTINS, 2009, p. 132)

### 1.1. A FRONTEIRA: ENTRE A AMAZÔNIA E AS MIGRAÇÕES.

A Fronteira Amazônica aqui tratada refere-se, especialmente, a todos os estados limítrofes da Amazônia Legal, a qual é formada pelos seguintes estados inteiros: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; e parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão (figura 6 abaixo). Logo, são esses limítrofes: Maranhão, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amapá. Essa região toda perfaz uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km<sup>2</sup> correspondente a cerca de 59% do território brasileiro. De clima equatorial úmido, caracterizado por chuvas abundantes e bem distribuídas o ano todo, com atuação das massas de ar: equatorial continental, equatorial atlântica e polar atlântica. “A precipitação atmosférica anual é de 2.300 mm, em média, e a descarga média do rio Amazonas no oceano Atlântico é de cerca de 220.000m<sup>3</sup>/s, o que corresponde a 18% da descarga total de água fresca nos oceanos do mundo” (MARENGO E VALVERDE, 2007, p. 7).



Fonte: Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Tem a maior extensão de floresta tropical do planeta, com aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados, como já escrito, e também praticamente um quarto de todas as espécies animais e vegetais. Drenada pela bacia amazônica, uma área de 7 milhões de km<sup>2</sup>, que abarca terras de vários países da América do Sul: Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Guiana, Suriname e Brasil. É a maior bacia fluvial do mundo, e seu rio principal tem mais de sete mil afluentes e vinte e cinco mil quilômetros de vias navegáveis. Floresta e bacia hidrográfica, em conjunto com região Equatorial, relevo e solo onde se encontram, fazem do ciclo hidrológico um fator determinante da existência desse ecossistema. Em outras palavras, a evaporação da água dos rios e a evapotranspiração da flora e fauna conferem grande umidade à atmosfera, cuja quantidade é imprescindível às precipitações locais. Logo, trata-se de uma composição natural bem harmônica, onde floresta, bacia hidrográfica, solo, região equatorial e relevo em conjunto, formam as dinâmicas naturais locais, as leis naturais da Amazônia. Sem essas não haveria chuvas, as quais não proporcionariam o elemento da precipitação, desequilibrando toda a citada dinâmica natural.

Mesmo coberta por densa e heterogênea floresta seu solo é famoso por ser de baixa produtividade agrícola, composto por minerais argilosos e arenosos. De acordo com Schubart (2000), 90% de seus solos são ácidos, quimicamente pobres e com umidade excessiva. O que confere força à vegetação é a fina camada superficial de matéria orgânica advindas da mata (folhas, galhos, frutos e matéria em decomposição), o húmus, reciclado pela alta pluviosidade e temperaturas locais. Portanto, tem-se mais um determinante natural explícito: sem a floresta o solo torna-se inviável a qualquer forma de produção agropecuária. Outro determinante natural também surge com relação ao excesso de chuvas e à alta saturação dos solos na Amazônia Central, formando uma barreira natural à prática agrícola (COCHRANE & SANCHES, 1982). Tamanha magnitude pluviométrica aumenta sobremaneira a proliferação de pragas e doenças como descreve um estudo do Conselho Norte-Americano de Pesquisa sobre Agricultura Sustentável e Meio Ambiente nos Trópicos Úmidos:

Um clima quente e úmido oferece as condições ideais para a proliferação de pragas e doenças. A estação de crescimento é essencialmente contínua e facilita o desenvolvimento de pragas persistentes. As perdas de culturas para pragas nos trópicos úmidos são grandes. As perdas na pré-colheita são

estimadas em 36% da produção, e as perdas na pós-colheita, em 14%. Os impactos dos fungos, bactérias e vírus patogênicos em países em desenvolvimento têm sido menos estudados do que os dos insetos. No entanto, os estudos mais abrangentes sugerem que as perdas causadas por patógenos são aproximadamente iguais às aquelas causadas por insetos. O crescimento de ervas daninhas é frequentemente tão intenso e difícil de controlar que se acredita ser a principal causa da queda da produção (National Research Council, 1993).

Os próprios camponeses entendam essa combinação citada acima e seus efeitos, como no caso do transporte da produção que

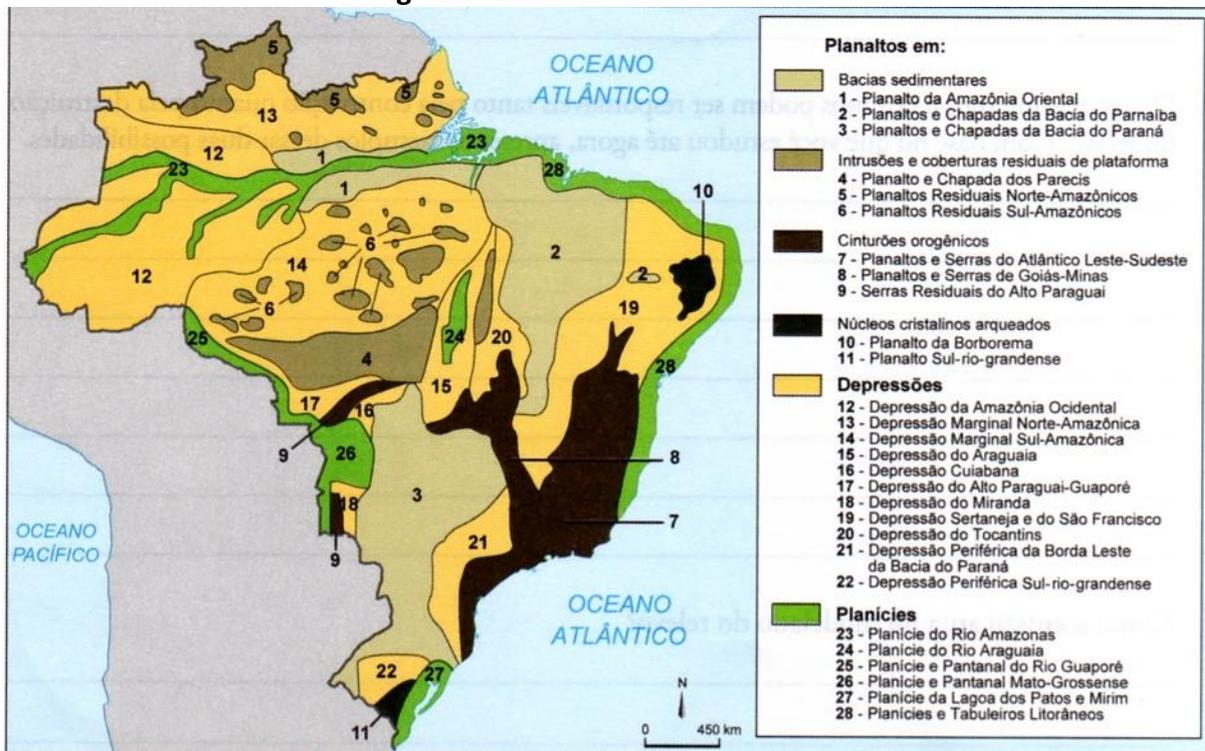
é dificultado na época da chuva, de dezembro até maio mais ou menos. É muita chuva e solo não vence. Fica parecendo uma esponja, muito grudenta e escorregadia. Nada para em cima, gente caindo de moto, a pé, atolando carro. Só passa os traçados ou tratores. Mas sabe como é né sem chuva as plantas novas não crescem e as maduras não dão muitos frutos (Pequeno Produtor do RECA).

A Amazônia ainda se destaca por seu relevo e geologia, com as três formações básicas brasileiras: planaltos, planícies e depressões; que compreendem desde planícies sedimentares de formação recente como a Planície do Rio Amazonas e sua foz, até escudos cristalinos pré-cambrianos, ricos em minerais ferrosos, como é o caso dos Planaltos Residuais Norte e Sul Amazônicos (figura 7, p. 43). Expressa grandiosa riqueza mineral e de combustíveis fósseis, como advertiu Breno Augusto dos Santos:

Na Amazônia, as áreas de pré-cambriano correspondem a cerca de 40% do seu território. As suas sequências vulcano-sedimentares (do tipo greenstone belt ou não), intrusões graníticas, derrames vulcânicos ácidos e intermediários, complexos alcalino-ultrabásicos e básico-ultrabásicos, e coberturas sedimentares apresentam potencialidade para uma grande variedade de depósitos minerais, tais como ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante. Deve ser salientado que boa parte dos depósitos minerais, embora relacionados a rochas pré-cambrianas, foram formados através de processos de enriquecimento — laterização, erosão e

concentração — em tempos mais recentes, do Terciário ao Quaternário (SANTOS, 2002, p. 128)

**Figura 7: Brasil – Formas de Relevo.**

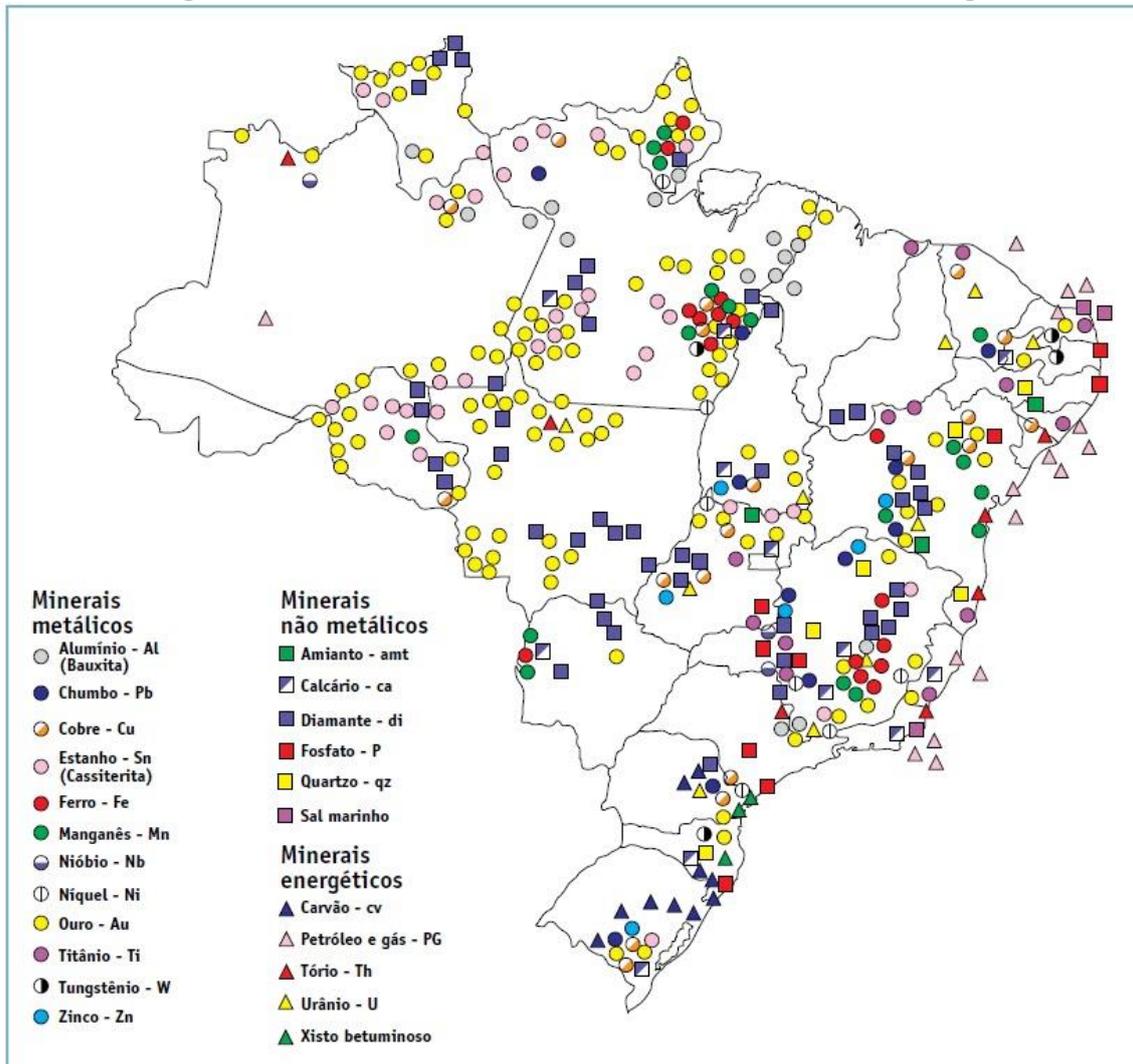


Fonte: ROSS, Jurandy L. Sanches. Os Fundamentos da Geografia da Natureza. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, p. 53.

A área sedimentar é composta por camadas espessas de anidrita, gipsita, sal gema e alguns depósitos de rochas calcárias, de argilas caulíticas, lateritos bauxíticos, sais de potassa além de reservas de gás natural e petróleo (BECKER, 1991). Dada tanta riqueza, a região tem as maiores reservas de ferro de alto teor do mundo, a terceira maior reserva de bauxita e grandes reservas de manganês, níquel e cobre (figura 8, p. 44). E todo esse montante se localiza, majoritariamente, na Amazônia Oriental, no sudeste do Pará, onde se conhece a Serra dos Carajás.

Com mais de 100 000 km<sup>2</sup>, é uma das grandes anomalias geológicas do planeta, no que tange ao volume e à concentração de metais de uso industrial e/ou alto valor unitário num raio de 60 km, a partir da Serra dos Carajás (25 a 30 bilhões de toneladas). Sua descoberta, em meados de 1960, resultou de uma política de prospecção sistemática em nível empresarial (BECKER, 1991).

**Figura 8: Recursos Minerais Metálicos, Não Metálicos e Energéticos**



Fonte: <http://www.repertoriogeografico.net/p/mapas.html>

Tanta riqueza mineral despertou o interesse de empresas privadas estrangeiras e do próprio governo brasileiro, já a partir da década de 50, contudo, toda empresa mineradora, abria campos de destruição ambiental a fim de saciar as necessidades da economia capitalista. Mais uma vez, a destruição ambiental infringe as leis naturais e, por conseguinte o desenvolvimento pretendido é construído contra a natureza.

Do exposto acima, apresenta-se o primeiro grande ator dessa pesquisa: a Amazônia. Com todas as características apresentadas, forma um imenso ecossistema complexo, cujas partes se integram a forças naturais variadas que dinamizam sua existência. Trata-se assim de um ator natural ativo, que engendra determinantes e pode desencadear grandes transformações sociais, econômicas e políticas em muitas sociedades. É o caso das cheias e das intensas chuvas capazes de alagar grandes áreas, inundando plantações e habitações.

Logo, a Amazônia e sua fronteira se estabelecem aqui, primeiramente, como meio natural repleto de leis próprias, as quais não podem ser vistas em detrimento das leis sociais, políticas e econômicas. E para tanto, renega-se a polarização construída desde o Renascimento que situa o homem enquanto sujeito ativo e a natureza como objeto passivo, como

se tudo se passasse como no Gênesis em que Deus criara as plantas, os bichos, as montanhas, o ar, a água durante os seis primeiros dias da Criação e somente no derradeiro dia criasse o homem, à sua imagem e semelhança. Assim, a natureza já está à disposição do homem. (GONÇALVES, 2002, p. 6)

Contudo, esse meio natural é também meio social quando nele habitam sociedades que se utilizam de seus recursos para sobreviverem. É o trabalho empenhado nas matérias-primas presentes na natureza que faz o homem produzir artigos repletos de valores de uso, imprescindíveis a sua reprodução social. Nesse instante, ele imprime forças sociais em consonância com as forças naturais, resultando num meio natural construído, numa natureza “humanizada”. “Esta é a razão pela qual Marx conclui que: o trabalho não é, pois, a fonte única e exclusiva dos valores de uso que produz, da riqueza material. O trabalho é, como o há dito William Petty, o pai da riqueza, e a terra a mãe.” (ALTVATER, 2006 apud MARX, 1962).

As primeiras mãos a construírem essa Amazônia social, esse meio natural construído, foram as dos índios. Inúmeras etnias de acordo com suas cosmologias praticavam o extrativismo, a caça, a pesca, e algumas mais territorializadas, detinham uma pequena produção de mandioca e milho. O que importa aqui na verdade é ressaltar, que nessa relação entre eles e a floresta havia uma igualdade de forças, sem qualquer sobreposição das naturais pelas sociais, de modo que esse índio crescia junto com a natureza e não contra a natureza. Ele passava a ser a parte naturalizada da natureza humanizada. Era, de fato uma verdadeira simbiose, e na produção dos valores de uso não se destruía a floresta, somente se transformava sem alterar seu dinamismo natural. Nesse sentido, ecossistema e ocupação humana se faziam juntos, de maneira harmônica, como ocorreu com

os Tupi e os Guarani, assim como os Aruaques, entre outros povos, foram ocupando essas áreas enquanto esses ecossistemas se formavam e, assim, foram *co-evoluindo*, eis a palavra-chave, com esses ecossistemas. Assim, não há um ecossistema anterior à ocupação por esses povos e suas culturas (...). (GONÇALVES, 2002, p. 6)

A mesma relação simbiótica se expressava com os Kayapó, que não abandonavam suas antigas roças, as capoeiras, após dois ou três anos. Posey demonstrou que essas capoeiras continuavam armazenando: batata doce por 4 ou 5 anos; cará, durante 5 ou 6 anos; mamão pelo espaço de 4 a 6 anos (POSEY, 1986, p. 174-175). Embasada nesses estudos Ribeiro lembrou que os índios plantavam árvores frutíferas em roças novas e velhas para servirem como isca de caça. Assim, ainda de acordo com a mesma, as capoeiras acabavam por ser bancos de reservas de mudas e sementes, pomares e fazendas de caça, configurando os seguintes estágios: roças de mandiocas, de outros tubérculos e frutas; roça residual e pomar; e por fim, floresta alta (RIBEIRO, 1990). Através dessa relação, com o passar de séculos, esses ameríndios acabaram por criar um verdadeiro conhecimento da ecologia, um saber prático passado às gerações sobre as funções de cada espécie e o respeito ao seu manuseio, pois viam na natureza sua própria existência (material, espiritual e cultural). Carlos Walter Porto Gonçalves, esboça essa amplitude de conhecimento indígena, por meio da utilização de

feijões e favas, como o amendoim (*Arachis hypogaea*); frutas como o cacau (*Theobroma cacao*), o abacaxi (*Ananas sativus*), o caju (*Anacardium occidentale*), o mamão (*Carica papaya*), o ingá (*inga spp.*), e muitas outras; amêndoas como a castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*); plantas estimulantes como o guaraná (*Paullinia cupana*), erva mate (*Ilex paraguariensis*), o fumo (*Nicotina tabacum*); plantas medicinais como a ipecacuanha (*Cephalis ipecacuanha*) de que se extrai o cloridato de emetina; a copaíba (do gênero *Copaifera*) usada contra afecções das vias urinárias; a quinina (do gênero *Chinchona*), que até 1930 era o único antimalárico disponível; até plantas de largo empenho industrial como a borracha (*hevea brasiliensis*) (...).(GONÇALVES, 2002, p. 9)

Além disso, esse conhecimento se fazia fundamental à resistência contra as dominações coloniais-mercantis, por propiciar a sobrevivência em outros locais distantes

dos invasores, como o sul do México, as áreas montanhosas da América Central e as selvas da América do Sul (Floresta Amazônica). Daí entende-se o porquê do cacau, originário da América Central onde era bebida apreciada pelo astecas, ser encontrado na Amazônia. Entende-se o porquê da batata, alimento peruano, ser chamada de batata inglesa.

Algumas comunidades camponesas, principalmente os camponeses florestais da Amazônia, desempenharam a mesma relação de desenvolvimento com a natureza, ainda que partindo de uma cosmologia diferente da indígena. Denomina-se camponeses florestais aqueles seringueiros que devido à bancarrota da economia da borracha, com o fim da Segunda Grande Guerra e com a concorrência da produção asiática, passaram do trabalho compulsório nas colocações ao trabalho familiar baseado no pequeno roçado, na caça e no extrativismo. Esses fizeram da floresta seu espaço de reprodução social, valendo-se de todos os conhecimentos aprendidos com os índios e em meio a vivências nas colocações. Transformaram-se em amazônidas, pois nesse meio natural, em confluências com a dinâmica da mata,

desenvolviam sua produção agroextrativista voltada para a sustentação familiar; firmavam seus modos de vida em bases mais sólidas nas “colocações”, sem o poder de coação intensa do barracão; redescobriam e recriavam valores de vida familiar e comunitária em suas práticas sociais, culturais e religiosas. Havia uma simbiose que amenizava os conflitos, pois, nos seringais semi-abandonados, os seringueiros ficavam como “espécies” de guardiões do domínio territorial do antigo patrão. Nisso produziam sua auto-sustentação, usufruindo os recursos da floresta, porém o domínio da propriedade era algo que não lhes perturbava. (SIMIONE DA SILVA, 2011, p. 111)

A partir de 1960, tal simbiose entre homem-natureza, ou melhor dizendo, tais formas de vivência social com a natureza, construindo uma materialidade conjunta com a floresta, passaram a ser ameaçadas pela chegada do capitalismo. Mais que outra forma econômica sua chegada representava outro processo civilizatório, cuja premissa básica era que o meio natural só servia se convertido em mercadorias para satisfazerem o mercado. Disso, ainda como processo civilizatório, decorre a subjugação da natureza e sua dinâmica natural pelo mercado e suas novas forças sociais produtivas, de modo que, o “desenvolvimento” passava a ser construído contra a natureza. Também decorria a subjugação das próprias sociedades

tradicionais, que compunham a natureza humanizada. Mas qual a razão do capital adentrar espaços tão esquecidos do planeta como a Amazônia? A resposta se inicia pela explicação de sua própria essência.

O capital enquanto processo social e econômico, preconiza essencialmente a produção de valor, partindo dos valores de uso, mas fundamentalmente almejando a produção de valores de troca, de mais-valia e de renda da terra, a serem consumidos e negociados no mercado.

Não há mercado na natureza. O mercado é uma construção social e econômica. O mais formoso dos pássaros ou uma velha árvore em uma selva tropical ou o ferro em uma mina não são mercadorias; somente se convertem em mercadorias por meio de um processo de valorização (*Inwertsetzung; mise-um-valeur*). Não é o trabalho em si mesmo, o trabalho *sans frase*, aquele que metamorfoseia em mercadoria, e sim a força de trabalho consumida sob a forma social do capitalismo e sob sua condição social de estar subjugada ao processo capitalista de produção de valor e mais valia (ALTVATER, 1992: 25; BURKETT, 1996: 64)

Tão crucial é a tal produção de valor à dinâmica do capital, que é por se apropriar do caráter social universal do homem, o trabalho, produzindo mais-valia, e dele extraindo valor quando a mercadoria é vendida, que o capital se faz enquanto processo universal. Nas palavras do próprio Marx

O produto — a propriedade do capitalista — é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*<sup>4</sup>. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria: Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer

---

<sup>4</sup> Que se ama por si mesma

produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia. (MARX, 1996, p. 305)

A renda da terra é outra produção de valor, e por conseguinte, de ganhos do capitalista. É o preço pago pelo arrendatário pelo uso da terra ao proprietário fundiário, logo um preço de monopólio. “Das três classes produtivas, a dos proprietários fundiários é aquela cujo rendimento (*revenu*) não lhe custa nem trabalho nem cuidado, mas que, por assim dizer, lhe vem por si mesmo e sem que ela faça para isso qualquer perspectiva ou qualquer plano.” (MARX, 2004, P.63). Essa renda aumenta quando maiores forem: a fertilidade do solo, as benfeitorias feitas por ele ou pelo arrendatário, as produções, a localização mais privilegiada da terra, as melhorias na força produtiva do trabalho que reduzem o preço real das manufaturas, as melhorias na sociedade (estradas, meios de comunicação, ...).

Quando a produção desses valores aumenta, amplia-se a quantidade de capitais acumulados, o que permite a expansão da produção e da circulação das mercadorias, que geram por sua vez, um aumento maior ainda capitais.

O processo de acumulação capitalista tem lugar nas coordenadas de tempo e espaço. Com o tempo, sua lógica é a aceleração. O aumento da produtividade para a produção de mais-valia relativa não é outra coisa que a aceleração da produção e circulação em todos os processos para poder produzir mais produtos na mesma unidade de tempo. Ao acelerar todos os processos, é possível estender o alcance da produção e reprodução capitalista no espaço. (ALTVATER, 2006, p. 343)

Nesse sentido, a dinâmica da acumulação capitalista gera a expansão espacial do capital, com a prerrogativa de obter maiores explorações de matéria-prima e mão-de-obra, bem como também de aumentar as rendas da terra e mais-valia pela transformação das relações de produção. Contudo, essa expansão só é possível se forem eliminados os limites e fronteiras, estabelecidos seja por questões naturais, pelas instituições políticas e/ou religiosas.

Aqui então responde-se a questão anterior, demonstrando que a penetração do capital na Amazônia deve-se a seu próprio processo expansionista e sua saga por produção de valores de troca, renda da terra e mais-valia. Essa expansão tem momento histórico

exato: a inundação pelo capitalismo estadunidense via ditadura militar; baseia-se: na grande revolução tecnológica dos meios de comunicação, transportes e produção; e, por fim, rege-se pelo capital financeiro. Essa expansão refere-se a própria mundialização do capital em marcha sobre a Floresta Amazônica e suas sociedades tradicionais.

Contudo, tal marcha só se inicia quando: a natureza passa a ser privatizada, uma infraestrutura de produção e circulação de mercadorias criada e a maior quantidade de mão-de-obra e matéria-prima baratas disponibilizadas. E quem, como sempre na história capitalista, desempenha tal papel é o próprio Estado. Ele é quem prove ao capital o meio ambiente construído e as condições gerais de produção, ao menos enquanto o sistema de direitos de propriedade não está devidamente desenvolvido (MARX apud VALTVATER). Assim, o modo de produção capitalista avança pela Amazônia, na década de 60, pelas mãos dos Governos Militares, que colocam a economia brasileira em completa subserviência ao capital industrial e financeiro monopolista. Nas palavras de Octavio Ianni,

durante os anos de 1964-1978, o Estado brasileiro foi levado a realizar uma política econômica razoavelmente agressiva e sistemática de subordinação da agricultura ao capital. Nesses anos, o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, entrou em uma fase talvez mais intensa e generalizada do que em ocasiões anteriores de tempo recente. As medidas governamentais adotadas proporcionaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo. Nas atividades em que já havia organizado uma agricultura capitalista, como na cana-de-açúcar, por exemplo, o poder estatal foi levado a apoiar ou induzir a concentração e a centralização do capital, juntamente com a maquinaria e a quimificação do processo produtivo. Nas atividades em que eram escassas, dispersas ou inexistentes as organizações capitalistas de produção, como na pecuária rústica da Amazônia, por exemplo, o poder estatal foi levado a induzir, incentivar ou apoiar tanto a constituição de empreendimentos capitalistas como a concentração e a centralização do capital. Por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intenso do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo. Nos dois casos, isto é, nos dois extremos, a atuação do poder estatal desempenhou-se e desempenha-se de modo particularmente agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos (IANNI, 1979, p. 15 e 16)

Fica muito clara essa atuação, a partir de 1964, no próprio Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 escrito pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, ao expor:

procurará o Governo estimular a expansão das exportações e a sua diversificação através das seguintes medidas: (i) taxas cambiais remuneradoras, a fim de manter nosso poder competitivo nos mercados internacionais; (ii) simplificação do processo burocrático de exportação e concessão de estímulos cambiais e fiscais; (iii) adoção de práticas adequadas de financiamento às exportações. O sistema em vigor nas Carteiras de Câmbio e de Comércio Exterior do Banco do Brasil deverá ser conjugado com as facilidades de redesconto e com linhas de crédito, junto por exemplo, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. (ROBERTO CAMPOS apud IANNI, 1979, p.18).

O capital estrangeiro afluí ao país sob três modalidades: investimento direto; empréstimos de empresas e instituições financeiras estrangeiras a entidades e empresas funcionando no país; capitais levantados no exterior pelo Governo brasileiro e instituições financeiras governamentais. Sua importância para a economia nacional deve ser considerada sob três aspectos: o aumento marginal da taxa de investimentos, o do esforço de capacidade para importar e o da contribuição tecnológica. (ROBERTO CAMPOS apud IANNI, 1979, p.19).

Toda essa agressiva e repressiva política econômica foi logo posta em prática através da formulação de leis, estatutos, decretos, enfim, por meio de todo um aparato jurídico capaz de não só colocar o capital como dirigente desse avanço pelo campo (centralizando o centro-sul e se expandindo pela fronteira amazônica), mas como regente do próprio estado nessas ações. O Estatuto da Terra de 1964, estabeleceu que a colonização era toda atividade oficial ou particular destinada ao aproveitamento da terra. Definiu também que era função do Estado propiciar através de assistência técnica e creditícia as empresas particulares de colonização. Tanto o Estatuto da Terra, criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, como o Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, definiram a colonização particular como atividade que se realiza pela empresa de colonização. Essa empresa particular de colonização “é a pessoa física ou jurídica de direito privado, que tenha por finalidade promover o acesso à propriedade da terra e o seu aproveitamento econômico, por meio da divisão em propriedades adequadas a região considerada, ou do sistema cooperativo”

(IANNI, 1979, p. 86). Ainda segundo a Lei de 1966, ficou expresso que a colonização particular tem por finalidade complementar a de ampliar a atuação do Estado na facilitação do acesso a propriedade rural, e se assim o fizesse, poderia beneficiar-se de favores do mesmo para estimular: o acesso às terras e financiamentos a longo prazo; obras e recursos de infraestrutura; seleção, capacitação e encaminhamento de agricultores; apoio a pedidos de financiamento de seus projetos e “colaboração sob a forma de adjudicação preferencial de lotes ou parcelas em seus projetos” (IANNI, 1979, p. 86).

Moacir Palmeira definiu muito bem as três atuações do Estado na abertura da Amazônia ao capital monopolista e, melhor ainda fez ao expor a qualidade dessa comunhão em cada uma dessas ações. A primeira ação, de acordo com ele, foi a concessão do crédito subsidiado, cujo montante cresceu três vezes na primeira metade da década de 70.

**Figura 9: Crédito rural por finalidade em número e valor real**

Crédito rural por finalidade em número e valor real*								
Ano	Custeio		Investimentos		Comercialização		Total	
	Contratos		Contratos		Contratos		Contratos	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
1969	674.879	9.623	278.554	5.821	191.776	5.273	1.145.209	20.717
1970	649.173	10.992	281.323	6.690	260.096	6.965	1.190.592	24.647
1971	885.994	12.393	330.082	8.401	236.765	7.685	1.252.841	28.480
1972	687.147	14.705	348.793	11.682	230.211	8.932	1.266.151	35.320
1973	770.553	21.288	407.920	16.494	221.211	12.068	1.399.684	49.851
1974	789.472	27.756	409.039	18.661	251.885	15.230	1.450.396	61.648
1975	1.076.545	39.446	498.687	28.123	280.899	22.427	1.856.131	89.997
Crescimento médio anual	8,11%	26,5%	10,2%	30%	6,6%	27,3%	8,4%	27,7%

Fonte: Banco Central do Brasil.  
 \*Deflacionado pelo IGP col. 2, base 1975.  
 Obs.: Conforme Paulo Rabello de Castro, *op. cit.*, p. 163.

**Fonte: IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. p. 49.**

Comparando-se o volume de crédito concedido (figura 9 acima) com o valor bruto da produção agrícola no mesmo período, tem-se

evidências de desvio de empréstimos para outras atividades: na segunda metade da década, o valor dos créditos concedidos girava em torno de 70 a 90% do valor bruto da produção. Os dados apontam também para uma

crescente concentração de créditos em torno de um pequeno número de grandes tomadores (GRAHAM et al., 1987, p. 22-25 apud PALMEIRA, 1989, p. 96)

A segunda ação foram os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e subjacentes nas áreas da SEDENE e da SUDAM.

Entre 1975 e 1985, os fundos de incentivos fiscais, segundo relatório preparado pela Comissão dos Incentivos Fiscais (COMIF) divulgado pela imprensa, “receberam US\$ 6 bilhões e 620 milhões”. O relatório aponta para a baixa rentabilidade dos projetos, o não cumprimento de seus objetivos de criação de empregos e distribuição de renda: “O Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) recebeu US\$ 1 bilhão e 100 milhões, dos quais mais da metade se destinou ao setor agropecuário. Dos empreendimentos agropecuários incentivados, apenas 3% tiveram alguma rentabilidade – os restantes, prejuízo” (ABBOTT, 1988, p. 18 apud PALMEIRA, 1989, p. 97)

Essas taxas minúsculas de rentabilidade devem-se primeiramente ao fato de colocar grandes somas de recursos nas mãos de particulares sem qualquer tipo de risco. Depois, se explicam através da formação de um verdadeiro comércio de incentivos em que as empresas aplicam parte de seu imposto como incentivo, e troca de pagamento daqueles que receberão os recursos, os quais na verdade, pertencem à União, porque são dívida fiscal” (id. *ibid.*). Por fim, o escândalo se agrava, como demonstra o autor, no caso do FINAM, quando o mesmo documento esboça que apenas “5% dos projetos não sofreram mudança de controle acionário e a maior parte foi vendida depois do recebimento dos recursos do FINAM, o que caracteriza ‘uso especulativo dos incentivos’” (idem). A terceira ação, foi a transferência massiva de terras públicas do patrimônio nacional aos particulares, sobretudo na Amazônia. Amparada no Estatuto da Terra (art. 10, esp. § 1º),

dos 126.581.645 hectares adquiridos e incorporados pela União e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entre 1970 e 1985, 31.829.966 foram transferidos, em caráter definitivo, sob a forma de propriedades rurais, para particulares. Um dos mecanismos mais usados para operar essa transferência foram as licitações (os leilões de terras) que beneficiavam, pelo tamanho dos lotes vendidos (500 a 3.000 hectares), pela

inexistência de limitações à aquisição de vários lotes por um mesmo grupo e de exigências como aquelas que se antepõem ao reconhecimento de posses, além da própria mecânica dos leilões e de todo ritual envolvido (editais, projetos, etc.) que excluem os que não têm recursos para cobrir lances e os que não dispõem de recursos financeiros e culturais para sequer entrar na parada, que beneficiavam grandes fazendeiros e grupos econômicos nacionais e estrangeiros interessados na terra como reserva de valor (PALMEIRA, 1989, p. 98).

Por fim, ainda a respeito das terras públicas entregues as empresas privadas, Palmeira ressaltou que nesse número não estão incluídas as áreas que foram objeto de contratos de concessão de domínio de terras públicas, as quais formam uma regularização especial de áreas de até 600 vezes o módulo de exploração indefinida, cujos títulos apresentam vícios insanáveis, sem perpassarem por concorrência (ZANATTA, 1984, p. 187 apud PALMEIRA, 1989, p. 98). Indiscutivelmente, era uma forma de proteger investimentos pioneiros na Amazônia, como foi o caso da concessão de 400.000 hectares no Pará, em 1975, à construtora Andrade Gutierrez para a implantação do Projeto Tucumã, como escreveu o autor.

Concomitantemente a todas essas ações governamentais e ao seu aparelhamento jurídico dispendo às empresas privadas toda a condução do processo, teve-se a organização e o recrutamento da mão-de-obra capaz de alimentar a saga de enriquecimento do capital monopolista estrangeiro e nacional. Sem trabalhadores não haveria produção de valor para satisfazer o avanço na Amazônia. Foram as próprias famílias que serviram: de assalariados às obras de infraestrutura e demais empreitadas do capital com o Estado; de compradores dos lotes edificados pelos acionistas privados; e de colonos para a produção, formação de cooperativas extrativistas e de valorização da área. Em outras palavras, todo esse avanço do capital respaldado pelo Estado, foi alicerçado na condução de inúmeras famílias para a Amazônia, por incentivos dos dois citados, a fim de extrair mais-valia e renda-da-terra necessários ao processo expansionista.

Dia a dia uma imensidão de famílias chegava à Amazônia, expulsas das terras de origem, e na esperança de terem alcançado a terra prometida e nela reconstruírem tudo o que perderam e seguirem sustentando as próximas gerações com a vida no campo. No estado do Acre, os migrantes eram em sua maioria sulistas sequiosos por terras férteis e baratas dos antigos seringalistas endividados com a crise da borracha. Compravam um lote,

expulsavam seus habitantes que não entraram em crise com a borracha, o camponês florestal (seringueiro) e assim, iniciava-se um grande conflito social. Depois de muitas mortes, intensa expropriação, e pela luta em prol de seus direitos, os seringueiros (camponeses florestais) em conjunto com o sindicato rural, Comunidade Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base, conseguiram algum reconhecimento do Estado e do INCRA pela sua legitimidade da posse do seringal. Em Rondônia também eram os sulistas a maioria dos migrantes, primeiro os vindos dos estados do sul e, posteriormente, os sulistas migrados para o Centro-Oeste. Segundo dados do INCRA,

estima-se que, em 1976, entraram no território, na época de maior movimento, cerca de 900 famílias por mês. Das 29.000 famílias que se calcula terem entrado no território até o momento, o INCRA assentou 13.000, o que representa um déficit de lotes de cerca de 16.000 famílias, que se encontram em situação indefinida. De acordo com essas tendências, prevê-se até fins de 1978 um excedente populacional de 20.000 famílias sem-terra, o que equivale a um total de 120.000 pessoas precariamente instaladas e/ou em situação ilegal. Em decorrência da intensidade da migração e da incapacidade atual de absorção imediata dessa população, o migrante, ao chegar ao território, depara-se basicamente com problemas de duas ordens: dificuldades relativas a aquisição de terras; deficiência de serviços públicos no território (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1977, p. 3-7 apud IANNI, 1979, p. 20-21).

Era definitivamente o objetivo do Estado dirigir todo esse processo migratório do sul e do nordeste para a Amazônia tirando esses expropriados e aliados dessas áreas por onde o capital se monopolizava e se concentrava para as áreas onde o mesmo iniciava sua expansão e territorialização. Foi a solução encontrada pelo Estado e capital monopolista, a utilização da colonização

como alternativa de dupla mão de sentido: em primeiro lugar, para criar uma “válvula de escape” para a pressão exercida pelos expropriados nas regiões de concentração fundiária acentuada; e, em segundo lugar, buscando resolver a escassez de mão-de-obra nas novas áreas ocupadas pelos grandes grupos econômicos, de modo a viabilizar seus projetos. (OLIVEIRA, 1990, p. 92)

Não obstante, esse processo de distribuição completamente desigual das terras, que como vimos privilegiava as grandes empresas privadas e colocava os migrantes à margem da distribuição, foi bem arquitetado pelo Estado em benefício desses agentes privados, tanto pelo número de lotes recebidos, quanto pela dificuldade de acesso imposta às famílias. A respeito dessa dificuldade imposta, melhor dizendo, dessa burocratização do INCRA,

não foi senão uma manifestação do processo mais fundamental de correção ou redefinição dos seus objetivos. No primeiro momento de sua atividade, em 1970, e devido inclusive aos ideais de reforma agrária que teriam influenciado o Estatuto da Terra, em 1964, o INCRA parecia ter algum compromisso com a ideia de uma ampla distribuição de terras na Amazônia, para reduzir as tensões sociais geradas pelas relações de produção e a estrutura agrária do Nordeste e em outras regiões. Mas logo foi se evidenciando que a atuação desse órgão tinha por objetivo distribuir alguma terra para não distribuir as terras. Tanto assim que logo se tornou um órgão de controle dos movimentos espontâneos dos trabalhadores rurais que buscavam terras na Amazônia (IANNI, 1979, p. 77).

Desta maneira, analisando de forma territorialmente conjunta a atuação da irmandade Estado/Capital, nas diversas regiões: Nordeste, Sul e Amazônia; percebe-se a hábil realização de um desenvolvimento desigual e combinado. Em outras palavras, de acordo com Octavio Ianni, dirigir a migração de regiões onde o capital se monopoliza para onde ele começa a avançar é não só, como já dissemos, retirar famílias e diminuir a pressão social dessas regiões com o aumento de trabalhadores nas novas regiões de expansão, mas essencialmente uma Contra-Reforma Agrária, que não distribui terras monopolizadas e oferece como saída pouquíssimas terras na Amazônia.

Toda política de colonização dirigida, oficial e particular, nos anos 1964-78, é uma política de contra-reforma, no sentido que visa bloquear, suprimir ou reduzir às mínimas proporções a reforma agrária espontânea que os trabalhadores rurais estavam realizando. Seja provenientes do Nordeste, seja do Sul, ou de outras regiões, os moradores, parceiros, sitiantes, camaradas, peões, bóias-frias, corumbas e outros trabalhadores rurais (e os seus familiares) estavam na prática realizando uma reforma agrária por seus próprios meios. E foi também essa reforma agrária de fato que o Estado brasileiro foi levado a bloquear, suprimir ou reduzir as mínimas proporções, quando pôs em execução a política de colonização dirigida.

Desse modo, o Estado impediu que houvesse qualquer reforma agrária no Nordeste, no Sul, ou em outras regiões; e, inclusive, impediu que a Amazônia fosse o campo de uma reforma agrária efetiva. Ao contrário, na Amazônia o Estado foi levado a atuar de maneira a reduzir ao mínimo a distribuição de terras, a fim de preservar as maiores proporções das terras aos latifúndios, fazendas e empresas (IANNI, 1979, p. 137)

Se o processo de colonização do Brasil teve um sentido, conforme pensou Caio Prado Jr., esse processo de avanço do capital pela Amazônia edificado pelo Estado também tem. Um sentido manifesto pela nova forma do capital, o financeiro, e de sua mais atual forma expansionista, a globalização. Um sentido expresso economicamente pela atual necessidade de acumulação e financeirização, historicamente pelo grau de mundialização e universalidade, e no que tange ao processo civilizatório, ao ápice do egoísmo/individualismo e a dissolução de todas as formações coletivistas (objetivas e subjetivas). E é com esse sentido que a irmandade penetra na Amazônia reconfigurando toda a natureza, subsumindo as populações tradicionais, trazendo outros migrantes e entidades privadas.

É através do sentido acima que se configura a fronteira de expansão amazônica. Diante de todo esse encontro de sociedades: tradicionais, indígenas e capitalistas, a fronteira manifesta os choques civilizatórios e de historicidades diferentes. Expressa as disparidades entre os processos de conhecimento e busca econômica. Como essa teia de relações sofre a marcha do avanço capitalista, com todo seu aparelho jurídico, repressor e autoritário, a Fronteira se define como espaço do conflito social, com nuances e características nada amenas, indo da esperança à morte, do nascimento à pobreza, da floresta ao mercado, da família ao governo, de Deus ao pistoleiro. É o tempo e local onde se é possível ver o tamanho das presas do explorador e suas pegadas pelas marcas deixadas em quem atacou.

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a história passa a ser a *nossa história*, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 2009, p. 134).

Homens de outra temporalidade, cujas tradições demonstram resgates do passado, vinculados à natureza por vias afetivas além das intenções econômicas, e que recorrem às ervas da Amazônia ao adoecerem serão os reais mentores a partir de então. Mas não sozinhos. Compartilharão a regência dos fatos com a própria natureza, na relação ora respeitosa ora destrutiva com a mesma. Assim, serão perseguidas agora as marcas, as sequelas, as vitórias, as emancipações desse homem imerso junto com a floresta na fronteira, e desta maneira, seguiremos a pensar no migrante e nas migrações.

## 1.2. O MIGRANTE NORDESTINO: DA SECA AOS SERINGAIS.

Os primeiros homens “brancos” a chegarem em grande número na Amazônia, ainda boliviana, foram os seringueiros. Em fins do século XIX, mais especificamente 1877 a 1879, o Ceará foi assolado por intensa seca, devastando toda a subsistência camponesa e levando à morte de milhares de seus moradores. Era tão calamitosa a situação, que padres de diversas cidades atingidas enviavam cartas aos governantes exigindo providências, como podemos ver no trecho da carta enviada pela antiga Vila Tabuleiro de Areia (atual Tabuleiro do Norte) ao presidente da província cearense:

“Vamos levar ao conhecimento de V.Excia. o estado miserável a que se acha reduzido o pobre povo desta localidade quase todo a morrer de fome por falta do pão da caridade, além desta maior parte acometida de inchações, e o grande número destes sendo vítimas por falta de viveres que se dê o menor alimento. Faz horror tanta calamidade em uma quadra semelhante. É lamentável tantos desvalidos que saem pelas portas pedindo algum socorro a ver se salva a vida e não encontra o menor recurso, e dali a poucos minutos vão ser sepultados”.  
(Apud FERREIRA NETO, 2006)

Concomitante a tal devastação, prosperava principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, nas indústrias de pneumáticos, as grandes revoluções industriais e com elas se expandia a necessidade de novas matérias-primas. O látex extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*) era um dos produtos mais cobiçados, utilizado principalmente na indústria

automobilística. Bastou assim, a notícia da abundância dessa árvore na Amazônia para o governo brasileiro ensejar a economia extrativista da borracha.

Foi nesse projeto desenvolvimentista erguido pelo governo que os cearenses lançaram suas esperanças de sobrevivência no campo. Deslocaram-se em levadas para a floresta, formando as primeiras colocações de seringa. Tão expressiva se fazia tal economia na virada para o século XX que chegou a despertar conflitos com os bolivianos, território de inúmeras colocações. Para solucioná-lo, Barão do Rio Branco assinou junto com os bolivianos o *Tratado de Petrópolis*, comprando o Acre para o Brasil.

Com o aumento do valor da borracha expandia-se o extrativismo e mais o antigo cearense se embrenhava na floresta, mais se tornava parte dela, entendia sua dinâmica e seus perigos, aprendia com seus mais antigos moradores (os índios) alguns de seus segredos. O cearense se recriava e no passar de chuvas e sol escaldante forjava seu novo saber, se forjava enquanto homem da floresta. E esse novo nascimento tinha pai e mãe, e se estabelecia de forma essencialmente afetiva, mesmo que pai e mãe representassem a mesma figura: a Amazônia.

Além de seringueiro e *amazônida* era também um posseiro, comumente denominado “posseiro acreano”, por localizar-se no estado as maiores áreas de ocorrência da seringueira, conforme Valverde (1964). Fixava-se espontaneamente em alguma área de terra desocupada para implantar as colocações, não trabalhando inicialmente com a agricultura, e sim, estritamente com a extração vegetal, principalmente da borracha, e em outros momentos coletando a castanha. Sua produção principal, o *látex*, era para o mercado internacional, dependendo assim do capital industrial; e sua alimentação não provinha da produção familiar local, mas de mercadorias do barracão (sede dos seringais). Somente produzia, e sua única propriedade jurídica era sua própria força de trabalho, uma vez que toda a extração, bem como a “propriedade” da terra, pertencia ao seringalista. Esse era a expressão do capital monopolista internacional no seringal, ficava nas margens do rio recebendo o produto e vendendo-o. Sua riqueza se expressava muito mais pela quantidade de seringueiras por área (quantidade de colocações que por tamanho do latifúndio). Ele era também a expressão do capital mercantil internacional no barracão, recebendo os aviamentos das casas aviadoras e vendendo aos seringueiros. O seringalista explorava assim duplamente o seringueiro, primeiro através da força de trabalho, onde pagava muito abaixo do valor produzido, sempre “roubava na balança”, ou seja, pagava um valor muito abaixo do

pré-estabelecido por dizer o peso inferior ao real. Em segundo momento, era explorado no pagamento, pois todo alimento e mercadoria eram vendidos pelo seringalista a preços altíssimos no barracão e como a borracha era vendida a preços baixíssimos o seringueiro acabava sendo endividado. Ainda ressalta-se aqui, parafraseando de SILVA (1997): tendo em vista a relação de endividamento que prendia o seringueiro, nesse processo produtivo, é simplificar a sua situação falar em trabalho assalariado. Essa situação se caracteriza na visão de MARTINS (2009) como “*escravidão por dívida*”.

O último momento de auge da borracha foi durante a Segunda Guerra Mundial, onde a demanda pelo *látex* cresceu rapidamente. Encerrada a guerra, recrudescia rapidamente a demanda e diante da concorrência com produto do sudeste asiático, o ciclo da borracha entrou em crise. Os seringalistas passaram a buscar outra alternativa econômica, e a primeira delas foi vender dos seringais aos migrantes vindos do centro e sul. Os seringueiros, nos momentos de declínio do extrativismo passaram a se dedicar à agricultura, formando pequenos roçados de milho, feijão, macaxeira e arroz, em conjunto com as pequenas pastagens. E valendo-se do abandono dos seringais por parte dos seringalistas com a crise, empenharam a produção familiar de subsistência em conjunto com o extrativismo da castanha, reproduzindo essa forma societária em harmonia com a natureza. Nesse ínterim, aparece uma nova figura como comerciante do excedente da agricultura e também do extrativismo, o *marreteiro*, que assim como o antigo seringalista explorava a produção familiar. Dessa forma, os posseiros acreanos buscavam sua subsistência e a independência dos barracões.

No início dos anos 70, empresários sulistas enriquecidos com o avanço da soja mecanizada começaram a comprar terras dos seringalistas, os quais incumbiam-nos de “limpar a área”, ou seja, retirar das terras aqueles que nela produziram por 30 ou 40 anos, os seringueiros. Instaurou-se então um grande conflito pela terra no Acre, cuja violência na expropriação dos posseiros acreanos era extrema, passando da indenização pífia até o espancamento e assassinato de muitos seringueiros. Nessa luta desigual, onde “novos proprietários” e antigos seringalistas tinham governantes a seu lado, foi de suma importância na ajuda aos seringueiros a Ação Pastoral, os sindicatos e as Comunidades Eclesiais de Base. Na próxima página segue a música Cristo dos seringueiros que reflete esse momento de luta (Figura 10, p. 61).

Figura 10: Música "O Cristo dos Seringueiros".

O CRISTO DOS SERINGUEIROS

Na dança floresta vai o ~~caminhador~~ caminheiro / Cristo seringueiro,  
seringa a cortar / E corta seguro / a mão calçada da planta amada /  
faz vida nascer.

E VEM A ESPERANÇA / QUE SUEJA BÔNANÇA / NÃO SEJA ESPLORADO / O SUOR  
NA BALANÇA.

Na mata escura um homem pecato / o Cristo do mato / seringa a colher /  
e colhe o futuro / a Mãe Natureza lhe dá a certeza / o filho crescer.

E VEM A ESPERANÇA / QUE SUEJA BÔNANÇA / E O HOMEM REFAÇA / COM DEUS  
A ALIANÇA.

Em uma palhoça / alguém bem curtido / o Cristo sofrido / borracha a  
fazer / e faz o progresso / constrói a riqueza / bela a grandeza/  
prá outro viver.

E VEM A ESPERANÇA / QUE SURJA A DANÇA / DOS POVOS IGUAIS / SEMELHANTES  
CRIANÇAS.

Vai um caminheiro / um homem pecato / alguém bem curtido / nunca per-  
dido / foi expoliado da mata querida / não tem mais guarida / é só pa-  
decer /.

EOI LADRA A BALANÇA / NÃO HOUVE ALIANÇA E A DANÇA CRIANÇA / Á AINDA  
ESPERANÇA.

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

DEM MARIA! VEM!

DEM MARIA VEM / VEM NOS AJUDAR NESSE CAMINHAR / TÃO DIFÍCIL PARA O  
PAI %

Vem querida MÃE nos ensinar / A ser testemunhas do AMOR .  
Que faz do teu corpo sua morada / Que abriu prá receber o SALVADOR.

Nós queremos Ó MÃE responder / Ao AMOR do CRISTO SALVADOR /  
Cheios de ternura colocamos / Confiantes em tuas mãos esta oração.

\*\*\*\*\*

D. MOACIR ! A comunidade do Cascalho o acolhe com alegria.

Sua presença é uma graça de DEUS para nós, por isso queremos ouvir  
sua palavra e acolher sua mensagem de Pastor.

NOVA CALIFÓRNIA - 18 de setembro de 1992.

Contudo, conforme expresso no I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília em 1985, a luta não seria por terra única e simplesmente, conforme constava nos programas de reforma agrária. Era uma luta pela liberdade dos seringueiros de reproduzirem seu modo de vida onde a floresta era central e substancial. Assim, estabeleceram como caminho de luta pela terra as reservas extrativistas, através do qual as bases se assentariam sobre o extrativismo-autosustentado e na conservação dos recursos naturais. Disso é possível apreender quão representativa é a floresta para a vida dos seringueiros e como essa identificação se consolidou desde a migração do nordeste.

Tal Reforma Agrária almejada na luta dos seringueiros foi praticamente negligenciada pelo Estado, levando muitos a migrarem para cidades próximas como Rio Branco, retornarem para o nordeste e até mesmo se mudarem para outros centros urbanos em crescimento, como São Paulo.

Os que permaneceram na luta por uma sobrevivência digna no Acre, perseverantes no sonho de viverem da floresta, e de perpetuar os valores seringueiros para as próximas gerações, têm fundamental importância nesse texto, por serem um dos dois principais grupos que criaram a solução através do Projeto RECA.

### 1.3. O MIGRANTE SULISTA: DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À AMAZÔNIA.

A partir dos anos de 1970, o sul do Brasil foi palco do grande processo de mecanização da agricultura e revolução verde. Tais processos, desencadeados pelas inovações tecnológicas verificadas no Pós Guerra como: avanço dos meios de comunicação, expansão tecnológica dos maquinários agrícolas, entre outros; foram determinados pela mundialização do capital, a qual reorganizou a divisão do trabalho mundialmente, colocando para o Brasil o fardo de celeiro do mundo.

As consequências e transformações para o quadro agrário brasileiro foram inúmeras, e especificamente para a região sul podemos dizer que alterou completamente os gêneros, formas e orientação de produção; a distribuição de renda e a estrutura fundiária. Historicamente composto por imigrantes italianos e alemães em sua maioria, a forma de produção do sul do Brasil era baseada nos gêneros alimentícios de primeira ordem como:

arroz, feijão, mandioca, milho; combinados com pequenas criações de gado, aves, suínos. Era por assim dizer uma policultura cujo trabalho era familiar e utilizava técnicas rudimentares de produção, com poucos maquinários e implementos agrícolas. As propriedades eram majoritariamente pequenas o que favorecia a troca e o comércio grande (pelo número de trocas feitas) entre os produtores, o que em última instância propiciava o surgimento de um mercado interno bem diversificado.

Com a crescente utilização dos maquinários, defensivos, insumos propagandeados e defendidos pelos governos militares, os pequenos agricultores foram se tornando dependentes. Caso não optassem pelas novas técnicas, perdiam para os preços mais baixos da produção financiados pelo governo. Os pequenos produtores trilhavam o caminho de endividamento crescente, correndo o risco de terem seus bens hipotecados. Não obstante, o aumento da produção, a diminuição do número de gêneros produzidos para o aumento da produtividade, geraram o recrudescimento da pluralidade econômica e, por conseguinte, engendrou menor distribuição de renda. Em suma, com o passar das décadas, até meados da década de 80, muitas famílias camponesas perderam suas terras, foram expropriadas e expulsas do campo. Isso gerou uma massa enorme de expropriados conhecidos como sem-terra, e que reivindicavam o retorno a suas antigas propriedades, as quais datavam de muitas gerações. Tamanho era o contingente de expulsos do campo que chegava a amedrontar a nova elite do agronegócio fomentada pelos governos militares. Não tardou para que esses propusessem Projetos de Colonização, via INCRA, para diminuir as tensões sociais provocadas pela expropriação.

A primeira forma dos agricultores sem-terra responderem à expropriação e aos projetos de contra-reforma agrária promovidos pelos governos militares foi através da luta pela reforma agrária, exigindo a desapropriação de terras devolutas e resistindo nos locais de origem sem migrar. Resistir era para esses o caminho de luta pela valorização da própria história e saberes contidos nos campos do sul e sabiam das penúrias que sofreriam se migrassem. Tal forma foi o cerne e a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, maior ator da luta pela volta do homem ao campo no Brasil.

A segunda forma foi sucumbir aos projetos de colonização e migrar para a região norte e central do país. Especificamente no Acre, o programa que promoveu tais projetos denominou-se Polonoroeste, loteando terras às margens da BR-364. No entanto, tudo não passou de uma grande farsa, pois chegados ao norte, o Estado que propôs a migração se

ausentou completamente, sem conceder para os colonos qualquer condição de sobrevivência local. Não obstante, conforme relatos colhidos em trabalho de campo, as ordens do INCRA eram para derrubar toda a mata e produzirem se não quisessem perder os lotes. O recurso único encontrado pelos sulistas foi em primeira instância vender a madeira, retirando renda através das madeiras, causando a devastação de praticamente toda a Amazônia acreana durante esses anos. Posteriormente ao desmatamento, muitos retornaram para os locais de origem ou migraram para centros urbanos, dada a impossibilidade material de fazerem a terra produzir.

Essa foi a situação pela qual passaram os colonos sulistas aproximadamente por dez anos, açoitados por malárias, fustigados pela fome, até com a ajuda da CPT e das CEBs, pensarem o Projeto RECA como alternativa de fixação daquelas famílias na terra.

Pode-se perceber assim, guardadas as devidas diferenças dos momentos históricos em que foram expulsos do campo, tanto seringueiros quanto sulistas se encontraram no Acre na mesma situação de miséria e negligência por parte do Estado.

## 2. DOS SONHOS, ESPERANÇA E LUTA À FORMAÇÃO DO PROJETO RECA.

(...) Sabe, tem muito sofrimento pra chegar onde nois chego. Só com muito sonho, muita luta é que dá certo. Não pode desistir. Sabe, tem gente que diz que aqui é o fim do mundo. Eu acho que é o começo! (...) (TRECHO DE UMA ENTREVISTA COM UMA DAS COORDENADORAS DO RECA<sup>5</sup>)

### 2.1. DE CAMPONÊS A MIGRANTE: A CONDIÇÃO DO MIGRANTE.

A história do homem do campo, do camponês brasileiro, é a própria história da (i)migração rural em nosso país. Iniciado com a vinda da empresa mercantil, esse processo marca a vinda das primeiras famílias, da formação econômica agroexportadora de açúcar e, principalmente, do tráfico negreiro enquanto essência fundamental da acumulação mercantil. Marca também o surgimento de índios presos ao trabalho na fazenda, dos mestiços e dos parentes agregados à fazenda (o morgadio) (MARTINS, 1983). Esses três grupos foram o embrião do campesinato brasileiro, o qual vivia submetido ao engenho e ao trabalho escravo, “duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não o excluía da propriedade” (MARTINS, 1983, p. 38). Era ele, na região do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no século XIX, o responsável por abrir as primeiras fazendas de café, e em troca tinha permissão para produzir os gêneros que necessitasse como: o milho, feijão, arroz e algodão. Era também o produtor de alimentos na região da Zona da Mata nordestina. Contudo, o campesinato ficou renegado a ser complementar e marginal nesse momento, por não ser ele a seiva da acumulação capitalista mercantil, e sim o tráfico negreiro, e, por conseguinte, o trabalho escravo. O desenvolvimento do camponês e de sua forma livre de trabalho ficaram impossibilitados porque não poderiam concorrer com a escravidão, a qual

---

<sup>5</sup> Essa, é uma mulher de aproximadamente 30 anos, técnica agrícola e coordenadora responsável pela parte de certificação orgânica. Mãe de família, filha de nordestinos, representou uma das pessoas de maior articulação dentro do grupo de execução.

impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar, uma economia paralela, livre de escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo, pago pelo fazendeiro aos traficantes, já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo. (MARTINS, 1983, p. 38).

Os dias do tráfico negreiro e, consecutivamente, da escravidão, estavam contados conforme o capital industrial avançava pelo mundo à procura dos fatores de produção e de mercado consumidor. Em 1850 o primeiro foi extinto, dado o poderio intervencionista inglês, o que repercutiu enormemente na elite agroexportadora nacional, que tão logo, buscou a transformação da propriedade fundiária para se adaptar ao advento da mão-de-obra assalariada. Temerosos em ver os camponeses se expandindo pelas terras devolutas, os fazendeiros trataram de prescrever, no mesmo ano de 1850, a Lei de Terras, a fim de constar que as terras devolutas somente poderiam ser adquiridas por meio da compra dos títulos. Rezava também que o escravo seria substituído por uma forma de trabalho assalariado de produtores trazidos de regiões com excesso populacional. Destas, vieram em substituição ao trabalho escravo com estímulo do Governo imigrantes italianos, alemães e espanhóis.

Eram camponeses empobrecidos que imigravam com a esperança de prosperarem no novo mundo, através da aquisição de terras e da produção. A maior parte deles foi encaminhada às grandes fazendas produtoras de café de São Paulo e Rio de Janeiro, e somente conseguiriam ter acesso a terra quando o capital acumulado lhes permitisse a compra. Mas quase nunca lhes acumulavam, pois o salário recebido era acometido pela exploração do Barão do café que subtraía do camponês

o pagamento do transporte e gastos de viagem dele e de toda sua família, além da sua manutenção até os primeiros resultados de seu trabalho. Diversos procedimentos agravavam os débitos, como a manipulação das taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços excessivos cobrados no armazém (em comparação com os preços das cidades próximas), além de vários abusos e restrições que, no caso específico de Ibicaba, logo levaram a uma rebelião. Esses recursos protelavam a remissão dos débitos dos colonos, protelando a servidão virtual em que se encontravam. (MARTINS, 1981, p. 63)

O resultado disso era a farsa na qual ele estava metido, pois aquilo que acreditou ser sua libertação passou a aprisioná-lo, ou seja, por esse caráter de trabalho livre, onde a terra era impossível de ser comprada, o camponês se tornou cativo da terra (MARTINS, 1981). E essa farsa não se encerrava aí, se propagava no processo de trabalho do camponês em regime de colonato, desde a derrubada da mata e colocação do fogo, da construção das moradas, plantação do cafezal, composição do milho e feijão entre as fileiras de café, até a colheita das primeiras safras. Ao ter a terra destinada à formação do cafezal e em troca poder produzir seus meios de vida, o colono trabalhava duplamente para o fazendeiro: ao trabalhar na cafeicultura e na produção de seus alimentos. E mesmo assim, em grande parte das vezes, o fazendeiro aumentava a quantidade de tempo de trabalho do colono e de sua família no cafezal ao expandir sobremaneira o número de pés de café.

Quanto mais o colono trabalhava para si mesmo – duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos à escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher pela sua absorção no cafezal – mais ele trabalhava para o fazendeiro. É que os rendimentos monetários apareciam para o colono revestidos de uma qualidade que derivava da própria separação subjetiva e objetiva entre lavoura do colono e lavoura do fazendeiro; apareciam como o supérfluo, o secundário, o que vem depois da reprodução da vida. (MARTINS, 1981, p. 86-87).

A forma de trabalho na fazenda era livre, mas não necessariamente assalariada, assim o colonato representava diferentes relações de trabalho (capitalistas e não capitalistas), o que implica dizer que o fazendeiro não só extraía mais-valia como também renda-em-salário. Nesses termos, o camponês no cativeiro da terra e trabalhando duplamente, via em todo o processo seu sonho virar uma desoladora farsa.

A quebra da Bolsa de Nova Iorque de 1929 levou à bancarrota nosso maior comprador e os mais fortes países capitalistas do mundo, instaurando a falência da economia cafeeira. Grande parte dos fazendeiros que não se sustentavam por investimentos feitos na indústria, perderam suas terras ou as venderam em lotes menores aos colonos menos empobrecidos. Mas, se o café entrou em crise, os camponeses não, porque a parte central de sua economia advinha do cultivo e comércio de seus gêneros produzidos com mão-de-obra familiar. O assalariamento resultante do café era parte complementar. O

camponês, de fato, só se viu ameaçado por ela quando passou a ser expulso da terra que lavrava, em decorrência da venda e mudança de proprietário. Esse é o momento onde o camponês é alijado de seus meios de produção, o que inviabiliza sua reprodução social. Assim, o campesinato é atingido pelas transformações capitalistas, quando os detentores de maior acúmulo de capitais reivindicam pra si a propriedade privada da terra e dos meios de produção. É nesse instante que a farsa se transforma em tragédia, restando ao camponês somente duas saídas: ir para as cidades e proletarizar-se ou migrar para lugares distantes a fim de permanecer ligado a terra.

Relembrar esse trecho da história camponesa no Brasil tem como propósito evidenciar a ligação entre camponês e migrante. Uma ligação decorrente do próprio capitalismo dependente que se desenvolve em nosso campo, de maneira desigual e combinada, extremamente contraditório, como formulou FERNANDES (1972). Nesse estudo, o autor expõe que tal capitalismo presente em países periféricos como o Brasil, constitui-se de formas de acumulação primitiva de capital, com relações de trabalho e produção nem sempre capitalistas, de modo a combinar capital monopolista a formas arcaicas de produção. Nas palavras dele,

a articulação de estruturas arcaicas e modernas é um requisito do capitalismo dependente e este só poderá modifica-la, mantendo-se como tal, de maneira muito lenta e jamais completamente. Mesmo o novo tipo de relação heteronômica, nascido com a influência do capitalismo monopolista, que acelera a absorção das estruturas arcaicas pela industrialização e expansão do consumo de massas, não permite remover todas as fontes de desequilíbrio e de tensão, ao nível estrutural (o que exigiria um sistema econômico capitalista auto-suficiente e autônomo). Portanto, é pouco provável que o estilo de modernização do campo, possível dentro do capitalismo dependente, logre estabelecer equilíbrio dinâmico entre as estruturas arcaicas e modernas. (FERNANDES, 1972, p. 65-66).

Cada avanço do capital sobre o campo, por mais atual que seja, vai possibilitar a transformação de extratos sociais arcaicos através de novas relações de produção, mas também reproduzirá alguns dos mesmos. Em outras palavras, quando o camponês é expropriado ou alijado de seus meios de produção sendo expulso da terra, uma de suas soluções é migrar para outras regiões. O nosso

camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso. Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra. (MARTINS, 1983, p. 17).

Dessa maneira, camponês e migrante formam uma unidade onde um não pode ser compreendido sem o outro. O elo de ligação entre os dois e elemento definidor é a própria história do desenvolvimento capitalista, que ora estabelecerá o migrante em seu processo de busca pela terra e outrora mostrará o camponês obstinado a fazer a terra produzir e assim tentando permanecer nela. Exatamente diante desse caráter histórico, se o homem do campo estiver camponês, terá a propriedade da terra e/ou os meios de produção; e quando for migrante não terá nenhum dos dois, nem a propriedade nem os meios de produção, não terá materialmente nada. Mas então o que tem o migrante? O fato de não ter nada em si já é uma condição? O que tem ele para migrar com tanta determinação? Quando migram, o fazem em grupos de famílias, muitas com algum grau de parentesco ou compadrio, e sendo assim, qual é esse sentimento coletivo que os une?

A condição do migrante tem papel fundamental nessa unidade camponês/migrante, podendo delinear os caminhos do campesinato a ser formado ou destruído em nome de outras relações de trabalho. É nela onde se avistarão as feridas e cicatrizes dos conflitos, nos quais a paixão será posta à prova diante do desencanto, onde os sonhos revolucionarão a força para apagar as dores da perda e onde a esperança poderá dar as mãos à saudade em direção à sombra de uma árvore. Sua primeira constituição será definida aqui como a própria perda, não só da propriedade e dos meios de produção, mas da terra habitada, da natureza vivenciada, dos animais criados, das lembranças, dos amigos próximos e do suor depositado de sol a sol na terra. Trata-se de um sentimento forte, desencorajador e sofrido, que inevitavelmente, resulta noutro: a saudade. A segunda constituição será então a saudade, um sentimento daquilo que ficou no passado, a rememoração das lembranças, a

interrupção inesperada do que se estava vivenciando. A terceira parte constitutiva da condição do migrante será o amor ao campo, à vida lavrando a terra e as memórias de toda a tradição de vida rural. A quarta e última, seria talvez, a própria força de ser camponês e saber ser migrante, de ter sido criado e educado com base na luta, não só diária da produção, mas também histórica de reprodução social. Ou seja, seria essa a experiência acumulada de outras migrações e, conseqüentemente, a força e os medos criados.

Essas quatro constituições configuram a essência mais forte e determinante do migrante, sua subjetividade, capaz de junto das condições sociais, econômicas e políticas, levá-lo a construir caminhos ou descaminhos. Isso quer dizer, que sendo parte fundante dele, a subjetividade tem ligações claras, a todo momento, com a materialidade e com os determinantes históricos de todas as ordens, engendrando assim um movimento dialético com esses.

Pensando desta maneira, adotaremos como marco inicial de nossa descrição e análise dos camponeses do Projeto RECA o momento da migração, a condição do migrante, recém chegado a terra, e toda a subjetividade em jogo com as condições materiais e históricas.

## 2.2. O INÍCIO DA LUTA: A FORÇA SOCIAL PARA O NASCIMENTO DO PROJETO RECA.

A migração é o início da luta camponesa. A perda faz o homem do campo pensar em tudo e decidir qual será seu próprio destino. Nem migrar nem proletarizar-se são soluções fáceis. Migrar no entanto é o caminho de permanecer na terra, fazendo crescer as futuras gerações como cresceu a do próprio migrante, imbuídas dos valores de vida rural. Sendo o camponês brasileiro um migrante por excelência, essa trajetória e suas agruras não são nenhuma novidade. Mesmo assim, migrar é sofrer, pois nunca se migra sozinho, a família passa por tudo junto, e ver os filhos sofrerem tal condição é penoso e triste. A grande força motriz acaba sendo a esperança, que na dialética com a materialidade se traduz nesse simples comentário de um camponês: “a esperança é a última que morre, mas a primeira que mata”. E explicando-se, entre um trago do mate até o roncar da cuia o mesmo continua:

[...] quando nois perde, pensa em mudar pra um lugar, pra viver na roça. A esperança toma conta de nois, e o sonho de uma vida melhor fica na família toda. A esperança leva longe. Mais as veis agente acredita numa esperança errada, numa mentira. Logo, agente percebi que tá sendo explorado e não tarda ser expulso de novo. A esperança é boa mas se nois decide errado ela acaba com a gente. (COMENTÁRIO DE UM PRODUTOR<sup>6</sup>).

No entanto, essa esperança só eclodi como força social nos camponeses se fundida a fé, a crença em Deus, a religião, de modo que não se sabe onde começa uma e termina a outra. Uma ideia tão convicta capaz de dar movimento à migração e transformar tanto sofrimento em concretizações sociais. Passível de buscar um sentido mais que social na migração, um propósito divino como nos narrou o trabalhador<sup>7</sup> do posto de gasolina do distrito de Vila Nova Califórnia:

É que nem eu falo, Deus me pegou e começou a me quebrar entendeu? Começou a tipo me modelar. Porque eu não sei a sua vida como foi, só que a minha foi separada do pai e da mãe. Com a vida sofrida que eu tive, tive que aprender. Então comecei a descobrir o mundo, como que o mundo é feito. Porque se eu tivesse na situação que eu to hoje, eu não era essa pessoa que sou, eu não ia acreditar em muita coisa, ia achar que o mundo talvez era só meu. E hoje eu sei que não, que todo mundo que nasce tem um objetivo na vida. E Deus foi me trabalhando, foi me modelando, ai hoje eu entendo porque Deus, por exemplo, você nasce com seu destino. (TRECHO DE UMA ENTREVISTA).

Sem dúvida, a religião é intrínseca ao camponês e ao migrante, é a força

dos revolucionários não está baseado em sua ciência, mas sim em sua crença, sua paixão, seu desejo. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito [...] A emoção revolucionária é uma emoção religiosa. As motivações religiosas se mudaram do céu para a terra. Não são mais divinas, mas sim humanas e sociais. (MARIÁTEGUI, 1971a, p. 18-22)

---

<sup>6</sup> Senhor de aproximadamente 60 anos, sulista da região de Chapecó, descendente de italianos. Um dos fundadores do RECA, integrante do sindicato e das atividades da CPT.

<sup>7</sup> Um jovem de uns 25 anos de idade, aparentemente com escolaridade incompleta. Nascido no oeste do Paraná, na região de Campo Mourão, que depois de um momento da vida se converteu evangélico.

Tão intrínseca a sua reprodução social que marcou o próprio processo de luta desses migrantes em plena fronteira amazônica.

Foram muitos os relatos de um casal de senhores camponeses, naturais do sul, acerca da participação da Comissão Pastoral da Terra, do Padre Jean Pierre Mingan, na luta por terra. Mencionaram sobre as missas, todas pautadas pela Teologia da Libertação nas quais a luta pela terra era uma premissa divina e, enquanto o almoço estava sendo preparado, colocaram uma fita de hinos e canções do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Era incrível a combinação entre fé e luta, entre Terra e Deus, e como diante daqueles hinos, mesmo no esperar da comida, o senhor e sua companheira cantavam com o mesmo amor e esperança. Uma mística se fez naquele momento e as pausas os incentivavam a narrar os instantes de luta contra capatazes e jagunços, e a recordar os queridos amigos mortos. Chamou a atenção o vigor com que cantaram um dos hinos intitulado “*Romaria da Terra*”, (ver figura 11, p. 67), acompanhados por uma de suas netas de dez anos de idade. (FRAGMENTO DO DIÁRIO DE CAMPO).

Imbuídos de toda essa subjetividade as primeiras famílias sulistas chegaram à região do Abunã, por volta de 1979, dirigidas pelo Programa Polonoroeste que destinou recursos para a pavimentação da Rodovia BR-364, Cuiabá – Porto Velho, e para a implantação de vários projetos de colonização. Algumas conseguiam receber seus lotes nas proximidades da BR, outras tinham os seus situados em locais extremamente distantes da rodovia, e a grande maioria não teve acesso a nenhum lote, vendo-se obrigadas a morar junto de parentes ou amigos, e até mesmo compartilhar terra de outros colonos ou posseiros formando outras relações de trabalho: parceiros, meeiros, arrendatários. Enquanto isso, uma quantidade infinita de terras era apropriada, de forma muito mais grilada do que comprada, pelos pecuaristas e seus grileiros. O resultado dessa política propositalmente ineficaz de distribuição de terras do INCRA, de distribuir algumas para não distribuí-las, foi a formação de uma grande massa de expropriados à espera de terra, composta por famílias de sulistas e seringueiros, em luta por sua legitimidade fundiária. Desta distribuição autoritária e elitista de terras, como vimos anteriormente, deu-se o início de um conflito social sangrento, no qual o número de migrantes assassinados foi assustador. Não fosse a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base em favor dos camponeses e de sua legitimidade sobre a terra, o desequilíbrio do conflito seria ainda maior.

Sob a possibilidade de morrerem diante desse inimigo em comum (os grandes fazendeiros), sulistas e seringueiros tiveram que se unir, possibilitando o início de uma união política, que mais tarde viria a ser social e econômica. Há de se ressaltar ainda que tal união forjada num momento de guerra social real, ao contar com a sustentação da Teologia da Libertação, ganhou formação político-ideológica, além das motivações subjetivas próprias da religiosidade pregada.

Figura 11: Música “Romaria da Terra”

-3-

Prá lá tu não levás nada  
Nem dinheiro nem teu gado  
Nem teu carro nem partido  
Nem pacote arrumado  
Lá tu tiras esta máscara  
Só levás terra na cara  
E tá aí o resultado.

A Jova é tua morada  
É verme teu companheiro  
A vida desaparece  
Prá lá não serve dinheiro  
Quero ver tua defesa  
Onde está tua riqueza  
Que comparava o mundo inteiro.

Tu sabes que a morte é justa  
Vem toda de uma vez  
Passa um visto em teus crimes  
Qual o dia eu não sei  
Mas tu pagarás dobrado  
Não existe advogado  
Que te defenda na lei.

Aqui termino pedindo  
Ao nosso Pai Soberano  
Que fez o céu e a terra  
Sem cometer um engano  
Olha teu santo universo  
Cheio de coração perverso  
Que nega os direitos humanos.

**7. PIRÂMIDE**

Na terra dos homens pensada e pirâmide, há poucos em cima e muitos / na base. (bis)

Na terra dos homens pensada em pirâmide, os poucos de cima esmagam a base. (bis)

Ó povos dos pobres, povo dominado  
Que fazes aí com ar tão parado?  
O mundo dos homens tem que ser mudado. Levanta-te, povo, não fiques parado.

Na terra dos homens pensada em pirâmide. Viver não se pode pelo menos na base. (bis)

O povo dos pobres que vive na base, vai fazer cair a velha pirâmide. (bis)

E a terra dos homens já sem a pirâmide. Pode organizar-se em fraternidade. (bis)

Ninguém é esmagado na nova cidade

**8. ROMARIA DA TERRA**

A terra é sagrada feita por Nosso Senhor. Ele fez e deu ao homem e também nos ensinou. Que é nela que vivemos e a ela abençoou. É tão linda a natureza É obra do Criador Deus deu a inspiração, o homem fez a plantação. E foi assim que começou

ROMARIA DA TERRA  
FAZ O POVO REUNIR  
NUMA LUTA SEM GUERRA  
NÓS LUTAREMOS POR TI.

Mas no passar do tempo, que o povo aumentou. Começou a ambição, e a terra negociou. Uns compravam e outros não. E aos poucos eles roubou Fazendeiros e jagunços, matando os trabalhador. As famílias que eram / donas, hoje vive no abandono Sem suas terras ficou.

Amigo trabalhador, veja a nossa situação. Nós queremos trabalhar, e / não temos condição. E a terra que era nossa, hoje é toda do patrão. Desemprego na cidade, virou uma maldição. Precisamos nos unir. E nós / vamos resistir. Pôr as terras em / nossas mãos.

**9. BÓIA FRIA (Ivo)**

EM CIMA DE UM CAMINHAO  
BEM CEDINHO ELE VAI  
SEM NENHUMA GARANTIA  
PRO SEU PAO DE CADA DIA  
ELE VAI TENTAR GANHAR.

Seu patrão comprou trator, caminhão. Também grade de arrastão Deixando ele na mão, pois lá na roça perdeu sua serventia. Procurando prato cheio Hoje ele é bóia fria.

Ele tentou melhora para sua família Prá cidade certo dia. Com muita fé foi morar Mas continuou sua fome de alegria E o sustento da família Ele tenta assim ganhar.

EM CIMA DE UM CAMINHAO  
BEM CEDINHO ELE VAI  
SEM NENHUMA GARANTIA  
PRO SEU PAO DE CADA DIA  
ELE VAI TENTAR GANHAR

Fonte: Senhores Camponeses do Projeto RECA.

Fora esse conflito social, outro inimigo transformava a vida dos migrantes recém chegados numa guerra: a malária. Essa doença se alastrava quanto mais o avanço pela fronteira derrubava a floresta. Grande parte das famílias perdia pelo menos um ente por causa dela, e provavelmente, de acordo com um produtor antigo, todos os migrantes tinham tido pelo menos uma. O caso ainda se tornava ainda mais grave diante da quase inexistência de serviços de saúde na Vila, que contava com um só posto de saúde na avenida. Quando se precisava de tratamentos de urgência adequados era necessário viajar até Rio Branco, uns 150 km de distância, sendo necessário ir de burro pelo varadouro até chegar à Vila, e de lá pegar uma carona com algum carro ou caminhão até a capital acreana. Contudo, nas épocas de muita chuva, como os carros e caminhões atolavam, passavam de quinze em quinze dias. Assim, quando a pessoa chegava à capital,

chegava lá quase morrendo. Muita gente morreu nessa beira de estrada. O Beto, que é o coordenador do Cascalho, saiu de casa quase morto uma vez com malária. Ele ainda ficou se não me engano, uns quatro dias na estrada e não andou 60 quilômetros. Retornaram para o sítio. Ele chegou em casa quase morto. (ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGROSSILVIVULTORES DO PROJETO RECA, 2003, p. 21).

Diante de tão forte inimigo, restava aos migrantes a mesma solução anterior, a união, na qual cada um de acordo com suas possibilidades individuais ajudava o grupo. Nesse ínterim, foi que um dos migrantes contou que vendeu o pouco que tinha, junto com algumas economias da Igreja para comprar mais comprimidos de quinina pra tratar os enfermos. Esses medicamentos aterrissavam de bimotor, única forma rápida de transporte e que não atolava. Relatou ele também a importância que a SUCAM, órgão de combate às epidemias da Fundação Nacional de Saúde, teve ao ensinar a comunidade algumas técnicas de microscopia para verificar casos de malária. Um grande grupo de mulheres nesse momento se dispôs a aprender, o que já preconizou também o surgimento das representantes mulheres na atividade política da associação e da vila.

Por volta de 1982 o INCRA começou a cortar as terras do Projeto Fundiário Alto Madeira, Gleba Euclides da Cunha, e em 84 começou a entregar os lotes. Na verdade foi somente uma regularização fundiária, uma vez que a grande maioria desses já tinha

posseiros. Neste mesmo ano, o diretor do INCRA destinou 800 hectares para a construção do núcleo urbano, pedindo que seu nome fosse Nova Califórnia (figura 12 abaixo). Todavia, boa parte desses hectares já tinha dono, demandando uma série de acordos, os quais findaram com a posse de 60% dessas terras em nome da cidade. A partir de 85, o governo do Acre abriu um postinho, uma escolinha, diversas casas foram construídas. Atualmente, ela responde como distrito de Porto Velho, tendo somente uma pequena sede administrativa.

**Figura 12: Avenida Principal de Vila Nova Califórnia**



Fonte: Daniel Dias Ângelo. DO SONHO À LUTA DE SOBREVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA: “a caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA.

Regularizadas as terras, o INCRA ordenava aos colonos que fizessem a terra produtiva em um determinado tempo, com o risco de perda do usufruto da mesma se não cumprissem a determinação. E fazer a terra produtiva para o referido órgão era igual a botar a baixo toda a floresta, formando em seu lugar pastagens ou alguma lavoura. Esse desmatamento foi a atividade principal na primeira metade da década de 80, principalmente para os sulistas, acostumados a liquidar as vegetações do sul para plantar soja, fumo, milho e trigo. Um deles, gaúcho e produtor da cooperativa, com algum pesar disse:

hoje eu do muito valor pro verde, mas já arranquei muita árvore da floresta. Era como nois ganhava dinheiro no começo aqui, cortava as madeira de lei e levava mascando folha de coca, num dia direto sem dormir, pra Londrina. Se não fizesse assim perdia a terra. Foi assim que sobrevivemos no começo. (TRECHO DE UMA ENTREVISTA COM UM PRODUTOR DO RECA<sup>8</sup>).

Aqueles que uniram os lucros dessa atividade predatória ao que já traziam na migração puderam constituir suas pequenas pastagens, como o produtor citado fez, e desse modo, sobressaíram economicamente perante a penúria dos demais. Eram as cabeças de gado sua caderneta de poupança, aquilo que dava liquidez e dinheiro rápido para o acaso de uma doença, compra de outras terras, ou custeio dos estudos dos filhos no sul. Os demais camponeses sulistas, empobrecidos e sem recursos para se dedicarem à pecuária, depois de extraído o “mato”, se empenharam na lavoura branca, cultivando: milho, arroz, feijão e café. As primeiras colheitas foram até satisfatórias, mas acabavam perecendo estocadas, pela falta de mercado para a venda, e sem este, não se tinha lucros para repor a produção. Para piorar a situação, o solo amazônico, pobre como mencionamos em capítulo anterior e desprovido da floresta, perdia sua camada de húmus rapidamente, tornando a lavoura branca rapidamente pouco produtiva. Distantes do mercado, e a cada colheita com menos produtos em mãos, inclusive para satisfazer suas próprias necessidades, tais famílias amargaram tempos difíceis. A fome e a miséria compunham a mesa para as refeições diariamente. Com os nordestinos, ex-seringueiros, a situação era um pouco diferente, pois resistiam com a vida extrativista de látex e castanhas, além da caça, pesca e um pequeno roçado. Contudo, viviam o conflito já dito com os fazendeiros, capatazes e grileiros. Quando conseguiam um lote, acabavam tendo que seguir as mesmas ordens do INCRA. Assim mais uma vez, sulistas e seringueiros viram sua existência na região ameaçada, mais uma vez estavam lado a lado compelidos a padecer ou superar a dificuldade.

A região do Abunã é dividida em ramais ou linhas por onde se distribuem os lotes das famílias camponesas (figura 13, p. 77). Foi na Linha 5 que dois produtores, desesperados

---

<sup>8</sup> Esse, é um senhor gaúcho de mais ou menos 50 anos de idade, uma das lideranças do Projeto. Assume funções diversas, desde o transporte da produção até negociações em reuniões. Também ressalta-se seu destaque econômico perante os outros, não só pela produção como também por ser dono de um lote onde pratica a pecuária.



Inspirada numa experiência vivida no sul por um deles, esta ideia acabou por criar a primeira associação da região, a Associação de Produtores Rurais da Linha 5. Logo em seguida, influenciados pelo exemplo, surgiu também a Associação de Produtores Rurais da Pioneiros. Outra formada foi a da Baixa Verde. E assim, os demais ramais foram seguindo a mesma proposta e se associando. Esses três ramais eram compostos pelos mais antigos colonos, com famílias mais numerosas, em sua maioria sulistas e com grande experiência em regimes associativistas e cooperativistas. Por serem famílias grandes, eram também as de maior poder econômico se comparado com as demais. Havia ainda uma separação de ascendência entre eles, sendo a Baixa Verde composta majoritariamente por descendentes alemães e o Ramal Pioneiros, por italianos; tendo destaque as diferenças culturais entre os mesmos. Os primeiros, alemães eram famosos pela aptidão ao trabalho excessivo além da criatividade no processo produtivo. Já os italianos, eram conhecidos pela aptidão política, traduzida nas inúmeras festas, no relacionamento mais intenso e solidário. Tanto esses quanto aqueles criticavam os nordestinos, os ex-seringueiros, acusando-os de serem preguiçosos e não terem grande aptidão pelo trabalho, além de serem rústicos por dormirem no meio da mata. Ser “preguiçoso” representava a forma de viver do seringueiro, que passava cinco dias na floresta extraíndo o látex e retirando dela seu sustento. Quando voltava para sua casa, aproveitava o convívio da família e festejava. O maior número de famílias de seringueiros morava no ramal do Cascalho, e tiveram fundamental importância pelo conhecimento que tinham da floresta.

Depois de muitas e muitas reuniões, com a presença de colonos sulistas e alguns ex-seringueiros, pensaram em montar um projeto de reflorestamento pautado em espécies ameaçadas pelo desmatamento, valendo-se do conhecimento dos seringueiros sobre a floresta, almejando assim conseguir financiamento do governo. Nas próprias palavras de um colono:

Vamos fazer um plantio de castanheira. No meio agente, a gente coloca o cupuaçu e a pupunha, que é pra nossa alimentação, e o açaí, que é pra gente ter um recursozinho. A gente repondo aquelas plantas que estão sendo derrubadas, quem sabe eles se interessem em nos financiar. (ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGROSSILVIVULTORES DO PROJETO RECA, 2003, p. 32).

Entusiasmados com o nascente projeto, foram ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), extinto em 1989 e substituído pelo IBAMA, mas só conseguiram sacolinhas para a produção de mudas. Do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) obtiveram sementes de pupunha. Do lixo de restaurantes e de casas, pegaram sementes de cupuaçu. Mas foi na ida à Diocese de Rio Branco, que os ventos passaram a soprar favoráveis, encontrando seu maior apoiador, o arcebispo Dom Moacyr Grecchi. Esperançoso, ele narrou que:

foi dentro desse espírito que recebi a visita dos seringueiros e colonos vindos do sul que, apoiados pelo Padre Adelino Carlos de Carli, carlista, me apresentaram o seu projeto. Tive imediatamente a intuição de que a coisa era excelente. Era por aí que deveria caminhar o povo amazônida que vive da terra. (ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGROSSILVIVULTORES DO PROJETO RECA, 2003, p. 11).

Logo em seguida, o arcebispo colocou-os em contato com o Centro de Estatísticas Religiosas de Investigações Sociais (CERIS) que reformulou junto a eles todo o projeto, transformando as duas folhinhas que pleiteavam dois milhões de dólares em cinquenta páginas e um valor muito menor. Outra indicação feita foi à Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Acre, onde conheceram aquele que seria o primeiro executor geral e um dos maiores mentores do Projeto RECA, o padre Jean Pierre Mingan.

De volta à Vila Nova Califórnia, as boas notícias criaram uma grande força social. Todos, mais entusiasmados, começaram a se organizar. Cada ramal com sua associação formou seu grupo específico, com um líder que organizava as tarefas. As mulheres instituíram coletivos e passaram a desempenhar várias funções como cozinhar pães e doces para vender e arrecadar dinheiro, buscar sementes e produzir mudas. Os homens se juntaram também em grupos para promover os primeiros mutirões de preparo da terra, de plantio, de construção de casas; ou seja, de toda a estrutura necessária (figura 14, p. 80). Uma verdadeira união entre migrantes, sulistas e nordestinos, antigos pequenos produtores e ex-seringueiros. Um sincretismo de experiências acumuladas, do associativismo sulista ao domínio da floresta do seringueiro, mesmo diante das diferenças. Uma verdadeira coesão e força social propositiva, que se valia mesmo da força de trabalho dos produtores, sem qualquer tipo de financiamento. Foi por meio dessa “caminhada” que se ergueram os

primeiros sistemas agroflorestais (SAFs), as primeiras casas, os primeiros hectares com castanha, cupuaçu, pupunha, e açai.

**Figura 14: Produtores em mutirão**



Fonte: Arquivo de fotos do Projeto RECA

Cada mutirão realizado, cada trabalho coletivo, cada proposta feita e concretizada, edificava fortes laços de solidariedade, os quais se configuravam enquanto verdadeira riqueza no momento, dada a ausência do dinheiro ou do mercado. As maiores famílias, por terem maior quantidade de mão-de-obra disponível, ao se empenharem nas atividades do grupo e da comunidade, acabavam por ganhar destaque em relação às demais famílias, e muito provavelmente, tinham um dos seus nomeado como líder. Deste modo, essa força social e os laços de solidariedade acabavam por construir laços políticos internos à comunidade, entre os camponeses. Os dois líderes mais legítimos dessa fase inicial foram: o padre Jean Pierre e o produtor Sérgio Lopes. Também se firmavam laços políticos externos à comunidade, na medida em que essa necessitava de apoio para subsistir. Foi o caso dos laços estabelecidos com: a CPT, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o sindicato dos trabalhadores rurais. Há de se ressaltar ainda que essa força social era de onde emanava a

força política, ou seja, vinha da base, dos indivíduos unidos em grupos todo o caráter político, tanto no que tangia às relações internas quanto às externas.

A mesma força social acima tratada se apresentou atuante na busca econômica das famílias. Inúmeras foram as viagens de trabalhadores a fim de abrir mercado e vender seus produtos. Mesmo com o mercado fechado e na ausência do dinheiro, tinha-se dado um salto qualitativo de desenvolvimento econômico devido à criação dos SAFs, os quais simbolizavam a terra enquanto fator social e não como fator de produção.

Os camponeses somente conheceram o mercado e os pagamentos por projeto quando receberam financiamento da holandesa CEBEMO, em 1989, marcando assim o nascimento do Projeto RECA.

### 3. O PROJETO RECA: A FORÇA ECONÔMICA E O MERCADO

O dinheiro, na medida em que possui o atributo de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o objeto enquanto possessão eminente. A universalidade de seu atributo é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente... O dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. (MARX, 2004, p. 157).

#### 3.1. O CRESCIMENTO DO RECA ENTRE O ESTADO E OS PROJETOS.

A primeira conversa com Bernardo Krommendix realizou-se em 1988 e contou com a presença de representantes da CPT. Os produtores apresentaram a proposta, e em muitos momentos foram questionados sobre a viabilidade dela. Findados os questionamentos, o representante da entidade holandesa aceitou financiar o projeto, e desabafou:

Fiquei impressionado com a convicção dos trabalhadores em poder realizar este projeto tão ambicioso e que não tinha igual na região para servir de exemplo. Eu não tinha razão para duvidar da capacidade e da disposição desses trabalhadores e trabalhadoras de iniciar um projeto inovador, com riscos e incertezas. Um trabalho muito diferente da lavoura branca, a prática mais comum na região. (ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGROSSILVIVULTORES DO PROJETO RECA, 2003, p. 36).

De volta à Nova Califórnia, os produtores trataram das últimas pendências para concretizar o financiamento da CEBEMO, solidificando os dois pilares básicos do Projeto: o associativismo e o reflorestamento. Para tanto, fundaram em 1989 a Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA, estreando em 18 de fevereiro desse ano, com 80 sócios, o Projeto RECA. O estatuto da associação e da cooperativa era corpo legal do associativismo trazidos pelos sulistas e continha as regras a serem seguidas. Dentre todas, três merecem atenção especial, e assim as evidenciaremos a seguir, lembrando que somente a segunda não está presente nos estatutos:

- 1) O sócio poderia ser todo aquele que tivesse um lote (de no mínimo 2 e no máximo 200 hectares) na região da vila, filiado ao grupo de sua localidade e que fizesse a “caminhada”<sup>9</sup>;
- 2) Sócios e não-sócios poderiam vender a produção à cooperativa do RECA (Cooper-RECA), contudo o sócio venderia a preços maiores que os não sócios.
- 3) Os lucros restantes depois de deduzidas todas as despesas e pagos os fundos da cooperativa serão repartidos entre os cooperados na mesma proporção que utilizaram os serviços da cooperativa.

Analisando-as é possível perceber, logo de partida, que abrem possibilidades à estratificação e segregação econômica, interna e externa à cooperativa. A primeira preconiza uma segregação interna, ao pôr lado a lado sócios com poderes fundiários tão diferente. O segundo configura a segregação na região, entre as famílias camponesas sócias e não sócias, ao prover maiores lucros àquelas em detrimento dessas. A terceira, torna mais acentuada e grave as discrepâncias suscitadas anteriormente. Mas é na ação conjunta das três que os efeitos citados podem ser mais nefastos, causando pobreza e miséria de uns em relação aos outros dependendo do montante de dinheiro envolvido. Estas ainda podem suscitar a eclosão de uma classe abastada detentora de grande poder político local. Entre caminhos e descaminhos, assim se constituiu o associativismo do RECA.

A outra preocupação dos recém associados foi a respeito dos hectares de SAFs produzidos. Mesmo com muitos mutirões feitos, havia ainda famílias cujos hectares precisavam de preparos. Como a área proposta pelo financiamento era pequena, apenas três hectares por família, não demoram a plantar os restantes. Outros mutirões foram realizados e mais sistemas agroflorestais surgiram adensando num pequeno lote, cupuaçu, andiroba, açaí, castanheira e seringueira, todas em consórcio. Daí o nome RECA: Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado.

Antes mesmo de liberado o financiamento, grande parte da área já estava reflorestada. O mesmo começou a ser pago, logo após a fundação do RECA, em quatro parcelas. Foram 958 dólares para cada família por hectare produzido, sendo que cada uma

---

<sup>9</sup> A “caminhada” era a iniciação do produtor pretendente ao RECA, com o prazo de um ano. Nesse período ele deveria estabelecer seu SAF em condições de produção, participar de todas as atividades e reuniões, demonstrando assim grande participação política e social.

poderia ter no máximo três hectares. O pagamento do mesmo era realizado pelas famílias em forma de produção e como essa já havia sido iniciada, as últimas parcelas ficaram como poupança, a qual foi ainda beneficiada pela valorização do dólar na época.

Eu nunca tinha visto tanto dinheiro na minha vida como o pagamento que recebi: 958 dólares! Mas isso foi em quatro parcelas. Só que uma parcela daquelas dava um pacote assim de dinheiro nosso. Eu ainda tenho dinheiro daqueles guardado. Não era tanto dinheiro, mas as pessoas era carentes demais; qualquer coisinha deixava agente louco de alegria. (ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGROSSILVIVULTORES DO PROJETO RECA, 2003, p. 56).

A última etapa do financiamento se deu em 1993, e resultou na implantação total de 400 hectares de SAFs estendendo os benefícios a 200 famílias. O êxito do projeto se deveu à luta dos próprios camponeses e pela coesão social formada. Se por um lado esse financiamento foi o ponto de partida ao avanço econômico dos camponeses, por outro inaugurou a submissão de sua forma de trabalho ao capital, ou seja, uma capitalização do trabalho camponês, na qual o próprio capital financia a produção camponesa e recebe como pagamento a renda da terra contida na produção. Trata-se, pois, de um “processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção.” (OLIVEIRA, 1995, p.13).

Formados esses 400 hectares, com as respectivas famílias em condições produtivas, demais financiamentos governamentais e de empresas privadas foram aparecendo. Em 1994, o PMACI<sup>10</sup> financiou o plantio de 200 hectares de consórcio de pupunha com essências florestais, denominado Projeto RECA e Flora. O mesmo teve continuidade em 1997, mas com ênfase no controle de pragas, doenças e fogo. Em 1994/95, houve o financiamento do FNO<sup>11</sup> para 94 associados individuais. Assim, a década de 90 simbolizou o avanço dos SAFs e

---

<sup>10</sup> Plano de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas elaborado pelo governo federal em negociação com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial para a pavimentação da rodovia BR-364, especificamente do trecho entre Rio Branco e Porto Velho. Informações de: [http://books.google.com.br/books?id=snyweWq0UsC&pg=PA85&lpg=PA85&dq=PMACI&source=bl&ots=UxKRjancOA&sig=2eHN4nP8\\_aKzEDHFV6oazi5FDY&hl=ptR&sa=X&ei=I6WCU7ngAdXIsATQs4GQDg&ved=0CHAQ6AEwCQ#v=onepage&q=PMACI&f=false](http://books.google.com.br/books?id=snyweWq0UsC&pg=PA85&lpg=PA85&dq=PMACI&source=bl&ots=UxKRjancOA&sig=2eHN4nP8_aKzEDHFV6oazi5FDY&hl=ptR&sa=X&ei=I6WCU7ngAdXIsATQs4GQDg&ved=0CHAQ6AEwCQ#v=onepage&q=PMACI&f=false)

<sup>11</sup> Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) vinculado ao Banco da Amazônia com o objetivo de beneficiar pessoas jurídicas de fundo privado ou público a fim de promover o desenvolvimento sustentável na

da produção (tabela 1, p. 85) alavancados pelos financiamentos, mas ainda faltavam os meios de produção para beneficiar e transportar os frutos, aumentando assim a lucratividade.

**Tabela 1: Volumes globais por produto e ano**

Ano	Cup Fruto	Polpa	Semente de Cup ferme	Manteiga de Cup	Torta de Cup	Produção de Hastes de Pupunha	Produção de Hg de Palmito	Latas de Açaí	Polpa de Açaí	Sementes de Pupunha		
										Lisa	Mista	Espinho
1995	155.000	50.856	00	00	00	00	00	00	00	1.200		7.000
1996	192.881	66.539	00	00	00	00	00	00	00	2.370		9.800
1997	166.174	77.000	4.000	00	00	60.000*	00	00	00	4.714,8		15.300
1998	361.036	120.345	15.000	00	00	160.000	00	00	00	6.855,5		19.500
1999	535.187	151.979	22.300	00	00	00	00	00	00	7.000		20.000
2000	415.927	129.643	28.000		00	350.000	00	1.142	8.000	9.578		18.754
2001	814.445	184.597	44.458	14.819	00	500.000	00	120	845	77.475		29.975
2002	799.285	196.300	11.516	10.335	30.823	57.863*	16.229,10	6.010	42.075	14.904	2.807	151

Fonte: Livro *Nosso Jeito de Caminhar/A história do Projeto RECA contada por seus associados, parceiros e amigos*. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGROSSILVIVULTORES DO PROJETO RECA, 2003.

Transformar os meios de produção era antes de tudo uma necessidade mediatizada pelo mercado, uma vez que a produção de frutos crescia sobremaneira acompanhados. Aqueles que tinham as maiores quantidades de hectares de SAFs, e, por conseguinte, maiores produções, se tornavam porta-vozes de tal incremento nos meios de produção, clamando pela aquisição de: máquinas, tratores, câmara fria, transportes; ou seja, vislumbrando a criação de agroindústrias mais modernas. Esses eram principalmente os sulistas, portadores das vivências e aprendizados da mecanização e quimificação do campo no sul, o fortalece a tese de

(...) que ao agricultor gaúcho pela experiência que adquiriu através dos tempos, na utilização de insumos modernos: máquinas, corretivos, fertilizantes, defensivos etc. e nas práticas de conservação do solo, está plenamente capacitado em desempenhar, na Amazônia, o papel inovador de efeito e demonstração eficaz. (IANNI, 1979, p. 103)

De fato, a força modernizante dos sulistas se fez concreta, em meados de 2000, pela somatória das sobras do dinheiro da CEBEMO com novos financiamentos: MLAL<sup>12</sup>, CCFD<sup>13</sup> e do Ministério do Meio Ambiente; gerando a construção de agroindústrias. Eram três: de polpa, de óleos e de palmito de pupunha. A agroindústria de polpa é responsável pelo recebimento, beneficiamento e embalagem da polpa de cupuaçu e açaí. Conta com três trabalhadores fixos e nas épocas de safra emprega aproximadamente cinquenta diaristas. No ano de 2010 a produção de cupuaçu foi de 1.102.304,00 Kg e a de açaí atingiu a marca de 6.686 Kg (tabela 2).

**Tabela 2: Principais Espécies com Produção do ano de 2010**

<b>Espécies</b>	<b>Produção (kg)</b>
CUPUAÇU	1.102.304,00
PUPUNHA PALMITO	292.619,80
CAFÉ	193.858
ABACAXI	40.100
PUPUNHA SEMENTE	36.757
LARANJA	35.000
MILHO	29.132
COCO	25.600
ARROZ	15.160
CASTANHA	10.976
MANDIOCA	9.650
AÇAÍ	6.686
COLORAU	6.060
BANANA	5.060
FEIJÃO	3.540
TANGERINA	2.000
SERINGUEIRA	1.590
PUPUNHA SDF	1.280
ARAÇA BOI	600
BACABA	450
CACAU	220
ESSÊNCIAS	200
TECA	200
ACEROLA	150
ANDIROBA	110
MAMÃO	100
MARACUJÁ	30
<b>TOTAL</b>	<b>1.819.432,50</b>

Fonte: Diagnóstico Participativo do Projeto RECA: 2010-2011, produzido pela GIZ

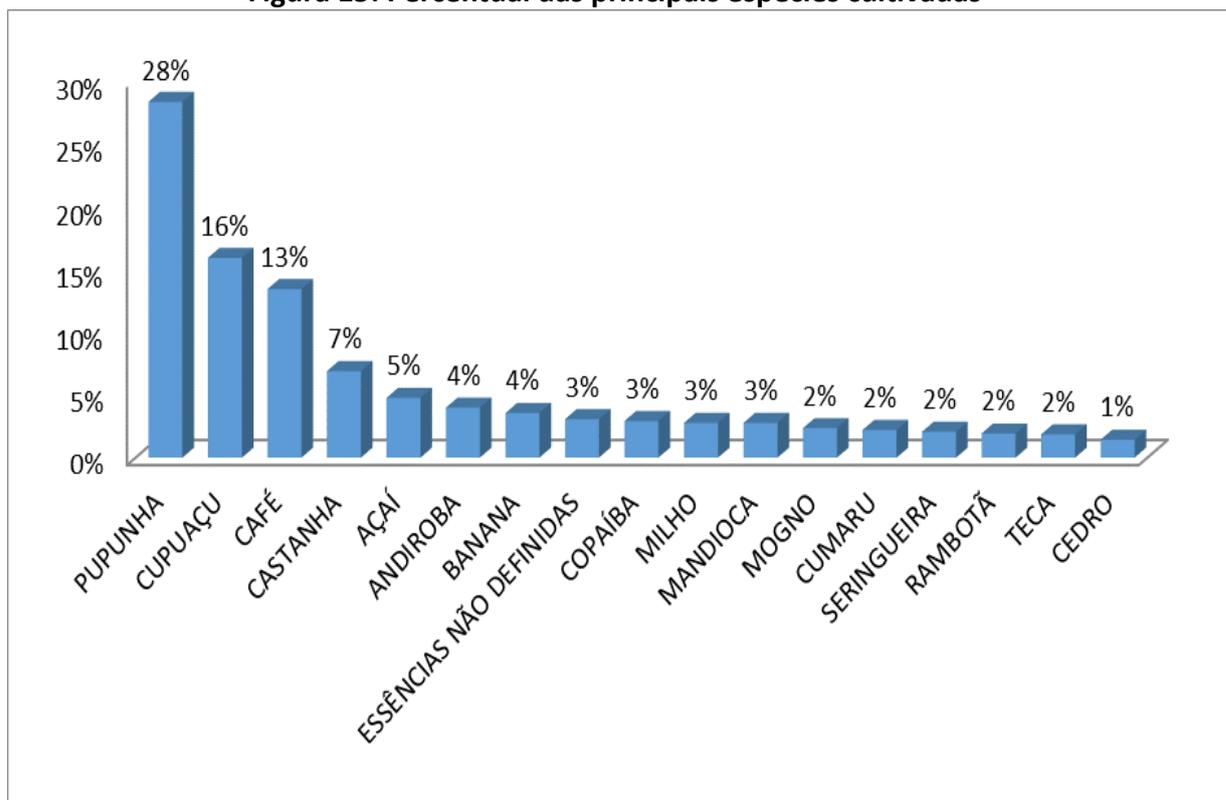
<sup>12</sup> É uma Organização não governamental italiana, conhecida como ProgettoMondo Mlal, que atua em diversas partes do mundo com projetos de desenvolvimento de comunidades tradicionais e empobrecidas. Ver: <http://www.progettomondomlal.org/home.php?setlan=pt>.

<sup>13</sup> É também uma ONG francesa, denominada CCFD terre soldaire, que vislumbra desenvolver projetos de combate à fome e miséria de comunidades pelo mundo. Ver: <http://ccfd-terresolidaire.org/>

A agroindústria de óleos extrai e beneficia os óleos de castanha-do-pará, cupuaçu e andiroba; dispendo também de mais mão-de-obra nos momentos de safra. É a mais rentável para o RECA, por comercializar com a Natura. A agroindústria de palmito de pupunha conta com o beneficiamento da produção de todos os agrossilvicultores, em média três mil hastes de palmito por dia, gerando uma das mais altas rentabilidades para a Projeto.

Para atender as maiores demandas advindas da modernização produtiva, os camponeses tiveram que ampliar suas produções nos SAFs. A primeira iniciativa, dado o rápido desgaste do solo, foi introduzir espécies leguminosas: crotalária, poerária, mucuna, flemíngia, desmódio e feijão-de-porco; para aumentar a fixação de nitrogênio no solo, adubando-o melhor. Assim, alterou-se a composição e a quantidade de cada espécie, como mostra a figura 15.

**Figura 15: Percentual das principais espécies cultivadas**



Fonte: Projeto RECA. Relatório Geral Produtivo de 30/01/2011

Posteriormente, dedicaram mais horas de trabalho ao plantio de novas mudas, ao controle de doenças e pragas e à introdução de novas essências florestais. Tamanha intensificação fez retornar aos seus lotes os familiares que trabalhavam na cooperativa, fazendo com que essa passasse assalariar outros: moradores desempregados da vila e produtores não sócios mais empobrecidos. Não sendo ainda suficiente, os cooperados contratavam outros trabalhadores em regimes de meação ou até arrendamentos em suas plantações. Esse último caso acontecia muito entre os produtores sócios, membros da equipe de execução (executor geral, secretárias, os gerentes de fábrica, a equipe técnica, entre outros), que por desempenhar diariamente suas funções na cooperativa se ausentavam de seus lotes, necessitando colocar outros em seu lugar.

O sentido do trabalho, que anteriormente se dava a partir do próprio camponês, sabendo ele a necessidade de se dedicar mais ou menos ao SAF, passou a ser determinado pela agroindústria da cooperativa, e, assim, o fez perder o controle do seu trabalho e de seu tempo livre. Ainda, com relação aos produtores, esse aumento da produtividade, fez aquela segregação mencionada anteriormente tomar força, configurando os grupos e as famílias mais abastadas dentre os sócios, e ainda aquelas mais empobrecidas e exploradas de não sócios (tabela 3, p. 89).

**Tabela 3: Detalhe sobre as principais espécies comercializadas pelo RECA, distribuição nos grupos, nº de plantas, hectares e idade média.**

ESPÉCIES	GRUPOS	Nº PLANTAS	HECTARES	IDADE MÉDIA
CUPUAÇU	Pioneiros I	22.236	118,2	10,4
	BAIXA VERDE	20.128	88,89	12,0
	Pioneiros II	15.555	67,8	10,4
	BR	9.255	36	13,7
	Pioneiros III	8.410	32,5	7,6
	Linha 05	5.920	42	10,9
	LH 6	3.786	9,42	6,0
	Cascalho	3.463	12	11,1
	Linha 12	2.330	10,1	10,1
	Eletronica	2.250	12	10,2
	M. Júnior	1.120	10	11,3
<b>CUPUAÇU TOTAL</b>		<b>94.453</b>	<b>438,91</b>	<b>10,7</b>
PUPUNHA PALMITO	BAIXA VERDE	156.703	100,39	6,1
	Pioneiros II	102.930	54,2	5,4
	Pioneiros I	57.230	56,2	7,3
	M. Júnior	42.540	27,53	4,3
	Pioneiros III	42.100	15,5	7,7
	Cascalho	17.063	22	7,7
	Eletrônica	15.360	10,8	7,6
	Linha 12	12.600	9	12,0
	BR	12.330	15	9,9
	Linha 05	8.400	11,2	3,8
	LH 6	100	7	10,3
<b>PUPUNHA PALMITO TOTAL</b>		<b>467.356</b>	<b>328,82</b>	<b>6,7</b>
PUPUNHA SEMENTE	BAIXA VERDE	43.002	153,22	8,4
	Pioneiros I	22.525	72,6	9,9
	Pioneiros II	13.560	75,1	6,7
	Pioneiros III	10.720	14,3	9,9
	Cascalho	9.456	13	8,4
	BR	8.988	15,5	12,2
	M. Júnior	8.761	27,53	5,9
	LH 6	8.065	10,63	8,9
	Eletrônica	6.780	8,8	4,8
	Linha 05	2.760	38,5	9,4
	Linha 12	1.982	15,5	11,3
<b>PUPUNHA SEMENTE TOTAL</b>		<b>136.599</b>	<b>444,68</b>	<b>8,6</b>
PUPUNHA SDF	Linha 12	5.942	6,5	
	LH 6	3.900	3,25	5,5
	Pioneiros III	2.600	9,5	10,9
	Cascalho	2.000		4,5
	Linha 05	850	16	4,0
	BR	213	3	21,0
	Pioneiros II	100	5,5	21,0
	Eletrônica	100	1	
<b>PUPUNHA SDF TOTAL</b>		<b>15.705</b>	<b>48,75</b>	<b>8,5</b>
<b>PUPUNHA GERAL</b>		<b>619.660</b>	<b>822,25</b>	<b>24</b>

Fonte: Diagnóstico Participativo do Projeto RECA: 2010-2011, produzido pela GIZ

Politicamente os efeitos da transformação econômica também foram sentidos. Ao aumentarem seus ritmos de trabalho, como já explicamos, os camponeses e suas famílias ficaram mais dentro de seus lotes, retidos em seus próprios sistemas agroflorestais, não sobrando tempo para as tão importantes atividades sociais que realizavam, ocasionando uma individualização dos laços sociais em detrimento da solidariedade inicial. Se os laços sociais não eram mais tão fortes assim, assumiram a dianteira os laços econômicos como edificantes das relações políticas. Em outras palavras, dentro da comunidade as relações políticas passam a se dar mais pautadas pelas relações econômicas do que pelas relações sociais e pelos laços de solidariedade. Tal fato ficou nítido ao se observar que a maioria dos presidentes e executores chefes, cargos mais altos da Equipe de Execução do RECA, eram pertencentes às famílias e grupos de maior expressão econômica. Não obstante, no ano de 2012, o antigo diretor comercial assumiu o cargo de Presidente, o que não demonstra nem um acaso nem tampouco uma coincidência.

Ainda em termos políticos, houve o grande crescimento das instituições governamentais e das empresas privadas atuando sobre o RECA. Uma vez estruturados os meios de produção, operando com base no associativismo e reflorestamento, com toda a comunidade organizada, a cooperativa passou a se mostrar como uma grande vitrine para as políticas públicas. Transformou-se também em aparelho de execuções do governo federal diante das populações locais e da própria floresta. Isso foi logo constatado ao saber que o grande líder e um dos mais importantes idealizadores do Projeto RECA, Sérgio Lopes, foi nomeado Secretário Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, a serviço do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Grandes empresas também passaram a fazer parte da comunidade das mais diversas formas, dentre elas, a Petrobrás e a Natura. Para a última daremos atenção especial logo em seguida.

Assim, o grupo de camponeses que anteriormente era o centro de onde emanavam as orientações políticas e econômicas, passou a se sujeitar às forças políticas representadas pelo Estado e pelas Empresas Privadas. Nas tabelas 4 e 5 (p. 91), vê-se quais foram elas.

**Tabela 4: Instituições Parceiras e Apoiadores**

Instituição	Localização	Descrição
Petrobras	Rio de Janeiro	Patrocínio de Projetos
Emater-RO	Extrema, Califórnia, Porto Velho – RO	Apoio Técnico e cursos
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Manaus – AM	Pesquisa dos Safs
Sebrae - RO	Porto Velho – RO	Assessoria e cursos
Senar – RO	Porto Velho – RO	Assessoria e cursos
SEDAM – RO	Porto Velho – RO	Cursos e regularização ambiental dos lotes rurais
Recopa	Rio de Janeiro – RJ	Comercialização
SOS Amazônia	Rio Branco – AC	Educação Ambiental
ACS Amazônia	Rio Branco – AC	Capacitação e certificação dos produtos
Natura	São Paulo – SP	Comercialização e certificação
Banco do Brasil	Rio Branco – AC	DRS – estocagem da produção
IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento)		Certificação Orgânica de produtos
EMBRAPA – AC e RO	Rio Branco / Porto Velho	

Fonte: Associação dos Pequenos Agressilvicultores do Projeto RECA.

**Tabela 5: Principais projetos elaborados e executados.**

Nome	Instituição Financiadora	Objetivo	Período
Projeto RECA	Cebemo - Holanda	Implantar 400 ha de agrofloresta e beneficiar 200 famílias	1989 a 1993
RECAEFLORA	Fundo Nacional de Meio Ambiente/MMA	Implantar 100 ha de agrofloresta	1996 a 1997
PRODITEC	Projeto Demonstrativo Tipo A – PDA/PPG7 ?MMA	Construção do Centro de Difusão de Tecnologia e intercâmbio com mais de 1500 produtores	1977 a 1988
MLAL	MLAL – Itália	Intercâmbio Técnico e apoio a EFA	2002 a 2005
TAPIRI	UNICEF	Educação Ambiental	1997
Projeto Produzir	Petrobras	Desenvolvimento e Cidadania	
Projeto Fontes Novas – Acertando o Passo	Petrobras	Petrobras Ambiental	2009-2012

Fonte: Associação dos Pequenos Agressilvicultores do Projeto RECA.

Modernizar os meios de produção foi mais que uma transformação produtiva e econômica. Representou o advento de uma contradição na história de reprodução social das famílias camponesas. Tratava-se, de fato, do surgimento de uma nova força motriz das relações sociais, políticas e subjetivas da comunidade; a força econômica. Em primeiro lugar, as agroindústrias transformaram a antiga cooperativa rudimentar, composta de membros da família dos produtores trabalhando de maneira quase artesanal; numa verdadeira indústria rural que processava a matéria-prima muito rapidamente pela utilização de máquinas, estocava grande quantidade de produtos e escoava com maior velocidade para o mercado. Isso demandava maior produção dos camponeses, os quais ampliaram seu tempo de trabalho e a participação da família, trazendo de volta aqueles que estavam trabalhando na cooperativa. Por conseguinte, outros funcionários passaram a ser contratados e, curiosamente, eram moradores da vila, que nada tinham a ver com os produtores do RECA, perpetrando assim relações de proletarização e assalariamento daqueles funcionários, muitas vezes contratados por tempo determinado e por produção, ou seja, flexibilizados. Em segundo lugar, tais mudanças promoveram uma condição de separação social da cooperativa em relação aos camponeses, não mais sendo um reflexo da força social, e sim passando a motor econômico e gerando uma força econômica determinante na reprodução social. Em terceiro lugar, camponeses e SAFs (floresta) migraram de detentores do poder social à esfera, cada vez maior, de dependência: do Estado, das Empresas Privadas e do mercado. Finalmente, a subjetividade passou a mudar. A tão onipresente esperança foi se seduzindo pelo mercado, o sofrimento decorrente de tanta pobreza e miséria foi sendo curado pelo poder do dinheiro, as antigas necessidades tão primárias que se atinham a alimentação, a habitação, ao futebol, a missa e a festa do fim de semana, foram se introduzindo elementos novos: carros, caminhonetes, e mercadorias vindas dos grandes centros urbanos.

### 3.2. A FORÇA ECONÔMICA NO RECA: NATURA E WOLF SEEDS.

Dentre todas as agências privadas e governamentais financiadoras do RECA, uma delas merece destaque, a Natura. A começar pelo seu desempenho econômico em pesquisa

e desenvolvimento, sendo uma das maiores empresas brasileiras, em agosto de 2013, foi eleita pela Revista Forbes a décima empresa do mundo no quesito inovação e a primeira brasileira, conforme site de notícia<sup>14</sup>. Em agosto do mesmo ano, ela recebeu das mãos da Presidenta Dilma Rousseff o prêmio FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), sendo a grande vencedora em Inovação. Segundo a empresa pública de fomento à ciência, seus projetos e parcerias com comunidades, institutos de pesquisa e universidades, têm trazido grandes acréscimos à economia brasileira. Ainda no mesmo ano, ela se juntou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para criar o Centro de Pesquisa Aplicada em Bem-Estar e Comportamento Humano, cujos objetivos eram desenvolver estudos em áreas como: neurociência, psicologia positiva, psicologia social e estudos populacionais e longitudinais. Fora seu potencial econômico e científico, ela ainda vem garantindo presença assídua no governo, tanto que na disputa à Presidência da República do Brasil de 2010, a então candidata Marina Silva nomeou como seu vice Guilherme Leal, presidente da Natura, como foi noticiado<sup>15</sup>. Foi tão chocante ver a acreana e filha de seringueiros nomeá-lo, que muitos, para fugir ao desespero, satirizaram a situação dizendo que o slogan da campanha dela seria “Por um Brasil mais cheiroso”.

Risadas à parte, trata-se de uma empresa que soube traduzir à moda brasileira a reestruturação produtiva, ao buscar na própria diversidade dos ecossistemas nacionais suas matérias-primas, dispensando as antigas que passavam por vários processos industriais. Desse modo, conseguiu reduzir severamente os custos de produção através do barateamento daquelas e da diminuição de sua planta produtiva, em grande parte terceirada. Também traduziu para nossa realidade a exploração do trabalho flexibilizado e precarizado, ao elencar como seus grandes produtores as populações tradicionais. Ao proceder assim, ampliava seus lucros e produção de valor por extrair a renda da terra contida nos produtos dessas populações. Extraía também toda a sabedoria secular das mesmas, na utilização de espécies da floresta para confecção dos seus cosméticos.

Com tais preceitos, a empresa chegou ao RECA em 2009. Sua primeira ação no Projeto selou a alma do negócio, ao propor um duplo acordo e respectivos financiamentos: um que visava a construção, juntamente com o RECA e órgãos do governo, de uma escola

---

<sup>14</sup> [http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=689334#.U3-70\\_ldV-4](http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=689334#.U3-70_ldV-4)

<sup>15</sup> <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/marina-confirma-presidente-da-natura-como-vice-na-chapa-do-pv-a-presidencia-20100516.html>

secundarista voltada à formação rural, e o outro que visava a compra de óleo de sementes de andiroba, de cupuaçu e de castanha, além de determinada quantidade de polpa de açaí. Do primeiro construiu-se a Escola de Formação Agrícola (EFA) Jean Pierre Mingan, destinada aos filhos de produtores da cooperativa e outros da região. Do segundo, formou-se o mercado mais promissor e enriquecedor impensado pela comunidade.

A EFA atendia todos os jovens de segundo grau, com aulas que iam desde as disciplinas comuns do currículo escolar até disciplinas próprias às atividades do campo, como: formação de sistemas agroflorestais, manejo de espécies amazônicas e empreendedorismo; a fim de formar acima de tudo técnicos agrícolas. Tal formação tinha ainda outro caráter específico, a adoção da Pedagogia da Alternância, como método de ensino, aprendizagem e vivência. Através dele o adolescente ficava quinze dias morando na escola e nos demais quinze dias retornava para casa, a fim de praticar o aprendizado e ajudar no trabalho familiar. No tempo de permanência na EFA, o aluno participava de algum grupo, cada qual com uma função alternante na execução de atividades, para manter o funcionamento da escola como: lavar louça, lavar banheiros e alojamentos, trato dos animais criados, oferecimento das refeições, cuidados com a horta e demais cultivos, entre outras.

O acordo de compra dos óleos e da polpa de açaí foi estipulado em montante<sup>16</sup>, de modo que, ao longo de quatro anos aproximadamente, o RECA os forneceu à Natura. Extremamente lucrativo, esse comércio dava aos produtores dois pagamentos, o primeiro pela quantidade de óleo produzida, e como o valor era alto, a rentabilidade também era grande. O segundo pagamento se fazia pela chamada repartição de benefícios, assim definida pela Natura:

Como forma de reconhecer o papel fundamental exercido por essas pessoas, a CDB, Convenção de Diversidade Biológica, o maior acordo internacional de biodiversidade, adotado em 1992 e ratificado por mais de 190 países, determina que, além da conservação da biodiversidade e seu uso sustentável, também seja feita a repartição justa e equitativa dos benefícios adquiridos pela utilização dos recursos genéticos. Isso quer dizer que toda empresa, instituição ou país que fizer uso comercial do patrimônio genético ou dos conhecimentos tradicionais de um povo deveria devolver

---

<sup>16</sup> Dada a proteção dos valores de custo realizada pela Natura, não foi possível ter acesso a números e quantidades.

parte dos benefícios econômicos adquiridos para as comunidades de onde os recursos foram extraídos. Esse retorno, que não precisa ser necessariamente monetário, tem o propósito de garantir qualidade de vida e desenvolvimento para esses grupos e incentivá-los a continuar preservando a biodiversidade. De acordo com a CDB, as diretrizes para a repartição de benefícios devem ser definidas por meio de legislações nacionais. Atualmente, cerca de 40 países possuem alguma regulamentação nesse sentido. No Brasil, uma Medida Provisória, do ano de 2001, trata do tema.<sup>17</sup>

Esse grande enriquecimento da cooperativa se faz de maneira desigual dentro dela, como já vimos, o que tornou mais grave e latente a segregação econômica. Contudo, nesse comércio com a Natura a segregação era ainda mais perversa, criando laços nefastos de exploração e dependência. Isso, pois uma parte dessa produção de óleos advinha de sementes extraídas por não sócios: indígenas, camponeses extrativistas e ribeirinhos; residentes na parte amazônica, distante aproximadamente uns 20 quilômetros da cooperativa. Além de não receberem os benefícios e financiamentos da Natura, lucravam menos que os sócios, contudo dependiam dos mesmos para vender as sementes. Estão aí as relações de trabalho estabelecidas pela Natura aos não sócios, e a quantidade de renda da terra extraída.

Outras parcelas do contrato com a Natura chegaram ao RECA em maio de 2010, julho de 2011 e dezembro de 2011.

A forma de trabalho de coordenadores de relacionamento, enviados à comunidade a serviço da empresa, também foi situação observada em campo. São talvez as personalidades mais desejadas e esperadas pelos produtores e estarrece ver os olhos de todos brilharem frente a esses funcionários. As palavras do diário de campo caracterizam melhor o encontro:

Dois funcionários da Natura chegaram e logo a comunidade entrou em êxtase. O objetivo central da visita era verificar a má utilização do último recurso destinado à EFA. Assim nos dirigimos à escola onde aconteceria reunião. Estavam três dos mais antigos líderes da cooperativa, e os dois coordenadores, junto a todos os adolescentes ávidos e devidamente domesticados para o encontro. Os coordenadores primeiramente optaram por passar nas salas de aulas e conversar com os alunos. Mais que uma conversa, era verdadeiramente uma intervenção altamente entusiasta,

---

<sup>17</sup> <http://naturaekos.com.br/rede-ekos/reparticao-de-beneficios-biodiversidade-e-conhecimento-tem-valor/>

tecendo milhões de elogios: a forma de vida rural, a dedicação dos meninos e meninas por estudarem no campo, a função desempenhada pelos seus pais. Como um show ou algo parecido, os coordenadores pediram a todos os adolescentes presentes na EFA um momento para tirar fotos, mas cheia de sorrisos, caretas, pulos, a fim de emanar a maior quantidade de alegria possível. (FRAGMENTOS DO DIÁRIO DE CAMPO)

A outra empresa bem representativa da presença do capital monopolista na região do Abunã foi a Wolf Seeds. Sediada na cidade de Ribeirão Preto, essa empresa do setor de melhoramento genético enviou seu representante à procura de sementes de leguminosas. Como sabiam da existência de muitas delas na região, principalmente a pueraria, utilizada pelos camponeses para adubação do solo, expressaram a necessidade de 250 toneladas de sementes. Os produtores, mesmo seduzidos pelo alto valor pago, disseram ao representante que utilizavam as leguminosas para adubação e desse modo não lhes interessava produzir as sementes, as quais consumiriam todo o nitrogênio fixado. A reunião terminou com a proposta feita, cuja viabilidade ia ser debatida com os demais sócios da cooperativa.

#### 4. NASCE A FORÇA FINANCEIRA DO RECA: FUNDO AMAZÔNIA E O ESTADO.

Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são fielmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com os outros homens. (MARX apud BERMAN, 1982, p. 87).

##### 4.1. O FUNDO AMAZÔNIA E A FORÇA FINANCEIRA: O PROJETO CONCRETIZAR.

Como era de se esperar, o montante acordado com a Natura chegou ao fim em 2012, gerando um sentimento coletivo de insegurança e medo. Alguns viam nisso o fim do enriquecimento, outros se desesperavam diante do medo de não quitar seus empréstimos. Todavia, a região inteira do Abunã, sócios e não sócios, estava sentindo a perda de seu comprador mais promissor e se perguntando se haveria outro contrato.

Previendo esse dia, os produtores do RECA trataram de escrever um projeto a fim de adquirir do governo novo financiamento e não foi nada difícil redigi-lo, nem tampouco conseguir o dinheiro. Em grande medida porque, nesse momento, a cooperativa já representava a aparelhagem do estado na região, nomeadamente através das políticas públicas em benefício de empresas privadas.

Este projeto, chamado Concretizar, concorreu à chamada pública do Fundo Amazônia, vinculado ao BNDES, que dispunha 100 milhões de reais a propostas de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Foram aprovados 18 projetos e dentre eles o pleiteado pelo RECA, cujo valor era de R\$ 4.490.222,00<sup>18</sup>.

Ganhador da modalidade aglutinadora, cuja ideia era uma cooperativa ou entidade mais forte social e economicamente aglutinar o desenvolvimento de cooperativas e associações em sua região, o projeto estabelecia primeiramente, como proposta levar o desenvolvimento econômico, a construção de 300 hectares de SAFs em três regiões da tríplice fronteira do Abunã:

---

<sup>18</sup> Mais informações, ver:

[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Esquerdo/como\\_apresentar\\_projetos/Chamada\\_Publica](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/como_apresentar_projetos/Chamada_Publica)

- 1) Região de Lábrea, no Amazonas, onde se situa a Associação dos Produtores Rurais e Agroextrativistas do Projeto de Assentamento do Seringal Santo Antônio e Adjacência (APRAASSA).
- 2) Região de Acrelândia, no Acre, onde se localizam a Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia (ASPRONMACRE) e a EFA.
- 3) Região do Abunã, em Rondônia, onde se encontram: Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça, Associação de Produtores Rurais do Ramal Cascalho (ASSPRAC) e Pequenos Agrossilvicultores do Ramal Baixa Verde.

Antes de qualquer análise, vale ressaltar as diferenças entre essas regiões, tamanho o contraste entre elas. A região chamada Lábrea, no Amazonas, onde se localiza a APRAASSA, é extremamente conflituosa e abriga desde grandes fazendeiros pecuaristas até camponeses e ribeirinhos extrativistas bem empobrecidos. Inúmeras são as mortes de camponeses, opositores da grilagem, por jagunços que almejam expandir as terras do patrão de maneira ilegal. É também local onde algumas famílias mais enriquecidas do RECA têm comprado lotes. Tanto os grandes fazendeiros quanto os do RECA, realizam a pecuária com financiamento do governo, desencadeando intensa devastação da floresta e configurando a fronteira de expansão sobre a floresta (figura 16).

**Figura 16: Pecuária no Amazonas – Fronteira de Expansão**



Fonte: Daniel Dias Ângelo. DO SONHO À LUTA DE SOBREVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA: “a caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA.

A segunda região, Acrelândia, no Acre, é onde se localiza a Escola Família Agrícola de grande parte dos filhos dos cooperados do RECA, bem como a Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia (ASPROMACRE). Caracteriza-se pela predominância da pecuária, sem as discrepâncias tão grandes como as anteriores. Por fim, a terceira e última região, Abunã, é aquela formada pelos produtores do RECA mais enriquecidos, excetuando aqueles do ramal Cascalho de maioria ex-seringueiros. Desta maneira, fica clara a supremacia econômica e política da última, Abunã, em detrimento das duas primeiras, o que pode acarretar mais subdesenvolvimento e miséria para essas além do agravamento do conflito social na primeira região, do Lábrea.

Os 300 hectares propostos pelo Concretizar seriam distribuídos de forma absurdamente desigual entre as regiões acima. Assim, as configurações econômicas e políticas dessas regiões tão díspares, bem como o grave conflito social e miséria de Lábrea seriam ampliados devido à má distribuição das áreas econômicas de SAFs.

50 há na Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia (ASPROMACRE), 10 hectares na Escola Família Agrícola (EFA), em Acrelândia, no Acre; 50 há na Associação dos Produtores Rurais e Agroextrativistas do Projeto de Assentamento do Seringal Santo Antônio e Adjacência (APRAASSA), em Lábrea, no Amazonas; 150 há na Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça, 40 há na Associação de Produtores Rurais do Ramal Cascalho (ASSPRAC) e 20 há na Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Ramal Baixa Verde, no Distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho, Rondônia. (TRECHO DO PROJETO CONCRETIZAR)

Todavia, tais consequências, mesmo catastróficas para o desenvolvimento dos camponeses, iam adiante através das propostas do referido projeto que objetivava a construção, dentro da sede da cooperativa do Projeto RECA e em nome da mesma, de duas usinas: uma para beneficiamento de polpa de frutas com 980 m<sup>2</sup> e outra para beneficiamento de castanha-do-brasil com 300 m<sup>2</sup> para produção de 4,4 ton. de amêndoa desidratada. As duas usinas somam R\$ 1.550.000. Observe os argumentos para cada respectivamente:

A unidade de processamento de polpas do Reça foi implantada em 1993 e precisa aumentar e melhorar sua capacidade de produção. A capacidade atual de processamento de polpa de frutas é de 350 ton. por ano. Com os SAFs que deverão começar a produzir nos próximos anos e com o início da produção dos que serão implantados neste projeto torna-se necessário a ampliação da planta industrial a fim de duplicar a capacidade atual. Os equipamentos para a nova agroindústria estão em processo de cotação pelo Governo do estado de Rondônia. (TRECHO DO PROJETO CONCRETIZAR)

Atualmente o Reça comercializa castanha-do-brasil na forma in natura (amêndoa com casca) e óleo. Com a implantação da usina de beneficiamento de castanha pretende-se fazer a comercialização de amêndoas descascadas, desidratadas e embaladas à vácuo que agregam uma renda bruta três vezes maior que a castanha com casca. A usina permitirá aumentar em duas vezes a compra de castanha de extrativistas, responsáveis por 85% da produção atual que é de 140 toneladas, o que beneficiará cerca de 500 famílias. A unidade será implantada, equipada e funcionará de acordo com o regulamento técnico referente às Medidas Básicas de Higiene e Manejo para a Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Secretaria de Defesa Agropecuária, que é a PORTARIA Nº 49, DE 6 DE AGOSTO DE 2003. Estima-se que serão necessários, de acordo com a experiência do Reça, cerca de 2 anos para a construção da usina, equipagem e, o que é mais moroso, adquirir a documentação legal que permitirá a legalização da comercialização do novo empreendimento. A usina terá a capacidade de processar mensalmente 4,4 ton. de amêndoa desidratada. (TRECHO DO PROJETO CONCRETIZAR)

Assim, a cooperativa passaria a monopolizar ainda mais o beneficiamento da produção local, extraindo mais renda da terra ainda dos camponeses não sócios. Realmente, chega a assustar pela amplitude e profundidade da miséria, pobreza, dependência e segregação que esse Projeto Concretizar pode ocasionar.

#### 4.2. DIANTE DOS PLANOS DO ESTADO.

De todo o exposto anteriormente é possível apreender o sentido da atuação do Estado perante as populações da fronteira amazônica, ou seja, é constatável o papel do estado em financiar projetos que tornam muito mais subdesenvolvidas as comunidades da

Amazônia. Para tanto, é exposto abaixo os projetos aprovados no mesmo edital do Concretizar, os quais juntos somaram praticamente cem milhões de reais, na tabela 6 abaixo

**Tabela 6: Projetos Aprovados em 2012 pelo Fundo Amazônia.**

<b>Nome Instituição</b>	<b>Nome do Projeto</b>	<b>Valor Solicitado</b>	<b>Nota Final</b>
Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre	Extrativismo Sustentável - Fortalecendo a Economia de Base Florestal no Acre	R\$ 5.104.500,00	128,43
Centro dos Trabalhadores da Amazônia	Conhecimento Tradicional: Desenvolvendo e Fortalecendo Empreendimentos Comunitários Sustentáveis de Base Florestal na Geração de Emprego e Renda	R\$ 2.825.485,00	121,43
Associação SOS Amazônia	Estruturação, fortalecimento e integração de cadeias de valor florestais não madeireiras nos estados do Acre e Amazonas	R\$ 9.949.795,50	120,71
Instituto Socioambiental	Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	R\$ 7.820.666,39	119,29
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	APL Babaçú: uma Experiência das Quebradeiras de Coco da pré-Amazônia Maranhense	R\$ 5.352.263,40	116,14
Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer	Sentinelas da Floresta	R\$ 5.288.817,42	115,14
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	Projeto Wayury Sustentável do Rio Negro	R\$ 6.750.790,00	114,00
Associação do Centro de Tecnologia Alternativa	Produção Integrada e Sustentável Gerando Renda e Conservação Ambiental para a Agricultura Familiar na Amazônia Mato Grossense	R\$ 5.499.664,00	111,57
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola	Calha Norte Sustentável	R\$ 4.867.340,00	110,43
Associação dos Moradores do Santana	Piscicultura Comunitária no Lago do Santana	R\$ 2.155.420,00	107,43
Operação Amazônia Nativa	ARAPAIMA: Redes Produtivas	R\$ 6.364.727,07	106,86
Instituto Peabiru	Néctar da Amazônia - Cadeia de valor do mel de abelhas nativas de povos e comunidades tradicionais da Amazônia Oriental	R\$ 2.000.000,00	106,14
Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA	Concretizar Viabilizando a Produção Sustentável da Agricultura Familiar na Ponta do Abunã em Rondônia, Acre e Sul do Amazonas	R\$ 4.490.222,00	105,71
Fundação Orsa - Unidade Jari	Negócios Agroflorestais	R\$ 2.838.548,84	104,57
Comissão Pro Índio do Acre	Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	R\$ 3.187.698,00	104,43
Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia	Comunidades Solidárias em Rondônia	R\$ 2.439.280,00	101,43

União Brasileira de Educação e Ensino	Frutos da Floresta: Organização da Produção, Comércio Justo e Solidário e Consumo Sustentável na Amazônia	R\$ 4.061.923,97	100,57
Instituto Agroter	Bico Amazônico	R\$ 5.683.418,00	97,43

**FONTE:** [HTTP://WWW.FUNDOAMAZONIA.GOV.BR/FUNDOAMAZONIA/FAM/SITE\\_PT/ESQUERDO/](http://www.fundoamazonia.gov.br/fundoamazonia/fam/site_pt/esquerdo/)

A força do governo é tão evidente nesse sentido que criou, em 2008, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) atualmente coordenado pela Secretária de Assuntos Avançados, cujos pontos principais são:

- Valorizar a diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia;
- Ampliar a presença do Estado na Amazônia para garantir maior governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva;
- Promover a cooperação e gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo - federal, estadual e municipal;
- Ampliar a Infraestrutura regional - energia, armazenamento, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes - saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública;
- Assegurar os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, condição para a reprodução social e a integridade cultural das populações ribeirinhas, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, entre outros;
- Combater o desmatamento ilegal associado à transformação da estrutura produtiva regional, coibindo a replicação do padrão extensivo de uso do solo das atividades agropecuárias, predominantemente na fronteira de expansão da Amazônia nas últimas décadas;
- Promover a utilização de áreas já desmatadas, com aumento da produtividade e recuperação florestal e produtiva das áreas degradadas - conjuntamente com o fomento ao uso múltiplo das florestas em bases sustentáveis, a partir da aplicação dos conhecimentos técnico-científicos e a capacitação de atores locais;
- Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;

- Promover o desenvolvimento da região com equidade e atenção às questões de gênero, geração, raça e etnia;
- Fomentar o diálogo, a negociação e a formação de consensos entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas;
- Fortalecer e empoderar a sociedade civil, para que o avanço da presença do Estado na região aconteça em sinergia com o seu engajamento.

Se em plena ditadura o Estado tinha uma função para com o capital no campo, hoje sem dúvida essa função se tornou mais complexa, não só pela quantidade de capitais envolvidos, mas também pela quantidade de mais-valia e renda-da-terra que são sugados do trabalhador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de luta dos camponeses do Projeto RECA explicitou uma complexidade de fatores e determinantes que compõem os caminhos e descaminhos em direção ao desenvolvimento emancipatório no campo.

Logo de início, saltou à reflexão a condição do migrante enquanto promotora de subjetividades que poderiam sim desencadear concretizações e movimentos sociais coletivos em conjunto com a materialidade posta naquele momento histórico. Pensando assim, entraram para o cunho da observação e análise a esperança, a religiosidade, os traumas, e as frustrações inerentes a essa condição. A importância dessas análises se ateve em grande monta no campo do choque entre processos civilizatórios, o camponês e o capitalista, de modo a investigar como o capital enquanto processo civilizatório deixa suas marcas e transforma aquele homem. No limite, a resposta não foi difícil de encontrar, ao se verificar os traumas diante da miséria e pobreza, de onde se pode concluir que esse processo capitalista leva a sintomas de uma vida de barbárie, e, por conseguinte, enquanto caminho histórico não delinea uma trajetória positiva.

Ainda sobre o processo migratório, ficaram nítidas as diferenças culturais e ideológicas entre nordestinos (ex-seringueiros) e sulistas, onde aqueles eram tachados por esses últimos como preguiçosos e vagabundos. Por outro lado, os sulistas ficaram famosos como aqueles obstinados pelo trabalho. Contudo, diante da miséria e total carência material, ambos se uniram e alguns sincretismos se realizaram.

Foi possível verificar também a atuação do Estado e das empresas privadas junto à cooperativa e aos produtores, constatando seus objetivos, e principalmente a simbiose entre governo e mercado.

**BIBLIOGRAFIA**

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGROSSILVICULORES DO PROJETO RECA. Nosso jeito de caminhar: a história do Projeto RECA contada por seus associados, parceiros e amigos.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico. In: Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas. BORON, AMADEO, GONZALES [org.]. CLACSO, 2006

ANTUNES, Ricardo L C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BECKER, Berta K. Amazonia. In. Serie Princípios. São Paulo: Editora Ática. 1991.

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras. 1982

BURKETT, Paul. "On Some Common Misconceptions About Nature and Marx's Critique of Political Economy" Capitalis, Nature, Socialism. A Journal of Socialist Ecology, Vol. 7(3), setembro, 1996.

COCHRANE, T. & SANCHEZ, P. Land resources, soil and their management in the Amazon region: a state of knowledge report. In S. Hecht (ed.) Amazon: Agriculture and Land Use. Cali, Colômbia, CIAT. pp. 137-209. 1982.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FEARNSIDE, Philip. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. In: MEGADIVERSIDADE. Volume 1, Nº 1. Julho de 2005

FERREIRA NETO, Ciciniato. A tragédia dos mil dias. Premium. 2006

GONÇALVES, Carlos W. Porto. O Latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. Revista GEOgraphia, v.4, n.8. 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979

IANNI, Octavio. A Luta pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Octavio. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento do na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MARENGO, Jose A.; VALVERDE, Maria C. Caracterização do clima no Século XX e Cenário de Mudanças de clima para o Brasil no Século XXI usando os modelos do IPCC-AR4. Revista Multiciência, Campinas, Edição n. 8. Mudanças Climáticas. Maio 2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Seven Interpretive Essays on Peruvian Reality*. Texas Pan American Series. Translated by Marjory Urquidi. Austin: University of Texas Press, 1971.

MARTINS, José de S. Expropriação e Violência: A questão Política no Campo. São Paulo: Editora HUCITEC. 1980.

MARTINS, José de S. O Cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1981.

MARTINS, José de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1983.

MARTINS, José de S. A Chegada do Estranho. São Paulo: Editora HUCITEC. 1993.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto. 2009.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo I. In: Economistas. São Paulo: Ed. Nova Cultural. 1996

MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2003.

MINC, Carlos. A reconquista da terra : estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Sustainable Agriculture and the Environment in the Humid Tropics. Washington, D.C.: National Academy Press. 1993.

OLIVEIRA, A. U. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo, Editora Ática, 1995.

OLIVEIRA, A. U. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: \_\_\_\_\_. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto. 1991. P.45-72.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org.). Geografia do Brasil. 5ª Ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB. Ano 19, vol. 21, n. 21, p. 113-156.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. Revista de Estudos Avançados. vol.3 no.7, São Paulo, setembro/dezembro de 1989.

POSEY, Darrell A. Manejo de floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados. In: D. Ribeiro (Ed.) 1986.

POTYGUARA, José. Terra Caída. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

RIBEIRO, B. G. Amazônia urgente: cinco séculos de história e ecologia, Itatiaia, Bel Horizonte. 1990.

SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos Minerais da Amazônia. Revista de Estudos Avançados. Vol. 16, n. 45, pp. 123-152. 2002.

SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SCHUBART, H. Biodiversidade e território na Amazônia. In III Congresso Sul-Americano de Alternativas de Desenvolvimento Resgatando a Amazônia: uma nova história. Manaus. 1999.

SIMIONE DA SILVA, Silvio. Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário: uma análise a partir da realidade amazônico-acreana. Rio Branco: Edufac, 2011.

THÉRY, MELLO-THÉRY, GIRARDI, HATO. Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. In Revista NERA. No 17 (13). Julho/Dezembro de 2010.

THOMAZ JR., Antônio. O Agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, ago. 2010.

VALVERDE, Orlando. Geografia Agrária do Brasil. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura. 1964

## ANEXO

Habitado à luta contra a natureza, no sertão estorricado do nordeste, com a coragem que Deus lhe deu, Chico Bento enfrentou nova luta contra a selva amazônica. Resignado viu a filha morrer de febre e o caçula devorado pela onça. Mudou-se para a margem do Juruá e, depois de dois anos de trabalho, vem a alagação e leva seu roçado, sua vazante, seus animais. Nunca esmoreceu! Mas, pela primeira vez, sente abalar sua fortaleza de ânimo diante daquele espetáculo de ruínas. De repente lembra-se da filha enferma e seus olhos umedecem. “Que isso caboclo?!...” – diz ele consigo. – “Bento Albuquerque é esteio de aroeira! Tem de resistir à tempestade!” (POTYGUARA, 1998, P. 223).

### O TRABALHO DE CAMPO: RELATOS E CONSIDERAÇÕES

O trabalho de campo, enquanto práxis da investigação, é fundamental à produção do conhecimento e está umbilicalmente ligado à teoria. Não de maneira complementar nem tão pouco se contrapondo em todas as observações, eles formam um complexo, uma relação híbrida, em decorrência da própria divisão social do trabalho entre manual e intelectual.

Seu início e primeira etapa se faz em pleno gabinete, com esmero de pesquisar e se aprofundar em toda literatura já produzida sobre o que será investigado. Foi o caso dessa pesquisa, iniciada da forma citada, mas que devido à insuficiência de textos sobre o Projeto RECA, se valeu de vídeos propagandísticos. Conseguidas as informações, ainda em gabinete e com o arsenal teórico nas mãos, esse nascimento findou com os primeiros esboços de objetivos, hipóteses, cenários e atores, entrevistas e um roteiro investigativo. Com toda essa formulação teórica indispensável, arquitetada com a esperança de estruturar o trabalho de campo e conceder segurança científica, partiu-se para o local da investigação.

No trajeto, levando na mala todos os instrumentos necessários: máquina fotográfica, gravador, filmadora e o diário de campo; as ansiedades tomaram conta a cada mudança paisagística. De lá do alto se avistava a Floresta Amazônica, com todos os seus tons fortes de verde, e das áreas inteiras desmatadas. Ao aterrissar e pisar no solo amazônico, cenário da investigação, o trabalho de campo mostrou sua verdadeira força e seu potencial de construir

muito mais que a pesquisa. Nesse instante, todas as impressões, visuais e sons, foram amplificados e causaram impacto extremo no pesquisador. Uma imersão capaz de colocar o próprio pesquisador em campo, como objeto a ser observado por ele mesmo. Um momento onde esse adentra o universo a ser pesquisado, como parte do mesmo, sem ressalvas nem medo de se desfazer de seu universo antigo. Contudo, tal imersão só é possível se, como foi dito na introdução, o pesquisador assumir político-ideologicamente o lado do pesquisado, sendo companheiro da história dos camponeses rumo ao desenvolvimento emancipatório no campo.

Foram três dias praticamente diante desse “novo”, onde todos os sentidos estavam aguçados. O ar tinha o cheiro da floresta e seus frutos ácidos, o clima era quente e extremamente úmido, a floresta exibia o verde forte das árvores latifoliadas com uma imensidão de espécies, mas em muitas áreas a pastagem imperava mostrando seu gado e os resquícios do que fora uma floresta. A grande rodovia BR-364 (figura 17, p.112) era o caminho por onde se escoavam as mercadorias e esperanças de prosperidade dos produtores. Rudimentar e ao mesmo tempo gigantesca, liga Rio Branco à Barretos (no estado de São Paulo), conectando o Projeto RECA à região do Agronegócio da Cana-de-Açúcar. Um verdadeiro

(...) tapete cinza avermelhado nos confins do Brasil, extenso em quilômetros, do lugar mais esquecido e abençoado pela natureza até os cenários destruídos pelos homens da cidade, onde a esperança começa no engodo e termina na ilusão. Feita de buracos grandes, pequenos, variados e infinitamente profundos na mesma dimensão dos caminhos que por ela transitavam. Ponte contingente entre os astutos projetos de enriquecimento econômico e a pobreza crônica de comunidades e de populações tradicionais ou migrantes. Sua limitação mais clara; o céu azul, intenso de tanto sol, e cinza nos momentos de ventos frios do sul, momentos da friagem, que varre sua poeira vermelha rústica com doces pingos gelados de chuva, pintando em algum ponto do horizonte cores de arco-íris. Seu fim e início são desconhecidos, temidos, balbuciados em orações e dependem da quantidade de zeros acordados entre o governo e as empresas. Do tamanho do subdesenvolvimento das gerações futuras, da história faústica de suas vidas. Em todos seus pontos o ar é rústico, de cheiro ácido adocicado, com todos os sabores da terra e da floresta, transpirando de dia e respirando a noite. Ladeada, não de mármore, de chácaras, não de lojas caras, de lotes sofridos de produção, todos sem blocos e com muita madeira e pasto para o gado. Alguns sulistas, outros ex-

seringueiros, muitos índios, majoritariamente desprovidos de grandes riquezas, todos torcendo por dias melhores e algum milagre divino a fim de produzirem na terra sua sobrevivência. Do lado esquerdo da passagem, rumo às promessas de Mefistófeles, as pequenas casas, peculiares, construídas de madeira com o sofrido esmero restante não de força física, mas de esperança. Ao redor delas pequenos pomares cheios de frutas, hortas cheias de verduras, criações com galinha e cachorro, denotavam um passado sofrido, o medo de serem açoitados pela miséria e o amor por fazer da terra suas vidas. Os jardins, lindos, reluzindo mil cores e regados diariamente nos períodos mais secos representavam a lembrança que se tinha das avós apaixonadas pelas flores, as quais simbolizavam a paisagem pra onde descansavam os olhos no momento de matear o chimarrão; um símbolo claro do lar doce. (FRAGMENTOS DO DIÁRIO DE CAMPO).

**FIGURA 17: RODOVIA BR-364, NA ALTUA DO DISTRITO DE NOVA CALIFÓRNIA**



Fonte: Daniel Dias Ângelo. DO SONHO À LUTA DE SOBREVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA: “a caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA.

Passos rodovia adiante, em direção à Vila Nova Califórnia, chegava-se ao ponto de encontro dos viajantes, exaustos e quase derrotados pelo sono para finalizar rapidamente a entrega e transformar o sofrimento em salário. Era o posto de gasolina, onde se reunia uma diversidade incalculável de pessoas: trabalhadores, comerciantes, vendedores, pistoleiros, fazendeiros, camponeses; os quais jantavam e almoçavam, fazendo daquele local uma rica biblioteca de histórias, memórias, lutas e conhecimentos. Numa refeição ou noutra, quando se compartilhava a mesa, a conversa surgia, narrava-se episódios enquanto o outro mastigava, extraía-se relatos, apreendia-se a subjetividade. Exatamente num desses jantares, um senhor caminhoneiro, depois de algumas cervejas, contou que transportava fertilizantes da Bunge e entusiasmado explicou:

A Bunge Fertilizantes é da Vale. Ela mexe com a extração do fertilizante e com o processamento. (...) Mas ela faz os produtos específicos daí a gente carrega. Ela faz a extração e o processamento dos fertilizantes. (...) No Pará ela tem bastante, lá em cima, na região dos Carajás, ela vem aqui na Onça Puma. Já levei produto pra ela lá perto de Ourilândia, Marabá, Redenção, vários lugares ali. (TRECHO DA ENTREVISTA DE UM CAMINHONEIRO)

Evidência mais incrível impossível, um verdadeiro presente que expunha a presença da economia capitalista na fronteira através de uma das empresas mais valiosas da BOVESPA e uma das mais poderosas no mundo, a Vale. Peça a peça o quebra-cabeça ia se encaixando, as reais condições de vida e trabalho desvendadas.

De frente para o posto tinha início a única e obviamente, principal avenida, de Califórnia. Larga nos dois sentidos, um jardim com poucas plantas no centro, um portal de entrada ao novo mundo,

uma passagem especial que ia do universal ao mais particular, daquilo estabelecido como ordem e progresso às tradições contadas por avós, das pretensões estatais as leis da natureza, do posto às chácaras. Do céu azul quente até o asfalto cinza avermelhado unem-se como irmãos o chimarrão à tapioca, o olho verde à pele negra, e dessa união forja-se outro mundo, de valores seculares combinados. Tanto de um lado quanto do outro estavam as concretizações desse mundo: simples casas de madeira pintam

os dois lados da passagem, cada qual com cores e tradições próprias. Uma delas, logo no início, tem a frente fechada de madeiras, toda protegida, e na entrada uma porta vinho desbotada com um pequeno santo pregado (figura 18). As outras todas também de madeira, abertas, avarandadas, quando muito uma pequena cerca faz a divisão entre elas. No caminhar em direção aos pioneiros, a riqueza e complexidade dos símbolos aumentavam, representavam a expressão das histórias de vida de todos, das contradições inacabadas e ampliadas, das dores sofridas nas andanças pela terra. Salta aos olhos as igrejas evangélicas pela quantidade abundante. Na Igreja Presbiteriana do Brasil, talvez a mais frequentada, um carro Renault novíssimo estacionou a frente de um carcomido pelo tempo, e mais a frente ainda, uma caminhonete de muito valor; ambos os primeiros de Rio Branco. Mais passos adiante, a Administração do Distrito de Nova Califórnia, uma casinha singela como as outras, contudo de alvenaria. Alguns comércios de dispersavam ao longo da avenida e a rodoviária se juntava a padaria na recepção dos passageiros. (FRAGMENTOS DO DIÁRIO DE CAMPO).

**FIGURA 18: CASA DO DISTRITO DE NOVA CALIFÓRNIA**



Fonte: Daniel Dias Ângelo. DO SONHO À LUTA DE SOBREVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA: “a caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA.

Além do estarecimento causado pelos aspectos visuais, a sociabilidade também desencadeou muitas reflexões e questionamentos em relação ao universo anterior do pesquisador. As diferenças se estampavam logo nas fisionomias, alguns de olhos azuis e pele branca, em meio a muita gente de cabelos pretos e traços caboclos, uns a fazer farinha d'água e outros a comer cuca. Contudo, os tratamentos eram os mesmos, solidários, prontos a ajudar, sempre incrivelmente carinhosos, tornando a vivência rapidamente familiar. Sem qualquer combinação prévia se convidava para o almoço, confraternizações cotidianas, jogo de futebol. Imediatamente cada ato era correspondido da mesma forma, ajudando a carregar sacas de açaí, indo coletar palmito pupunha, rotulando os vidros, batendo o arroz na roça. Tamanha solidariedade recíproca acabou por construir um laço de grande afetividade entre pesquisador e pesquisado, através do qual a cooperativa e os produtores do RECA acolheram a pesquisa para si, da mesma maneira como a luta deles foi acolhida pelo pesquisador. Isso se mostrou edificante para a pesquisa, tornou os pesquisados autores e proporcionou ao investigador se transformar em aprendiz daquela realidade. Em toda pesquisa de campo, os próprios camponeses montavam o cronograma, propunham tarefas, marcavam visitas, cediam entrevistas, traziam fotos e recordações; dando à investigação enorme riqueza de detalhes particulares e coletivos, dos sonhos e anseios, dos conflitos e uniões, o que propiciava adentrar as subjetividades e conhecer melhor os pensamentos individuais e os direcionamentos sociais.

Os impactos e choques com relação ao ambiente e às características sociais constadas acima, momento inicial mesmo que presente em toda duração da investigação, consistem na segunda etapa do trabalho de campo. Essa etapa é fundamental à realização de toda investigação por ser o momento de formação mais intensa do pesquisador, onde ele absorve a realidade material e subjetiva posta questionando e refletindo sua própria realidade. Pensa também na relação homem-natureza delineada na luta camponesa por viver da floresta. Quanto maiores forem esses questionamentos e reflexões, maiores serão as apreensões e aprendizados advindos dessa realidade posta, e, por conseguinte, mais partícipe do mundo estudado será. A profundidade desse fenômeno é crucial e pode instaurar indagações sobre o próprio processo "civilizatório" das duas realidades, suscitadas pela vivência dos camponeses com a Amazônia. Nesses termos, realizadas até essas últimas indagações, o pesquisador se reconstrói assumindo aquelas experiências e as lutas sociais, mesmo sendo seu ponto histórico e faculdades diferentes dos produtores rurais. O resultado

disso se expressa na construção de uma relação afetiva entre pesquisador e pesquisado, descrita no parágrafo anterior, e de um pesquisador mais orgânico e partícipe do mundo estudado. Como o pesquisador é quem executa a pesquisa, mudar o primeiro implica diretamente numa outra síntese da investigação, ou seja, a pesquisa também se transforma agregando maior ponderação, complexidade e amplitude nas análises. Somente a partir dessa segunda etapa, se faz possível uma teoria das relações sociais em campo que valorize os grandes avanços apagados ou desprezados pelas teorias positivistas ou estruturalistas.

A terceira etapa do campo, não menos importante que as anteriores, se refere ao aprendizado acumulado pelo pesquisador em campo, e posteriormente, a todas as formulações teóricas necessárias à explicação. É a etapa onde se persegue uma gama variada de informações para construir o quadro geral da vida social e da reprodução das famílias na floresta. Tem caráter muito mais amplo que especificista, exatamente porque se propõe a encontrar as conexões, as fraturas e as mediações da dinâmica social em questão. E não poderia ser diferente nem menos universal, devido à complexidade da existência dos agrossilvicultores com o meio natural. Na primeira noite, isso ficou nítido, através das conversas com os ribeirinhos da Reserva Amanã, recém chegados para visitar o Projeto RECA. Integrando um curso de formação sobre manejos sustentáveis, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, de Tefé (Amazonas), eles contavam suas lutas por sobrevivência naquela região.

Eram senhores e alguns adolescentes de fortes traços indígenas e feições que mencionavam muito sofrimento. Com aquela curiosidade diante do diferente narravam as dificuldades de serem ribeirinhos, o amor pela floresta e a jornada no manejo e comércio do Pirarucú, grande peixe amazônica de escamas. O mais indígena deles, com um dos olhos cegado por um jacaré enquanto manjava os peixes, dizia ser muito difícil comercializar o peixe, devido à concorrência com peixes de outros locais que abarrotavam o mercado de Tefé. Os peixes que mais chegavam ao mercado eram aqueles que já tinham contrato de compra e venda fechado com peixarias, com a participação do Estado viabilizando cooperativas mais fortes. O outro senhor completava explicando a ineficácia do governo ao exigir inúmeros critérios para a formação de associações, critérios esses impossíveis de se cumprir por parte deles. Nos últimos suspiros da conversa o mais jovem, perguntando o que fazia ali, quais eram os objetivos da minha pesquisa, desabafou sobre a grande vontade de estudar, a qual jamais conseguiria realizar pela distância de canoa até a escola e pelo

trabalho no manejo dos peixes e na preparação dos cultivos. (FRAGMENTOS DO DIÁRIO DE CAMPO).

Nesse instante, além de constatar o sofrimento que esses ribeirinhos vinham enfrentando, foi possível verificar a atuação nefasta e negligente do Estado, através de políticas de desenvolvimento sustentável ineficazes. Saltou assim, para o diário de campo com um ponto a ser investigado, essa atuação do Estado em nome das políticas “públicas” enquanto um laço da Participação Público-Privado, nomeando as cooperativas mais fortes como promotoras desse desenvolvimento local. Também teve importante nota no diário o papel do Instituto Mamirauá em promover tecnicamente e ideologicamente esse tipo de desenvolvimento pensado pela comunhão entre Estado e Capital Privado.

Outro momento importante foi vivenciado em conjunto com os ribeirinhos em uma visita ao lote de um casal de senhores, antigos fundadores do RECA e da parte dos descendentes de italianos. Andando pelo sistema agroflorestal (SAF) o senhor proprietário

explicava com pausas enormes como tinha plantado cada espécie consorciadamente. Já próximo da metade da caminhada ele se aproximou dos ribeirinhos mais antigos, que tinham praticamente a mesma idade dele, e começou a perguntar sobre como procediam a plantação em suas terras. Esses em poucas palavras disseram que plantavam poucos gêneros, pois o restante era extraído da própria mata, mas ensinaram alguns manuseios das árvores pra aumentar a produção, e o exemplo foi o açazeiro, cuja casca do caule tiravam quando jovem para dar cachos maiores. Atento às orientações, o senhor italiano descascou praticamente todos os açazeiros que via pela frente. (FRAGMENTOS DO DIÁRIO DE CAMPO).

Essa relação de admiração entre os senhores mais experientes revelou como o migrante que há menos tempo habita o local respeita os moradores mais antigos, configurando o sincretismo da parte dos migrantes mais recentes. De volta à casa dos italianos, serviu-se um café e, enquanto todos tomavam, chegaram duas moças a fim de encomendar garrafadas para o tratamento de câncer de uma outra amiga. A senhora adentrou a casa para buscar os remédios naturais, e então todos se interessaram pelos seus conhecimentos. O diálogo que deveria começar abordando o SAF visitado tomou outro rumo, com todos perguntando a mesma como ela produzia os medicamentos. Mais que

depressa, ela buscou seu material, e iniciou um pequeno curso de homeopatia e de manuseio das ervas da floresta. Relatou ainda que tudo havia sido aprendido quando chegaram na floresta e que devido à carência de remédios e ao surto de malária formaram um grupo de mulheres, com o objetivo de cobrar do governo cursos e assistência às famílias. Todos, sem faltar um, ficaram surpresos com tanta organização e busca, haja visto que a senhora detentora dos conhecimentos sobre a floresta amazônica é uma sulista.

A última etapa do trabalho de campo é aquela onde o pesquisador, após ter apreendido grande parte da dinâmica social, faz um enfrentamento consigo mesmo se questionando de que maneiras pode contribuir para o desenvolvimento emancipatório daquelas famílias no campo. De todas as etapas anteriores, é a mais difícil de ser arquitetada para o mesmo, em grande medida, porque os problemas vividos pelos camponeses são de ordem tão estrutural, que o sentimento que toma conta dele é a impotência. Foi o caso vivido na visita a uma família que morava na Amazônia, uns trinta quilômetros do RECA, cujo pai cuidava de quatro filhas, numa casinha extremamente simples. Era um camponês extrativista e sua mulher tinha fugido com um pistoleiro ameaçado de morte por outro fazendeiro.

Chegamos à casa do senhor, as quatro filhas observavam nossa chegada não sabendo o que esperar. Descemos e entregamos uns presentes recolhidos entre os produtores da cooperativa, pois era fim de ano. As meninas brilhavam os olhos, trocavam os presentes, não se ouvia qualquer pronome possessivo quando se referiam aos brinquedos, somente trocavam de mãos em mãos. O pai, já esperando por nossa visita, nos convidou para ir até o fundo da casa, pois tinha um presente em retribuição a todo carinho. De repente, o presente era um pequeno tatu vivo e preso, que o mesmo havia pego para que pudéssemos comer. Nunca um presente tinha sido tão sincero e profundo, nunca tinha causado em mim tamanho impacto. Sem dizer muitas palavras, pedi licença e fui mata adentro, rolando as lágrimas, por ver que mesmo tão sofridos os homens ainda conseguem lutar de uma forma tão bela e sincera.

Diante dessas quatro etapas, separadas aqui de uma maneira explicativa, mas que são concomitantes e interligadas na práxis do trabalho de campo inteiro, pode-se ver como esse trabalho tem grande relevância na formação do pesquisador, mais humano e orgânico. Consecutivamente, ele acaba por transformar a própria pesquisa, prevendo-a de maior complexidade na análise da dinâmica social, ressaltado os hibridismos e as dissonâncias,

respeitando a dialética social contida na história com os demais atores e, principalmente, fazendo emergir seu papel político e ideológico.